





CRENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CRENCIAMENTO

Revista USP / Superintendência de Comunicação Social
da Universidade de São Paulo. – N. 1 (mar./maio 1989) -
- São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, Superintendência
de Comunicação Social, 1989-

Trimestral.

Continuação de: Revista da Universidade de São Paulo

Descrição baseada em: N. 93 (2012)

ISSN 0103-9989

1. Ensaio acadêmico. I. Universidade de São Paulo.
Superintendência de Comunicação Social

CDD-080

dossiê linguística da vida contemporânea

5 Editorial

9 Apresentação *Marcelo Módolo*

13 Contra o prescritivismo, a fluidez da língua *Beatriz Daruj Gil*

27 É verdade ou *fake news*? Estratégias linguísticas de manipulação em textos que promovem a desinformação *Luiza Prevedel Pereira e Juliano Desiderato Antonio*

39 Práticas linguístico-sociais de *rappers* brasileiros *Gabriele Pecuch e Hércius Batista Pereira*

57 A linguagem das narrativas e a representação da realidade *Waldemar Ferreira Netto*

77 Sobrenomes não nascem em árvores *Marcelo Módolo e Guilherme Aragão Cardoso*

textos

93 Evolução humana: o que há de novo no *front*? *Gabriel Rocha e Walter Neves*

119 Águas transfronteiriças e mudanças climáticas: desafios para a segurança hídrica na América do Sul *Isabela Battistello Espíndola e Wagner Costa Ribeiro*

arte

136 Picasso, o ícone em si mesmo *Marcello Rollemberg*

livros

157 “Babel de silêncios e palavras”: Samuel Beckett, o crítico *Julio Augusto Xavier Galharte*

165 Um manual diferenciado (e provocador) *Rafael Mariano dos Santos*

171 Biografia de um senhor editor *José de Paula Ramos Jr.*

A **revistausp** é uma publicação trimestral da Superintendência de Comunicação Social (SCS) da USP. Os artigos encomendados pela revista têm prioridade na publicação. Artigos enviados espontaneamente poderão ser publicados caso sejam aprovados pelo Conselho Editorial. As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor CARLOS GILBERTO CARLOTTI JUNIOR
Vice-reitora MARIA ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA

SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Superintendente EUGÊNIO BUCCI

revistausp

Editor JURANDIR RENOVATO
Editora de arte LEONOR TESHIMA SHIROMA
Revisão MARIA ANGELA DE CONTI ORTEGA
MARIA PAULA LUCENA BONNA (estagiária)
SILVIA SANTOS VIEIRA
Secretária MARIA CATARINA LIMA DUARTE
Colaborador MARCOS SANTOS (fotografia)

Conselho Editorial
ALBÉRICO BORGES FERREIRA DA SILVA
CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO
EDUARDO VICTORIO MORETTIN
EUGÊNIO BUCCI (membro nato)
FERNANDO LUIS MEDINA MANTELATTO
FLÁVIA CAMARGO TONI
FRANCO MARIA LAJOLO
JOSÉ ANTONIO MARIN-NETO
OSCAR JOSÉ PINTO ÉBOLI

Ctp, impressão e acabamento
Gráfica CS



Rua da Praça do Relógio, 109 – Bloco L – 4º andar
CEP 05508-050 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo/SP
Telefax: (11) 3091-4403
www.usp.br/revistausp
e-mail: revisusp@usp.br

Todo dossiê da **Revista USP** possui suas idiossincrasias e histórias de bastidores. Com este “Linguística da Vida Contemporânea” não seria diferente. Marcelo Módolo, professor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, é velho conhecido da casa, não só da revista, mas também do *Jornal da USP*, no qual, desde a pandemia, vem publicando (seja em parceria com seu colega Henrique Braga, seja com outros) artigos interessantíssimos sobre questões relacionadas ao universo da língua. São temas do dia a dia, fatos de linguagem recortados da TV ou do noticiário, sempre analisados com correção científica e uma dose de bom humor. E o período da pandemia, diga-se, com as trapalhadas de um governo inepto e de discurso idem, com suas “gripezinhas” e vacinas que faziam “virar jacaré”, pôde render farto material para análise.

A qualidade de tais artigos, bem como sua repercussão positiva dentro do jornal (o ensaio que abre o dossiê, aliás, de Beatriz Daruj Gil, é uma versão ampliada de um artigo publicado no jornal), nos motivou a franquear as portas da **Revista USP** à linguística. Infelizmente, como costuma acontecer às vezes, nem todos os temas inicialmente previstos puderam ser abordados, nem todos os autores que gostaríamos que estivessem presentes no dossiê puderam participar. Paciência. Fique o leitor, contudo, com uma pequena, mas significativa amostra dessa ciência que cada vez mais vem ganhando espaço na mídia e conquistando a atenção de um público para além dos muros da universidade, o que pode facilmente ser atestado pelo sucesso recente de livros como *Viva a língua brasileira!*, de Sérgio Rodrigues, e *Latim em pó*, de Caetano Galindo.

Fora do dossiê, na seção Textos, o artigo de Gabriel Rocha, do Núcleo de Pesquisa e Divulgação em Evolução Humana do Instituto de Estudos Avançados da USP, e Walter Neves, professor sênior do IEA/USP, vale muito ser conferido. Nele são apresentados os grandes avanços da paleoantropologia, a ciência que estuda as origens humanas, durante a última década. Segundo os autores, a intenção do texto foi “diminuir a distância entre o debate que ocorre no Brasil e o que ocorre na cena internacional na descoberta do passado humano”. Suspeito que conseguiram.

Jurandir Renovato



**linguística
da vida
contemporânea**

Apresentação

E com grande satisfação que apresento o dossiê intitulado “Linguística da Vida Contemporânea”, uma compilação de artigos que exploram com profundidade e rigor acadêmico diversas facetas da linguagem em nossa sociedade contemporânea. Esta coletânea reúne cinco artigos notáveis, cada um deles contribuindo de maneira significativa para o entendimento da linguística no contexto atual.

O primeiro artigo, intitulado “Contra o prescritivismo, a fluidez da língua”, de Beatriz Daruj Gil, aborda uma questão fundamental no estudo da linguagem: a fluidez e a evolução natural da língua, em contraposição às prescrições normativas. Esse trabalho oferece uma perspectiva crítica e atualizada sobre a linguagem, destacando a importância de compreendermos a língua como um organismo em constante mutação.

Beatriz Gil reforça que o prescritivismo nos discursos sobre a língua não é prática recente. A separação entre bons e maus usos linguísticos sempre expôs atitudes discriminatórias em relação às diversas formas do dizer, contrariando princípios da ciência linguística, por meio dos quais se sabe que a língua varia e muda. E que a variação é propriedade imanente de qualquer língua viva, por meio da qual se revelam as alterações sociais e históricas de determinada comunidade. Tendo como parâmetro fundamentos da sociolinguística, da análise do discurso e da lexicologia, Beatriz se propõe a analisar nesse artigo o prescritivismo exposto em algumas escolhas lexicais feitas na matéria jornalística “Rede TV!: Lula usa linguagem ultrapassada ao citar ‘índio’ e ‘opção’ sexual”, publicada no portal UOL, em 3/2/2023.

O segundo artigo, “É verdade ou *fake news*? Estratégias linguísticas de manipulação em textos que promovem a desinformação”, é uma análise essencial das estratégias linguísticas empregadas na

disseminação de desinformação. Em um mundo onde a informação é acessível a todos, compreender como as palavras são utilizadas para manipular e enganar é de suma importância.

Luiza Prevedel Pereira e Juliano Desiderato Antonio mostram em detalhes como as *fake news* têm se revelado um grande problema do mundo moderno, pelo fato de se espalharem muito rapidamente pela internet e influenciarem muitas pessoas em assuntos como política, economia, ciência e saúde. Ressaltam ainda que, no período da pandemia de covid-19, observou-se como as *fake news* foram danosas para a sociedade, levando à descrença nas vacinas por parte de muitas pessoas e ao uso de medicamentos ineficazes como forma de automedicação pela população. Dessa forma, é importante investigar características linguísticas dos textos que promovem a desinformação para encontrar padrões ou pistas que possam levar a uma maior compreensão sobre como as *fake news* são construídas. Nesse artigo, os autores procuraram apresentar duas estratégias linguísticas utilizadas na construção das *fake news* com a finalidade de manipular as informações, o que foi feito por meio da análise de exemplos retirados de uma amostragem de textos que promovem a desinformação.

O terceiro artigo, “Práticas linguístico-sociais de *rappers* brasileiros”, de Gabriele Pecuch e Hércius Batista Pereira, oferece uma perspectiva inovadora sobre as práticas linguísticas de um grupo específico na sociedade contemporânea: os *rappers* brasileiros. Este estudo examina a linguagem usada como uma forma de expressão artística e de resistência cul-

tural, revelando as complexas dinâmicas sociais por trás dessa manifestação.

Assim, Pecuch e Pereira tomam por objeto as práticas linguístico-discursivas de *rappers*, a partir da concepção da terceira onda da sociolinguística, acerca das interações entre a linguagem e o social, descrita em trabalhos por Eckert. Para tanto, analisam transcrições de entrevistas de quatro sujeitos, concedidas ao programa “Manos e Minas”, focalizando os marcadores discursivos e as escolhas lexicais realizadas. Para melhor compreenderem como a linguagem é utilizada na construção das práticas sociais desse grupo de falantes, analisam também as representações discursivas desses depoimentos e os contornos identitários realizados.

O quarto artigo, “A linguagem das narrativas e a representação da realidade”, de Waldemar Ferreira Netto, explora a relação intrincada entre linguagem e narrativa. Em um mundo onde a narrativa desempenha um papel central na construção da realidade, esse trabalho investiga como as palavras são utilizadas para moldar nossa compreensão do mundo ao nosso redor.

Para Ferreira Netto, é comum considerar narrativas apenas como sequências lineares de sentenças, orais ou escritas, que descrevam eventos falsos, como, por exemplo, nas obras de ficção, ou verdadeiros, como nos testemunhos ou nos livros de história. Aqui se vai tomar a mesma narrativa, mas inserida de volta em seu contexto de enunciação. Uma narrativa se caracteriza como uma sequência contínua de eventos reais, da qual se extraem alguns para serem efetivamente codificados em sentenças. Os modelos de símbolos de Peirce e de Frege possibilitam que tais

sequências sejam tratadas, respectivamente, como representâmen ou *Sinn* e os eventos como interpretantes ou representações. A proposição de Bruner, de que a enunciação decorre das disposições do interlocutor de atribuir intenções a esses representâmens e seus interpretantes, exige do locutor que seus enunciados sejam atos linguísticos perlocucionais efetivos. Para isso, precisam da credibilidade de heróis adequados ao interlocutor que esperam alcançar.

Por fim, o quinto e último artigo, “Sobrenomes não nascem em árvores”, de Marcelo Módolo e Guilherme Aragão Cardoso, traz uma análise linguística sobre a origem e a evolução dos sobrenomes. Esse estudo lança luz sobre a importância da linguagem na construção da identidade e das conexões familiares, destacando como os sobrenomes são muito mais do que simples etiquetas.

Mais pormenorizadamente, o estudo utiliza-se da referenciação textual como guia para compreender a narrativa que elabora vínculos entre sobrenomes que tomam elementos da fauna e da flora e a ascendência judaica. O objetivo dessa pesquisa é oferecer uma explicação linguística para o fenômeno dos sobrenomes de cristãos-novos, evidenciado que o vínculo é arbitrário e que os sobrenomes não projetam sentidos, semanticamente. A partir da seleção de documentos oficiais emitidos pela Igreja Católica que registraram transações financeiras entre católicos e judeus, entre os séculos XII e XV, e de

registros inquisitoriais de denúncias contra os cristãos-novos no Brasil do século XVIII, foram analisados os processos de (re)construção e (re)categorização dos referentes nos textos, identificando marcas da (re)categorização incorporadas nos sobrenomes e o desaparecimento dessas em função da instabilidade discursivo-textual. São considerados os sintagmas nominais e as frases que classificam e especificam os referentes para analisar os processos de referenciação textual.

Cada um desses artigos representa uma contribuição valiosa para o campo da linguística e oferece *insights* perspicazes sobre a linguagem na vida contemporânea. Esperamos que esta coletânea inspire discussões e pesquisas adicionais sobre a complexidade e a relevância da linguagem em nossa sociedade atual.

Agradeço pela oportunidade de submeter este dossiê à avaliação do comitê editorial da **Revista USP** e espero que ele seja bem-recebido e apreciado por todos os interessados na compreensão das dinâmicas linguísticas da vida contemporânea. Segue meu muito obrigado também ao editor, Jurandir Renovato, e a todos os autores e pareceristas, cujos ânimo e contínua resistência deram prosseguimento a este importante projeto científico.

Desejamos uma excelente leitura a todas e a todos.

Marcelo Módolo



Contra o prescritivismo, a fluidez da língua

Beatriz Daruj Gil



resumo

O prescritivismo nos discursos sobre a língua não é prática recente. A separação entre bons e maus usos linguísticos sempre expôs atitudes discriminatórias em relação às diversas formas do dizer, contrariando princípios da ciência linguística, por meio dos quais se sabe que a língua varia e muda. E que a variação é propriedade imanente de qualquer língua, por meio da qual se revelam as alterações sociais e históricas de determinada comunidade. Tendo como parâmetros fundamentos da sociolinguística, análise do discurso e da lexicologia, o que se propõe a analisar neste texto é o prescritivismo exposto em algumas escolhas lexicais feitas na matéria jornalística “Rede TV!: Lula usa linguagem ultrapassada ao citar ‘índio’ e ‘opção sexual’”, publicada no portal UOL, em 3/2/2023.

Palavras-chave: prescritivismo; língua; escolhas lexicais.

abstract

Prescriptivism in discourses about language is not a recent practice. The separation between good and bad linguistic uses has always exposed discriminatory attitudes towards different forms of saying, contrary to principles of linguistic science, through which it is known that language varies and changes. And that variation is an immanent property of any language, through which the social and historical alterations of a given community are revealed. Having as a parameter the fundamentals of sociolinguistics, discourse analysis and lexicology, what is proposed to be analyzed in this text is the prescriptivism exposed in some lexical choices made in the journalistic article “Rede TV!: Lula uses outdated language when citing ‘Indian’ and ‘sexual option’”, published on the UOL portal, on 02/03/2023.

Keywords: *prescriptivism; language; lexical choices.*

A PALAVRA, O MUNDO, O OUTRO

Diz Eduardo Galeano (1994) que, no Haiti, só se contam histórias à noite, momento em que se vive o sagrado, e que quem sabe mesmo contar sabe que “o nome é a coisa que o nome chama” (Galeano, 1994, p. 21). A personagem Magda Lemonnier, criada pelo autor, separa as palavras em furiosas, amantes, neutras, tristes e mágicas. E, em uma conversa, essas palavras contam a ela o que está acontecendo e o que vai acontecer.

Em uma concepção primitiva de linguagem, palavras e coisas se misturam. Atribuía-se à palavra a mesma força mágica que se atribuía às coisas, inclusive, o homem

temia a palavra, evitando pronunciá-la, porque tinha medo do conceito ou da realidade que ela simbolizava. Temos ainda uma memória desse nosso ancestral quando evitamos pronunciar alguma palavra para não sentirmos próxima de nós a realidade que ela constrói ou representa.

Essa dificuldade em separar conceitos de palavras está também na aquisição da língua. A criança aprende, inicialmente, a palavra em relação à coisa e, com o seu

Uma primeira versão deste texto foi publicada no *Jornal da USP*, em 15 de maio de 2023, com o título “O prescritivismo que quer nos interditar” (<https://jornal.usp.br/artigos/o-prescritivismo-que-quer-nos-interditar/>).

BEATRIZ DARUJ GIL é professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

desenvolvimento, vai percebendo que não há relação unívoca entre uma palavra e um conceito, além de descobrir que são entidades diferentes: “A língua transmite-se, como o observou Meillet, de um modo ‘descontínuo’ de uma geração para outra: cada ser jovem tem que aprender de novo” (Ullmann, 1964, p. 402).

Ao ver um objeto novo, a criança sente a necessidade de classificá-lo. Aciona as categorias conhecidas, que, em geral, são poucas, e escolhe uma delas na qual insere a novidade. Ela vai acertando a categorização à medida que, ao conhecer novos fenômenos, fatos e objetos do mundo, aprende também novas palavras que correspondem a toda essa novidade, o que faz com que vá ampliando seu sistema semântico. É a palavra que ajuda a delimitar, categorizar e captar o campo semântico de determinado conceito.

A visão primitiva por meio da qual palavra e coisa estão associadas só se alterou quando o homem se familiarizou com outra língua e percebeu que outras denominações são possíveis para a realidade vivida. É a dimensão do *outro*, do *diferente*, que traz ao homem um certo alívio para *dizer livremente*, sem que a coisa tão temida se aproxime dele.

A divisão das cores em matizes é sempre um bom exemplo para que se perceba que o sistema cromático se altera porque há diferença na forma de olhar para a realidade das cores e não como resultado de uma mudança na realidade.

O reconhecimento da palavra do *outro*, diferente da palavra do *eu*, é o lugar do respeito aos diversos modos de ver o mundo, igualmente possíveis e enriquecedores para o avanço humano. O apa-

gamento dessa diversidade tem levado o homem a se separar do *outro* e traçar um caminho de poucos e para poucos.

O PRESCRITIVISMO

Em matéria publicada no portal *UOL*, em 3/2/2023, intitulada “Rede TV!: Lula usa linguagem ultrapassada ao citar ‘índio’ e ‘opção’ sexual”, as autoras criticam certos usos linguísticos do presidente Lula em uma entrevista concedida à Rede TV!. Iniciam o debate apontando o que Lula *deveria usar* quando recorrem à locução prepositiva “em vez de”, como se observa no trecho inicial: “O presidente Lula usou os termos ‘índio’ em referência a indígenas e ‘opção’ *em vez de* orientação sexual...” (grifos meus). As enunciadoras trazem a público a ideia corrente, em alguns discursos contemporâneos, de que não devemos usar algumas palavras que seriam marcadas e de que devemos usar outras, explicitando uma postura deôntica.

Sociolinguistas e analistas do discurso, principalmente, têm mostrado, há décadas, que: 1) língua é uso; 2) língua varia no tempo, no lugar, no grupo social e na situação de comunicação associada ao gênero discursivo, como variam todos os objetos da cultura constituídos pela sociedade; 3) práticas prescritivistas, quando se trata do uso da língua, devem sempre ser revistas pelas razões apontadas em 1 e 2. É na escolha de “em vez de”, retratada acima, que mora o perigo prescritivista. “Em vez de” significa *no lugar de* e sugere, na opção feita no texto jornalístico, que Lula escolheu mal, separando assim os usos bons dos usos ruins, contrariando, portanto, o princípio da variação linguística, fortalecendo

o prescritivismo, com uma autoridade (cuja origem é desconhecida) que parece permitir que se pontifique o que deve ser seguido.

Nenhuma língua é homogênea e invariável. A variação é uma propriedade inerente aos sistemas linguísticos e ocorre sempre de forma regular e sistemática. Ela não está sujeita ao acaso, nem ao livre-arbítrio do falante, mas é determinada por motivações e restrições advindas do sistema linguístico que os falantes da língua seguem. A variação, portanto, não faz da linguagem em uso um caos e nem é resultado de práticas anárquicas e irregulares dos falantes (Camacho, 2005).

No texto em questão, outras escolhas linguísticas denunciam o prescritivismo: “Não é a primeira vez que Lula erra ao deixar de adotar a linguagem inclusiva – focada nos grupos minoritários”. Ao optar por “erra” e “deixa de adotar”, estão dizendo, nas entrelinhas, que Lula tem que usar a linguagem inclusiva.

A linguagem inclusiva consiste em um conjunto de usos linguísticos que alguns grupos sociais têm defendido e adotado, em diferentes níveis da língua, com o objetivo de materializar linguisticamente a integração de grupos da sociedade, como afirma Maria Helena Moura Neves, em entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo* (Vicente, 2022): “[...] esse movimento visa à inclusão social, sem discriminações, de todos os grupos da sociedade, tratando-se, pois, da proposta de uma ‘linguagem inclusiva’, ou ‘língua inclusiva’, o que é extremamente louvável”. Parte do movimento reivindica, por exemplo, novas formas de utilização da língua que incorporem a diversidade de identidades de gênero presente na sociedade. É um meritório movimento

de inclusão social que procura abolir discriminações de vários tipos.

Outra escolha linguística que merece atenção é “ultrapassada”, adjetivo que modifica “linguagem”, no título da matéria: “Lula usa linguagem ultrapassada ao dizer ‘índio’ e ‘opção sexual’”. Dizer que determinado uso é algo que já passou, ficou pra trás, está fora de moda e desatualizado é negar a língua como atividade humana e como organismo vivo, ignorando seus constantes movimentos. Já há muito tempo, em 1904, Bréal (1992) mostrava que a linguagem não é retilínea e que a causa de seu desenvolvimento é a vontade humana: “[...] fora do nosso espírito, a linguagem não tem vida, nem realidade” (Bréal, 1992, p. 181). As palavras se movimentam permanentemente, ampliando ou restringindo seu sentido, morrendo e renascendo com sentidos renovados: “[...] normalmente as mudanças de sentido das palavras são obra do povo” (Bréal, 1992, p. 181). Isso significa que não há linguagem que “ficou pra trás”: os usos variados e múltiplos coexistem no tempo, porque os grupos humanos são igualmente múltiplos. Os usuários realizam suas escolhas linguísticas na diversidade de gêneros discursivos por meio dos quais nos comunicamos diariamente e que, por sua vez, também se modificam. O pejorativismo contido em “linguagem ultrapassada” demonstra uma visão estática da língua. Ignora-se o conteúdo histórico do uso e passa-se a proibi-lo.

Sírio Possenti, em entrevista dada ao programa “Direto na Fonte”, da TV Unicamp (Franco & Casablanca, 2020), lembra que atos discriminatórios não se iniciam na língua, mas são nela refletidos por uma sociedade discriminadora, demonstrando um processo de retroalimentação entre língua e

sociedade. Para o autor, a língua não funciona no vácuo e problemas sociais terminam por se manifestar em expressões linguísticas, o que justifica a necessidade de que se observe a língua para além de uma abordagem estritamente científica e que se encare com seriedade os problemas sociais que aparecem no seu uso.

É verdade que parte da sociedade está preocupada com a inclusão de todas as pessoas e busca alterar a estrutura da língua para que ela se torne, no entendimento desse grupo, mais ajustada a um mundo inclusivo. E, nós, profissionais da linguagem, temos que encarar o tema com seriedade e atenção. É verdade também que a língua varia e que quem determina essa variação é o usuário, sendo a vontade humana (e não a imposição de um grupo sobre outro) que preside a linguagem (Bréal, 1992). E também temos que ser sérios observadores desse movimento. Mas dizer que Lula deveria adotar a linguagem inclusiva é prescritivismo. Não é a linguagem inclusiva que atesta o respeito que Lula tem ou não aos grupos minoritários. Dizer que Lula ou qualquer pessoa deveria usar linguagem inclusiva é ser prescritivista.

E quando se fala em prescritivismo linguístico, é sempre bom lembrar da origem da construção do padrão da língua portuguesa no Brasil. A elite letrada da segunda metade do século XIX tomou como referência um modelo lusitano de escrita de alguns escritores portugueses, o que revelava seus anseios por viver em um país branco europeu e rechaçar a mestiçagem do nosso país. Como esse padrão se diferenciava, inclusive da norma culta brasileira, desenvolveu-se na sociedade uma constante atitude purista e normativista que condenava qualquer uso que se distan-

ciasse do padrão construído artificialmente e que permanece, com o passar dos séculos, em formas variadas de discriminação linguístico-cultural (Faraco, 2002).

Essa falsa crença de um bom e de um mau uso da língua, da forma como ainda aparece na atualidade brasileira, parece ter sua gênese na codificação da gramática no Ocidente (Neves, 2014), em que se buscaram modelos e se impuseram padrões de uma variante que se considerava superior, mais regular, em geral utilizada por uma elite letrada de uma determinada sociedade.

Parece que esse momento histórico funda os diversos discursos normativistas que se multiplicam de lá até os tempos atuais e que podem ser ilustrados nas escolhas lexicais “erra”, “deixa de adotar” e “em vez de”, materializadas no discurso jornalístico objeto desta análise.

Por trás do prescritivismo, está o reducionismo da língua: a condenação aos usos múltiplos e variados, ainda que sejam amplamente utilizados; o erro em tudo que é diverso do que foi eleito como melhor, mais adequado, ou falsamente mais correto. E é bom lembrar que, como bem diz Neves (2014, p. 75), “não há ‘pessoa física’ investida de poder legitimado para ser considerada fonte decisiva de autoridade, e o limite entre um ‘pode’ e um ‘não pode’ é necessariamente fluido, já que isso é a língua, sempre em equilíbrio, mas, se viva, sempre dinâmica”.

A INTERDIÇÃO DE “ÍNDIO”

Alega-se, na matéria em questão, que “índio” era palavra usada pelos portugueses “para se referirem de forma genérica à população nativa do que é hoje o território

americano – mas, só no Brasil, há mais de 300 povos indígenas”. É verdade. A despeito de o colonizador português, que usava a palavra “índio”, ter sido responsável pela dizimação de grande parte dos povos indígenas, não se pode restringir o uso dessa unidade lexical a esses que parecem ser os primeiros registros, afinal já se passaram mais de 500 anos. Igualmente, é preciso entender o que significa dizer que “índio”, segundo as autoras, associa-se a uma “ideia depreciativa”.

Emiri e Yanomami (2022) identificam essa polêmica que envolve o uso de “índio”, na qual se considera a palavra pejorativa. E se perguntam: “Onde está a evidência científica que ‘índio’ tem conotação pejorativa? Há alguma estatística comprovante que, majoritariamente, o termo é empregado em tom depreciativo?” (Emiri & Yanomami, 2022).

Considerando o princípio básico de que *língua é uso*, verifiquemos então alguns empregos da palavra “índio”, para além dos portugueses colonizadores:

“Um índio descerá de uma estrela colorida,
[brilhante
De uma estrela que virá numa velocidade
[estonteante
E pousará no coração do Hemisfério Sul,
[na América, num claro instante
Depois de exterminada a última nação
[indígena
E o espírito dos pássaros das fontes de água
[límpida
Mais avançado que a mais avançada das
[mais avançadas das tecnologias
Virá”

(Caetano Veloso, grifos meus).

No trecho acima, extraído da canção “Um índio”, de Caetano Veloso, composta em 1976, um índio (um indígena?) descerá de uma estrela e pousará no coração do Hemisfério Sul, na América, depois de as nações indígenas terem sido exterminadas. Embora trate do aniquilamento dos povos indígenas, revelando uma “profecia utópica”, conforme avaliação feita por Wisnik (2019), em sua coluna na Rádio USP, a canção constrói uma ideia positiva corporificada na chegada de “um índio” que trará o “espírito dos pássaros das fontes de água límpida, mais avançado que a mais avançada das mais avançadas das tecnologias”. Ao longo da canção, o “índio” é elevado a uma condição magnífica, sendo comparado à impavidez de Muhammad Ali, à paixão de Peri, à infalibilidade de Bruce Lee, além de ser retratado em um contexto de força, luz, espiritualidade, resplandecência. E, note-se, é chamado de “índio”.

Em outra canção, “Amor de índio”, composta por Beto Guedes e Ronaldo Bastos, em 1978, o uso de “índio”, como modificador do substantivo “amor”, compondo o sintagma “amor de índio”, restrito ao título da canção, resume o que se desenvolve na letra da música em relação ao respeito ao ciclo da vida, à força e ao equilíbrio da natureza, como se pode constatar no trecho:

“Tudo que move é sagrado
E remove as montanhas
Com todo o cuidado
Meu amor [...]

Abelha fazendo o mel
Vale o tempo que não voou”

(Beto Guedes e Ronaldo Bastos).

De autoria de um conjunto de produtoras e patrocinado pelo Fundo de Apoio à Cultura da Secretaria de Cultura do Distrito Federal, *Índio cidadão?* (2014) é um documentário que retrata a luta de grupos indígenas pela manutenção de direitos conquistados na Constituição de 1988. A força da palavra “índio”, modificada por “cidadão”, no título do documentário, nomeia um trabalho de luta das nações indígenas e de enfrentamentos políticos pela garantia dos direitos originários à terra.

Outro uso da palavra “índio” pode ser encontrado em uma campanha pelo respeito aos índios (indígenas?) intitulada “Menos preconceito, mais índio”, desenvolvida, entre 2017 e 2018, pelo Instituto Socioambiental (ISA, 2017), uma das principais organizações ambientalistas e indigenistas do Brasil. Uma das peças da campanha é um vídeo filmado na comunidade Baniwa, no Alto Rio Negro, no Amazonas. No final do vídeo, um velho líder reivindica seguindo sendo índio: “Somos os baniwas, vivemos no Alto Rio Negro, Amazônia. Andamos pelados. Nosso único esporte é caçar. Não temos pátria nem religião. Comemos com as mãos e cortamos o cabelo sempre igual. Isso, pelo menos, em 1500. De lá para cá, tudo mudou. E se, mesmo assim, você continua a ser ‘homem branco’, por que nós não podemos continuar a ser índio?”.

Esses exemplos da utilização de “índio” transcendem aquele uso aparentemente inaugurado no discurso do colonizador. Nos estudos etimológicos e semânticos de determinadas unidades lexicais, é possível verificar os inúmeros movimentos de uma palavra no processo de fixação de seu sentido, como a restrição e a ampliação de sentido e a polissemia. Também “os signi-

ficados das palavras são formações dinâmicas, e não estáticas” (Vygotsky, 1998, p. 156). As palavras em si mesmas não são portadoras de significado absoluto; não se pode dizer que a uma palavra corresponde um único significado. Assim como também não são apenas suportes para inúmeros significados, caso em que as palavras mudariam seu significado a cada uso. O que ocorre é que a língua se desenvolve em equilíbrio. As palavras têm uma história de contextos pelos quais passaram ao longo de sua existência. A cada uso, em um determinado enunciado, atualiza-se um desses contextos presentes na memória da palavra. E, naturalmente, um longo uso novo vai preparando os usuários a incorporarem a novidade na história de uma determinada palavra: “[...] a palavra não é uma embalagem vazia de significado, totalmente subordinada às restrições do texto, mas um feixe de possibilidades, oferecendo ao texto inúmeras opções de significado, embora impondo também suas normas e restrições de uso” (Leffa, 2000, p. 18).

O questionamento sobre o uso de “índio”, na atualidade, feito inclusive pelos povos originários, como uma palavra associada a um sentido único (aquele usado pelos portugueses em 1500), e que por isso deveria ser substituída por “indígena”, que consideraria uma multiplicidade de povos com diferenças ricas em vários níveis, pode fazer com que “índio”, naturalmente, ao longo do tempo, passe a ocupar menos contextos de uso. Mas isso depende dos usuários, da força real do desejo dos usuários de que isso aconteça. E um novo uso da unidade lexical ou do sintagma pode se fixar em alguns contextos apenas, mais ou menos restri-

tos: “Se recuperarmos historicamente as alterações de sistemas linguísticos, até com extinção de línguas e com criação de novas línguas, veremos que as mudanças, em cada sistema, fizeram-se a partir do *uso natural* da língua por uma comunidade”, diz Maria Helena Moura Neves, em entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo* (Vicente, 2022, grifos meus).

Sobre a alegação de que os povos indígenas não deveriam ser chamados genericamente por “índios”, Emiri e Yanomami (2022) lembram:

“Hoje em dia ninguém ignora que, no Brasil, há 305 etnias com suas diversidades sociais, culturais, linguísticas, cada uma com seu nome próprio. Quando se fala ou se escreve a respeito de um determinado povo, logicamente se utiliza seu nome específico; quando se fala ou se escreve a respeito de indígenas em geral, chamá-los de ‘índios’ não é diferente de apelidar de europeus tanto os portugueses quanto os franceses e italianos”.

O entendimento de alguns que “povos originários” ou “povos indígenas” indicariam com mais precisão e respeito o que se quer denominar não deve ser motivo para que outros usos, como o de “índio”, sejam interditados. Como se viu, “índio” é palavra empregada em diferentes momentos e contextos da história do país:

“Em nível institucional, a palavra ‘índio’ recorre desde a criação, em 1910, do SPI – Serviço de Proteção aos Índios, que, em 1967, tornou-se Funai – Fundação Nacional do Índio. Em nível acadêmico, são os estudos antropológicos, linguísticos, sociológi-

cos, históricos que, no título, enaltecem a palavra ‘índio’” (Emiri & Yanomami, 2022).

Os autores acrescentam que a luta pela terra, construída por índios e indigenistas, levou os constituintes de 1988 a escreverem a “nobre palavra ‘índio’” em nossa Constituição Cidadã e que o “estrangulamento do termo ‘índio’ é epistemicídio, sendo que através dessa palavra passaram a história, a cultura, a luta, os saberes, os direitos” (Emiri & Yanomami, 2022).

Não se faz futurologia quando se estuda a língua; identificam-se, descrevem-se e analisam-se usos. E, nesse sentido, é preciso que se respeite toda a história de usos de “índio”, sem desprezá-la e restringi-la a um único contexto, para que não exterminemos um índio que da estrela descerá, resplandecente.

“OPÇÃO SEXUAL” OU “ORIENTAÇÃO SEXUAL”?

Em relação ao também criticado uso de “opção sexual”, vejamos. O uso da expressão tem sido considerado inadequado: “[...] orientação sexual é o termo correto, pois é como a sexualidade e o desejo sexual das pessoas são direcionados internamente, sendo que as pessoas não optam por qual gênero sentirão atração afetiva e sexual” (UFMG, 2019). O que se entende, nesse caso, é que o uso de “opção sexual” indicaria, inadequadamente, que pessoas lésbicas ou gays, por exemplo, escolhem sua sexualidade.

O que se verifica é que, mesmo entre especialistas no assunto, há discordância sobre o caráter biologizante ou libertário

da sexualidade, o que determinaria o uso de “orientação sexual” ou “opção sexual”, respectivamente. Oliveira Jr. e Maio (2016) ouviram professores da escola básica e compararam seus discursos sobre pessoas LGBTQIA+ com o que alguns documentos governamentais apresentam sobre o tema. Os autores observam, em duas publicações do governo federal, *Brasil sem homofobia*, de 2004, e *Guia para adolescentes e pares: para uma educação entre pares*, de 2011, a crítica ao uso de “opção sexual”, com a justificativa de que a “orientação sexual” não é escolhida, nem aprendida.

Questiona-se, por outro lado, a ideia construída no uso de “orientação sexual”, alegando-se, por exemplo, que o fato de a pessoa não ser responsável pela determinação da sua sexualidade poderia gerar, em relação a essa pessoa, um sentimento de piedade.

Essa visão essencialista da homossexualidade (contida no uso de “orientação sexual”) revelaria a necessidade de autorização de uma determinada prática sexual e de indulgência com as pessoas LGBTQIA+, deixando de contribuir com o reconhecimento da legitimidade de um direito, o que estaria mais bem contemplado no uso da rejeitada “opção sexual”.

A escolha por “orientação sexual” parece exhibir, nesse entendimento, a ânsia pela explicação biológica de uma prática sexual, compreendendo-a como algo inato do indivíduo, reafirmando uma antiga explicação de fenômenos humanos com base no determinismo biológico:

“No caso da homossexualidade, deixando de ser entendida como uma prática sexual (social), é recorrente a tentação pela ‘explicação biológica’: pretende-se que seja um

dato fixo natural (inato ou adquirido) na realidade do indivíduo suposto ‘homossexual’. Embora a procura por explicar os fenômenos humanos a partir de bases biológicas não seja um fato atual na história da ciência, a onda do determinismo biológico tem permitido retornar, com muita aceitação e difusão pelas mídias, explicações biologizantes de realidades sociais e fenômenos culturais. Temos sido bombardeados pela descrição de fenômenos tomados como desencadeados por ‘ações do cérebro’, à simples vista de fenômenos que são reflexos ou reações fisiológicas provocadas por situações emocionais, subjetivas, sociais” (Souza Filho, 2009, p. 62).

Como se pode ver, nessa breve reflexão sobre o assunto, a escolha por “orientação sexual” ou por “opção sexual” está associada à visão que se tem da realidade e, no caso específico, ao entendimento sobre a “genealogia da homossexualidade” (Oliveira Jr. & Maio, 2016, p. 328). Para os autores, a controvérsia entre a visão essencialista e a emancipatória só vai acabar quando “se desestabilizar a heterossexualidade como padrão normativo, de forma que toda e qualquer manifestação da sexualidade não heteronormatizada deixe de ser caracterizada como desviante ou patológica” (Oliveira Jr. & Maio, 2016, p. 341).

PALAVRAS E SEUS USOS: O DINAMISMO DA LÍNGUA

Para fundamentar essa reflexão em princípios teóricos da lexicologia, área da ciência linguística que estuda o léxico da língua, é preciso começar lembrando que

é no âmbito do vocabulário, subsistema mais epidérmico da língua, que aparecem, com mais nitidez, os usos prestigiados e desprestigiados.

Antunes (2012) ressalta que atualizações lexicais que “destoam daquilo que seria um ‘léxico’ mais formal ou mais elaborado são logo percebidas como ‘evidências’ de uma competência linguística muito limitada”. Neves (2014, p. 35) acrescenta que “o povo tem fascínio pela ‘boa linguagem’, sempre que um pouco de contato com padrões cultos lhe tenha sido permitido”. Os usos lexicais que se afastam do que parece ser um vocabulário atualizado, segundo as fiscais- autoras da matéria jornalística em questão, são percebidos por elas como marcas de uma insuficiente e ultrapassada competência lexical do presidente Lula.

É necessário lembrar também daquilo que tratamos de significado básico ou primitivo de uma palavra. Nos contextos de ensino-aprendizagem de língua portuguesa, tem-se chamado bastante atenção para o tema: “Essa perspectiva de reduzir a palavra a uma única significação se ajusta muito bem aos costumeiros exercícios em torno de palavras isoladas ou de frases descontextualizadas” (Antunes, 2012, p. 23).

Antunes (2012) está fazendo referência à tradição do ensino de vocabulário nas aulas de língua portuguesa. E talvez aí se encontre a origem da prática prescritivista que subjaz à matéria jornalística em análise. Em toda a história do ensino da língua portuguesa no Brasil, desde a colonização, e mesmo antes de a disciplina ser assim denominada, o que predominou nas atividades relativas ao significado de palavras foi o exercício da sinonímia e, em número menor de vezes, da antonímia.

Com o desenvolvimento e proliferação dos livros didáticos, a partir da segunda metade do século XX, época em que a carreira do magistério começa a ser desvalorizada, tendo o professor que assumir carga horária de aulas muito grande, o livro didático passa a ser o apoio para esse profissional sobrecarregado. E, em suas páginas, o que se encontrava nas seções destinadas ao vocabulário eram, principalmente, glossários ao final do texto-base que costumava iniciar cada capítulo. O autor escolhia, de seu entendimento, palavras que imaginava que seriam difíceis para o estudante e, abaixo do texto, inseria-as em uma lista, cada uma seguida de um significado em forma de sinônimo. Observe-se: para a palavra difícil aparecia um sinônimo associado. E isso era quase tudo que se fazia no trabalho com o léxico da língua.

São essas insuficiência e restrição do trabalho com o léxico que marcaram gerações de estudantes. A palavra não era vista em sua relação com outras, com o contexto, com o mundo. Ela era associada a um único significado (que figurava na forma de um sinônimo).

Para além de seu significado básico (aquele que, em geral, é usado em um maior número de contextos em que uma palavra ocorre), as palavras vão recebendo ressignificações construídas nos inúmeros enunciados produzidos pelos usuários da língua. Seja nos usos literários, em que se explora intensamente a virtualidade da língua, seja no uso da língua comum, no nosso simples e saboroso cotidiano linguístico, a palavra vai se ajustando às necessidades de seus enunciadorees nas cenas da enunciação. Até o isolamento do signo linguístico, utilizado como método para

estudá-lo como unidade virtual do sistema da língua, não pode prescindir da realização discursiva (Biderman, 2001).

A postura prescritivista, vista em usos como “Lula erra”, “usa linguagem ultrapassada”, “usou os termos ‘índio’ em referência a indígenas e ‘opção’ em vez de orientação sexual”, revela o entendimento de língua como algo estático, desconsiderando-se o movimento das palavras e, principalmente, o fato de que o sentido delas também se constitui no discurso. O prescritivismo ganha espaço no falso lugar de uma sociedade estática, com nenhuma mobilidade. E a redução da palavra a uma única significação é um entendimento restrito das noções que o léxico de uma língua encobre. Como nos lembra Antunes (2012, p. 23), a redução da palavra a uma única significação parece “etiquetas em pedra”.

Os sistemas léxicos das línguas retratam a experiência humana acumulada e o acervo cultural das sociedades. Os indivíduos atuam na perpetuação e reelaboração contínua desses sistemas, que poderão se expandir, se alterar ou se contrair, em razão de mudanças sociais e culturais que levam seções do léxico à marginalização,

ao desuso, ao desaparecimento ou mesmo ao contrário: palavras podem voltar à circulação, muitas vezes com novas conotações, sempre para o enriquecimento do léxico da língua (Biderman, 1978).

É estreito esse olhar para as palavras como se elas fossem portadoras de significado absoluto, fazendo-se pouco caso do seu enlace com o usuário, com a situação de enunciação, com o discurso e com o gênero discursivo: “[...] o indivíduo gera a semântica de sua língua, [...] o universo semântico se estrutura em torno de dois polos opostos: o indivíduo e a sociedade” (Biderman, 1978, p. 139). E é essa estreiteza que sedimenta o fiscal da língua, levando-o a permanecer alerta, em estado de correção.

Resta uma pergunta: de onde vem a autoridade para se dizer o que é um bom uso linguístico? Essa língua desejável a que almejam as enunciantes do discurso prescritivista sobre o uso de Lula está a serviço da discriminação social e não da interação sociocomunicativa, função precípua da língua.

Ultrapassada não é a linguagem que Lula usa. Ultrapassado é o prescritivismo.

REFERÊNCIAS

- ALEIXO, I.; SÁ, C. "Rede TV!: Lula usa linguagem ultrapassada ao citar 'índio' e 'opção sexual'". Portal UOL. São Paulo, 3/fev./2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/02/03/redetv-lula-usa-linguagem-ultrapassada-ao-citar-indio-e-opcao-sexual.htm>. Acesso em: 15/ago./2023.
- ANTUNES, I. *Território de palavras: estudo do léxico em sala de aula*. São Paulo, Parábola Editorial, 2012.
- BIDERMAN, M. T. C. *Teoria linguística: linguística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- BRÉAL, M. *Ensaio de semântica*. São Paulo/Campinas, Pontes/Educ, 1992.
- CAMACHO, R. "Sociolinguística", in F. Mussalim; A. C. Bentes (orgs.). *Introdução à linguística*, v. 1. São Paulo, Cortez, 2005.
- EMIRI, L.; YANOMAMI, G. "Vida longa ao termo 'índio'". Disponível em: <https://lorettaemiriegliyanomami.wordpress.com/2022/11/24/vida-longa-ao-termo-indio/>. Acesso em: 1º/ago./2023.
- FARACO, C. A. "Norma padrão brasileira: desembaraçando alguns nós", in M. Bagno (org.). *Linguística da norma*. São Paulo, Loyola, 2002, pp. 37-61.
- FRANCO, J.; CASABLANCA, K. "Linguagem neutra: debate deve ser levado a sério, defende linguista". *Direto na Fonte*. Campinas, Unicamp TV, 26/nov./2020.
- GALEANO, E. *As palavras andantes*. Porto Alegre, LP&M, 1994.
- GUEDES, B.; BASTOS, R. "Amor de índio". Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/beto-guedes/44530/>. Acesso em: 15/ago./2023.
- ISA. *Menos preconceito, mais índio*. 2017. Disponível em: <https://campanhas.socioambiental.org/maisindio/>. Acesso em: 15/ago./2023.
- KAIOWÁ, R. Índio cidadão? Documentário produzido pelo Fundo de Apoio à Cultura da Secretaria de Cultura do Distrito Federal, 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/432678-indio-cidadao/>. Acesso em: 1º/ago./2023.
- LEFFA, V. J. (org.). *As palavras e sua companhia: o léxico na aprendizagem das línguas*. Pelotas, Educat, 2000.
- NEVES, M. H. M. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na língua portuguesa*. São Paulo, Contexto, 2014.
- OLIVEIRA JR, I.; MAIO, E. R. "Opção ou orientação sexual? (Des)controvérsias na (des) contextualização da homossexualidade". *Ensino em Revista*, v. 23, n. 2. Uberlândia, jul./dez. 2016, pp. 324-44.
- SOUZA FILHO, A. de. "A política do conceito: subversiva ou conservadora? – crítica à essencialização do conceito de orientação sexual". *Bagoas*, n. 4, 2009, pp. 59-77.
- UFMG. "Orientação sexual não é uma escolha, afirma pesquisador da UFMG". Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/orientacao-sexual-nao-e-uma-escolha-afirma-pesquisador-da-ufmg>. Acesso em: 1º/ago./2023.
- ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.
- VELOSO, C. "Um índio". Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/caetano-veloso/discografia/bicho-1977/>. Acesso em: 15/ago./2023.

VICENTE, E. "Professora e linguista com 70 anos no serviço público vê equívoco em termo 'linguagem neutra'". *Folha de S. Paulo*, 31/mar./2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/03/professora-e-linguista-com-70-anos-no-servico-publico-ve-equivoco-em-termo-linguagem-neutra.shtml> Acesso em 28/jul./2023.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

WISNIK, G. "Espaço em obra". *Jornal da USP*, 5/set./2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/colunista-utiliza-a-cancao-um-indio-para-prever-risco-de-destruicao-das-nacoes-indigenas/>. Acesso em: 29/jul./2023.

É verdade ou *fake news*?
Estratégias linguísticas de manipulação
em textos que promovem a desinformação

Luiza Prevedel Pereira
Juliano Desiderato Antonio





resumo

As *fake news* têm se revelado um grande problema do mundo moderno pelo fato de se espalharem muito rapidamente pela internet e influenciarem muitas pessoas em assuntos como política, economia, ciência e saúde. No período da pandemia de covid-19, foi possível observar como as *fake news* podem ser danosas para a sociedade, levando à descrença nas vacinas por parte de muitas pessoas e ao uso de medicamentos ineficazes como forma de automedicação pela população. Dessa forma, é importante investigar características linguísticas dos textos que promovem a desinformação para encontrar padrões ou pistas que possam levar a uma maior compreensão sobre como as *fake news* são construídas. Neste artigo, procuramos apresentar duas estratégias linguísticas utilizadas na construção de *fake news* com a finalidade de manipular as informações.

Palavras-chave: *fake news*; desinformação; estratégias de manipulação; modalidade epistêmica; evidencialidade.

abstract

Fake news have become a major problem in the modern world due to the fact that they are spread very quickly over the internet and influence many people in matters such as politics, economics, science and health. During the covid-19 pandemic, it was possible to observe how fake news can be harmful to society, leading to disbelief in vaccines on the part of many people and the use of ineffective medicines as a form of self-medication by the population. Thus, it is important to investigate linguistic characteristics of texts that promote disinformation to find patterns or clues that may lead to a greater understanding of how fake news are constructed. In this article, we try to present two linguistic strategies used in the construction of fake news in order to manipulate information.

Keywords: *fake news*; misinformation; manipulation strategies; epistemic modality; evidentiality.

Nos últimos anos, a confiança e a credibilidade de diversos veículos de comunicação vêm caindo consideravelmente por parte do público em geral. De acordo com Mick (2019), a taxa de confiança popular nos meios de comunicação dos brasileiros está em declínio desde 2009.

Um possível efeito dessa descrença popular é a migração da preferência da população por outras fontes de conteúdo, como redes sociais (Facebook e Instagram, por exemplo) e aplicativos de mensagens (como o WhatsApp), em uma tentativa de fugir dos meios de comunicação mais tradicionais; e é essa fuga que leva muitos a terem acesso a informações distorcidas, falsas ou incompletas.

As *fake news* são um grande problema do mundo moderno. Apesar de rumores, teorias da conspiração e boatos sempre terem existido, atualmente, com a internet, eles influenciam muitas pessoas em um panorama de assuntos, como política, economia, ciência e saúde, de forma muito rápida (Allcott & Gentzkow, 2017). A expressão *fake news* se tornou mais popular durante as eleições presidenciais dos Estados Unidos em 2016, em que diversos artigos favorecendo ou atacando Hillary Clinton ou Donald Trump eram compartilhados em massa (Alba-Juez & Mackenzie, 2019). No período da pandemia de covid-19, foi possível observar como as

LUIZA PREVEDEL PEREIRA é mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá.

JULIANO DESIDERATO ANTONIO é professor do Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá.

fake news podem ser danosas para a sociedade, levando muitas pessoas à descrença nas vacinas, à depreciação da instituição científica e ao uso de medicamentos ineficazes como forma de automedicação.

De acordo com Van Swol (2014), são três os principais motivos que levam alguns a acreditarem em quaisquer informações que leem: primeiramente, as pessoas apresentam o chamado *truth-bias*, que, segundo Pantazi, Kissine e Klein (2018), consiste na tendência de acreditar em uma informação seja ela verdade ou não; ou seja, elas assumem, em geral, que a informação recebida é verdadeira. Em segundo lugar, as pessoas tendem a receber como verdade ideias sobre assuntos de que elas não entendem por completo. Além disso, elas também têm a tendência de aceitar como verdade somente proposições compatíveis com a sua forma de pensar (Van Swol, 2014).

Dessa forma, é importante investigar características linguísticas dos textos que promovem a desinformação para encontrar padrões ou pistas que possam levar a uma maior compreensão sobre como as *fake news* são criadas, desenvolvidas e compartilhadas. Neste artigo, apresentamos duas estratégias linguísticas utilizadas na construção das *fake news* com a finalidade de manipular as informações. Isso será feito por meio da análise de exemplos retirados de uma amostragem com textos verdadeiros e textos que promovem a desinformação alinhados pelo tópico principal tratado na notícia.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS *FAKE NEWS*

Apesar de ser tão utilizada nos últimos anos, a expressão “*fake news*” não é de

simples definição. Alba-Juez e Mackenzie (2019) afirmam que, na maioria dos casos, as *fake news* não são totalmente falsas, mas versões distorcidas de algo que realmente aconteceu ou versões manipuladas de fatos verdadeiros. Muito além de uma “mentira” e por nem sempre serem completamente falsas, Alba-Juez e Mackenzie (2019) afirmam que as *fake news* são um subgênero caracterizado pela comunicação enganosa. Analisando a situação discursiva em que as *fake news* se inserem, os autores sugerem que “o leitor pode ou não suspeitar que o texto é falso, mas se estiver alinhado com a sua visão política, filosófica ou pessoal e o faz se sentir bem, ele vai aceitá-lo e sintonizar-se com ele [...], independentemente de sua veracidade” (Alba-Juez & Mackenzie, 2019, p. 23, tradução nossa¹).

Apesar do fato de que as pessoas sempre inventaram histórias, compartilhando informações incompletas e falsas como boatos, Alba-Juez e Mackenzie (2019) afirmam que a razão pela qual as *fake news* são um problema muito mais grave é a grande velocidade com que elas se espalham pela internet e pelas redes sociais. Os autores observaram que as *fake news* são mais compartilhadas que as notícias verdadeiras nos meios digitais por serem mais impactantes ou chocantes, apelando para a “tendência humana de prestar mais atenção a eventos negativos sensacionalistas” (Alba-Juez & Mackenzie, 2019, p. 24, tradução nossa²).

1 “[...] the reader may or may not know or suspect that the news is fake, but if it aligns with her political/philosophical/personal views and makes her ‘feel good’, she will accept it and tune into it [...], regardless of its veracity.”

2 “[...] the human tendency to pay more attention to sensational negative events”.

Em uma análise do discurso jornalístico e de seus recursos linguísticos, Alba-Juez e Mackenzie (2019, p. 28) afirmam que a persuasão possui o lado positivo de construir credibilidade a partir de argumentos lógicos, esclarecendo questões a partir das emoções dos leitores. Esse recurso é frequentemente utilizado por jornalistas para dar confiabilidade para os seus textos. Entretanto, nas *fake news*, os autores apelam para as emoções dos leitores com a prática da manipulação, uma estratégia discursiva que caracteriza as *fake news*.

Maillat e Oswald (2011) apresentam duas estratégias retóricas para fins manipulativos; a primeira consiste em recorrer à “voz” de um suposto especialista para apresentar um argumento como indiscutível e a segunda em apresentar um argumento como verdadeiro porque “todos dizem isso”. Além dessas estratégias, os autores utilizam outros recursos discursivos, como apresentar os defeitos de uma pessoa ao invés de suas opiniões, escrever sobre fatos que compactuam com as suas crenças ideológicas etc.

Após uma análise sobre o impacto de informações falsas nas eleições presidenciais estadunidenses de 2016, Allcott e Gentzkow (2017, p. 212, tradução nossa³) conceituam *fake news* como “sinais distorcidos não correlacionados com a verdade”, ou seja, textos intencionalmente e comprovadamente falsos que podem enganar os seus leitores. Em seu artigo, os autores diferenciam as *fake news* de seus outros “primos”, como erros de reportagem não intencionais, rumores que não se originam de uma determi-

nada notícia, teorias da conspiração (que são originadas por pessoas que acreditam que elas sejam verdadeiras), sátiras (que normalmente não são interpretadas erroneamente como factuais, como o jornal *O Sensacionalista*, no Brasil) etc. (Allcott & Gentzkow, 2017, p. 214).

Esses “parentes” ancestrais das *fake news* não eram compartilhados apenas oralmente em rodas de conversas informais, mas também em jornais impressos. Um exemplo histórico é “O grande engodo da Lua”, uma série de artigos publicados no jornal *New York Sun*, em 1835, sobre a suposta descoberta de vida na Lua que fez com que as vendas do jornal aumentassem consideravelmente (Allcott & Gentzkow, 2017). Alguns meses após as publicações, o jornal admitiu que os artigos não eram verdadeiros. Identificamos outro exemplo mais recente no cenário brasileiro em 2013, em que um boato de grande repercussão, que chegou a pelo menos 12 estados brasileiros, afirmava que os pagamentos do benefício Bolsa Família seriam suspensos. Mesmo que o boato tenha sido desmentido pelo governo, mais de 113 agências da Caixa registraram problemas por conta do grande fluxo de pessoas (Neri, 2013).

Na atualidade, as *fake news* não podem ser definidas como apenas uma notícia ou informação falsa, já que, como afirmam Allcott e Gentzkow (2017), elas são informações distorcidas, completamente ou parcialmente falsas, propagadas com o objetivo de manipular; portanto, nem sempre as *fake news* se apresentam em formato de “notícia”, mas também em forma de vídeo, imagem com textos, comentários ou outros gêneros. Outro fator importante a ser considerado é que as *fake news* podem

3 “[...] *distorted signals uncorrelated with the truth*”.

ser formadas a partir de um fato verídico deslocado de seu contexto original, como uma reportagem antiga compartilhada como sendo atual, ou tendo suas informações apenas parcialmente apresentadas. Verificamos, durante a pandemia de covid-19, vídeos de especialistas afirmando que as pessoas não precisavam se isolar em casa ou que não precisavam utilizar máscaras; os vídeos eram reais, mas foram publicados no início da descoberta do vírus, em que os casos só eram encontrados na China. Compartilhar esses vídeos em um outro contexto da pandemia, em que essas medidas são recomendadas, é uma forma de difundir a desinformação.

Allcott e Gentzkow (2017) afirmam que as *fake news* são mais baratas de se produzir e fornecer do que notícias verdadeiras; entretanto, elas impõem custos privados e sociais, tornando difícil para os consumidores inferirem o verdadeiro estado do mundo. Com relação à produção de *fake news*, os autores afirmam que muitos *sites* que publicam *fake news* são criados inteiramente para esse fim; normalmente, os nomes desses *sites* são escolhidos para se assemelharem aos de organizações de notícias legítimas. Outros publicam uma mistura de notícias verdadeiras, notícias com viés partidário e *fake news*. É comum que esses *sites* fiquem pouco tempo disponíveis na internet, dificultando o processo de rastreamento da origem desses textos.

Entretanto, muitas *fake news* são compartilhadas em outros meios digitais, como as redes sociais. Allcott e Gentzkow (2017) sugerem três possíveis razões pelas quais as redes sociais podem ser especialmente propícias para a propagação de *fake news*. Em primeiro lugar, os custos para entrar

no mercado das redes sociais e para produzir conteúdo são pequenos; isso aumenta a lucratividade das estratégias de pequeno prazo que são comumente utilizadas por produtores de *fake news*, reduzindo a necessidade de construir uma reputação de qualidade a longo prazo. O segundo fator é que o formato específico de postagens em redes sociais dificulta o julgamento da veracidade de um texto, já que é compartilhado em pequenos espaços por conta do formato de visualização em aparelhos celulares. Por último, os autores afirmam que nas redes sociais as pessoas estão mais propensas a ler e compartilhar textos que estão alinhados com as suas posições ideológicas, já que as suas redes de amigos são compostas de indivíduos com opiniões semelhantes. Dessa forma, as pessoas estão menos propensas a receber evidências sobre o verdadeiro estado do mundo, que muitas vezes não está alinhado com as suas próprias crenças individuais. Sobre as possíveis motivações para a criação e compartilhamento de *fake news*, Allcott e Gentzkow (2017) afirmam que, caso os textos se tornem virais nas redes, eles podem gerar uma receita publicitária significativa quando os seus leitores clicam no site original da publicação. Além disso, muitos provedores de *fake news* procuram promover candidatos políticos de sua preferência, além de difamar seus concorrentes. Essas publicações podem ser feitas por vontade própria ou patrocinadas por terceiros.

SOBRE A AMOSTRA ANALISADA

Para este trabalho, utilizamos uma amostragem composta de cem *fake news* selecio-

nadas da coletânea de 3.500 *fake news* e 3.500 notícias verdadeiras intitulada *Fake.Br Corpus*. A coletânea foi criada por pesquisadores do Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional (Nilc) e publicada em 2018 (Monteiro et al., 2018). As *fake news* foram coletadas de quatro *websites*: Diário do Brasil, A Folha do Brasil, The Jornal Brasil e Top Five TV (Monteiro et al., 2018). Já as notícias verdadeiras foram coletadas dos jornais *GI*, *Folha de S. Paulo* e *Estadão*. Tanto as *fake news* quanto as notícias verdadeiras foram coletadas e verificadas manualmente; além disso, os criadores do *corpus* buscaram as notícias verdadeiras a partir de palavras-chave mencionadas em cada *fake news*, ou seja, elas estão alinhadas pelo tópico principal do texto. De acordo com Monteiro et al. (2018, p. 4, tradução nossa⁴), esse alinhamento “é relevante tanto para os estudos linguísticos quanto para fins de aprendizado de máquina, já que instâncias positivas e negativas são importantes para validar padrões linguísticos e para o aprendizado automático, dependendo da abordagem adotada”.

Além do alinhamento, os pesquisadores levaram outros fatores em consideração para a seleção dos textos, como estar totalmente em formato de texto (sem vídeos ou imagens com textos), ter um tamanho similar em números de palavras, ter o *link* original das notícias verdadeiras e das *fake news* etc. Ambos os tipos de textos coletados foram publicados de janeiro de 2016 até

janeiro de 2018. A coletânea *Fake.Br Corpus* disponibiliza não apenas os textos das notícias e *fake news*, mas também os seus *links* e os metadados, como os autores, data de publicação, quantidade de comentários e visualizações, quando disponível.

Observamos que, no geral, as *fake news* apresentam um conteúdo opinativo, como o gênero textual comentário, em que os autores emitem um juízo de valor sobre os assuntos tratados. Quanto ao tamanho dos textos, as *fake news* têm uma média de 150 a 400 palavras.

DUAS ESTRATÉGIAS DE MANIPULAÇÃO DAS INFORMAÇÕES UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO DE *FAKE NEWS*

A primeira estratégia da qual trataremos é o uso da modalidade epistêmica, que, segundo Neves (2011), se refere ao conhecimento e à crença. Essa modalidade demonstra “o conhecimento do falante sobre o mundo” (Neves, 2011, p. 160). De acordo com Dall’Aglio-Hattner (1996, p. 171), “a modalidade epistêmica se reveste de diferentes funções na situação de interação. Ao qualificar epistemicamente uma proposição, o falante não só a avalia como certa ou possível, mas também se posiciona com relação a essa avaliação”. Ao utilizar a modalidade epistêmica, o falante se revela como a origem da informação, fazendo um julgamento sobre a informação apresentada na predicação; a avaliação epistêmica é feita, portanto, com base no conjunto de crenças e conhecimentos que o falante possui (Dall’Aglio-Hattner, 1996). Apresentamos a seguir alguns exemplos de como

4 “[...] is relevant for both linguistic studies and machine learning purposes, as positive and negative instances are important for validating linguistic patterns and automatic learning, depending on the adopted approach”.

a modalidade epistêmica é utilizada na construção das *fake news*.

- 1) Ué, mas se a expulsão é algo tão bom para seu currículo, por que tanta choradeira, Kátia? *Sabemos* o motivo. Provavelmente Kátia não tem valor para o PT.
- 2) E *todos sabem* que pecuaristas e agriculturas são vítimas de terrorismo causado pelo MST, movimento sanguinário apoiado pelo PT.
- 3) Dono de uma insuperável rejeição entre os paulistas, Maluf batia todos os adversários no primeiro turno, mas “*era sabido de antemão*” que o candidato seria presa fácil na segunda etapa do pleito.

Nas ocorrências 1, 2 e 3, observamos o verbo “saber” em três usos distintos; nestes casos, o objetivo dos autores é mostrar que a proposição apresentada seria de conhecimento de uma parcela da população. Ao utilizar a modalidade epistêmica nessas sentenças, os autores incluem todas as pessoas de seus respectivos contextos como portadoras dessas informações, tratando as proposições apresentadas como fatos. Na ocorrência 1, por exemplo, a modalização epistêmica da sentença “Sabemos o motivo” justifica a sentença seguinte, “Provavelmente Kátia não tem valor para o PT”; neste caso, o autor da *fake news* utiliza o mecanismo da modalização epistêmica para difamar Kátia.

O mesmo acontece na sentença 2, quando o autor pontua que “todos sabem que pecuaristas e agriculturas são vítimas de terrorismo causado pelo MST”; o verbo epistêmico justifica o que é dito na sentença, já que o autor considera a proposição como uma verdade. O mecanismo modal

é utilizado também para injuriar o MST, que, na ocorrência, é acusado de fazer terrorismo. Na sentença 3, a proposição que o autor considera como “sabido de antemão” mostra justamente a sua visão sobre o acontecimento; para o autor, Maluf seria “presa fácil” nas eleições.

- 4) A comemoração de um ano da morte do genocida em Havana não teve muitas solenidades. Os grupos comunistas, sempre sádicos, fizeram homenagens a Fidel. Mas é claro que a maioria do povo comemora por dentro.

No exemplo 4, o autor demonstra considerar a proposição óbvia ou certa ao utilizar a construção “mas é claro que”, manifestando a sua opinião sobre a informação dada, “que a maioria do povo comemora por dentro”, ao falar das homenagens a Fidel Castro. Além disso, o seu uso está ligado com a pressuposição desengatilhada nas sentenças anteriores, em que o autor afirma que não houve muitas solenidades; o sentido proposto pelo autor da *fake news* é de concessividade, refutando com a conjunção “mas” com a assunção “é claro que”. Em uma *fake news*, essa certeza que o autor demonstra em seu texto é utilizada para convencer os leitores de que a proposição é verdadeira.

A segunda estratégia que abordaremos é a evidencialidade, categoria linguística responsável pela indicação da fonte da informação (Aikhenvald, 2004; Bybee, 1985). Para Aikhenvald, os marcadores evidenciais podem ser manipulados de maneiras intrincadas para espalhar mentiras: “Ou a fonte da informação pode estar correta e a informação falsa, ou o contrário. A

proficiência dos falantes em evidenciais é muitas vezes um símbolo de seu *status* dentro de uma comunidade e indica o quão bem eles conhecem as convenções existentes” (Aikhenvald, 2004, p. 5, tradução nossa⁵).

Vejamos alguns exemplos de como os autores de *fake news* utilizam a evidencialidade na construção de seus textos.

- 5) Do jeito que ele falou, *parece que* o suposto “medo de venda aos chineses” é pretexto para evitar a privatização.
- 6) *Ao que parece*, com a saída do PGR, Rodrigo Janot passou a fase em que havia motivação apenas para tentar prender senadores que fossem adversários do PT.
- 7) Agora o jornal carioca *O Dia* divulga que Temer decidiu demitir Luislinda e dar um fim ao seu problema. *Ao que parece*, o presidente ainda busca uma saída honrosa para Luislinda.

Nos exemplos 5, 6 e 7, o verbo “parecer” é utilizado para demonstrar a fonte do conhecimento. De acordo com Freitag (2003, p. 114), a construção “parece que” ou “ao que parece” é “uma marca de informação indireta/comum a duas ou mais pessoas”, como uma constatação que o falante faz a partir do que observa do “mundo” que se coloca à sua frente. Para a autora, essa construção é um marcador de opinião e de percepção. Dessa maneira,

5 “Either the information source may be correct, and the information false; or the other way round. Speakers’ proficiency in evidentials is often a token of their status within a community and indicates how well they know the existing conventions.”

as proposições são tratadas como verdadeiras por serem “comuns”, isentando o autor da *fake news* da responsabilidade do que está sendo dito.

- 8) *Kátia Abreu diz que* vai colocar sua expulsão em uma moldura, mas não para de reclamar.
- 9) *Alckmin diz que* por ele PSDB “desembarca”, mas não explica se utilizará o aparelho do filme MIB.
- 10) *Segundo Dilma*, a expulsão de Kátia “é um jogo de cartas marcadas [...]”.
- 11) *Para João Doria*, o deputado federal Jair Bolsonaro é o reflexo de Lula [...].

Nos exemplos 8, 9, 10 e 11, podemos observar a evidencialidade sendo usada pelos autores a partir de um nome de uma personalidade conhecida no contexto brasileiro; nesses exemplos, a fonte do conhecimento é a própria personalidade, que é usada para atestar o que está sendo dito com as construções “diz que”, “segundo [pessoa]”, “para [pessoa]”. Os autores das *fake news* utilizam os nomes de personalidades conhecidas para passar alguma credibilidade do que está sendo dito. Nos exemplos, observamos quatro políticos conhecidos no Brasil: a ex-ministra Kátia Abreu, o ex-governador Alckmin, a ex-presidente Dilma e o ex-governador João Doria.

- 12) Um texto de Jorge Gauthier, para o blog *Me Salte*, do jornal *Correio 24 Horas*, acha que o pessoal está reclamando demais [...].
- 13) [...] acrescentou, em entrevista ao jornalista José Luiz Datena, na *Rádio Bandeirantes*.
- 14) As informações são da *Veja*.

- 15) Agora o jornal carioca *O Dia* divulga que Temer decidiu demitir Luislinda e dar um fim ao seu problema.

Nos exemplos 12, 13, 14 e 15, observamos a evidencialidade a partir da referência a meios de comunicação, como revistas, jornais e rádios brasileiros de renome. A fonte de informação vinda de um meio que é utilizado socialmente para transmitir notícias também passa credibilidade e exige o autor da *fake news* de qualquer relação com o que está sendo informado no texto. Encontramos outras inúmeras ocorrências com o mesmo perfil; menções a instituições jornalísticas como evidenciais. Em 12, o autor menciona o jornal diário do estado da Bahia *Correio Vinte Quatro Horas*; em 13, a Rádio Bandeirantes, da cidade de São Paulo; em 14, a conhecida revista *Veja*; e em 15, o jornal *O Dia*, da cidade do Rio de Janeiro.

- 16) [...] diz o deputado em um vídeo no qual divulga o curso.
17) Vídeo mostra que o Professor Marco Antonio Villa, comentarista da Jovem Pan, é um verdadeiro farsante.
18) [...] antecipou o fim do grupo de trabalho da Polícia Federal em Curitiba num post publicado em sua página do Facebook [...].
19) Diversas páginas do Facebook tentam construir a imagem de um candidato com coragem de dizer o que pensa [...].

Nos exemplos de 16 a 19, observamos a evidencialidade proveniente do meio digital. Em 16 e 17, vídeos são utilizados como evidenciais nas sentenças. Nos exemplos 18 e 19, a rede social Facebook é utilizada como a fonte da informação das proposi-

ções apresentadas pelos autores. Como já mencionamos anteriormente neste trabalho, as *fake news* podem ser compartilhadas em vários formatos, como vídeos, postagens em redes sociais etc.

- 20) Segundo fontes próximas ao prefeito João Doria, a maior tendência é a migração para o DEM.
21) Fontes próximas a família comentam sobre possibilidade de envenenamento.

Nos exemplos 20 e 21, observa-se que a fonte do conhecimento provém de pessoas que não foram nomeadas no texto, mas que supostamente possuem alguma relação com a pessoa apresentada nas proposições. Em 20, a fonte da informação é apresentada como “fontes próximas ao prefeito João Doria”, e em 21, a marca da evidencialidade é a forma verbal “comentam”, e a fonte da informação pode ser observada em “fontes próximas a (sic) família”. Os autores das *fake news* demonstram considerar os evidenciais escolhidos suficientemente válidos para dar credibilidade para os seus textos.

- 22) Em uma série de estudos realizados em Vancouver, as benzodiazepinas têm sido associadas a taxas de mortalidade mais altas do que as drogas ilegais, como a heroína ou a cocaína.
23) [...] os cientistas apresentaram evidências de uma série de estudos nacionais e internacionais que identificaram os riscos à saúde [...].
24) Em pesquisa da Universidade de Nevada, nos Estados Unidos [...].
25) Temos registros de alguns estudos um pouco mais antigos, mas pesquisas epi-

demiológicas com evidências populacionais [...].

- 26) *Pesquisa realizada pelo Instituto Vox Popular* foi divulgada nesta segunda-feira [...].

Nas ocorrências de 22 a 26, os autores utilizam os termos “pesquisas”, “cientista” e “estudos” e o nome de algumas universidades como a fonte da informação, em uma tentativa de relacionar as suas proposições com algum embasamento científico. Em 22, os autores mencionam “uma série de estudos realizados em Vancouver”; em 23, a forma verbal “apresentaram” é a marca evidencial – na ocorrência, os autores afirmam que os supostos cientistas encontraram evidências a partir de estudos nacionais e internacionais; no entanto, o autor da *fake news* não apresenta essas evidências em seu texto; em 24, o autor menciona pesquisas na “Universidade de Nevada, nos Estados Unidos”; em 25, o autor afirma que existem “pesquisas epidemiológicas com evidências populacionais”; e em 26, é citada uma suposta pesquisa do “Instituto Vox Popular”. Entretanto, os textos não mencionam ou não dão informações detalhadas sobre as supostas pesquisas ou sobre os supostos cientistas, deixando evidente que os termos estão sendo empregados com o objetivo de convencer o leitor do que está sendo dito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos mostrar como os autores de *fake news* utilizam de estratégias linguísticas para manipular informações. A modalidade é empregada como estratégia para convencer os leitores de que as proposições apresentadas são de conhecimento público e/ou notório, e quem não sabe deve assimilá-las como verdades para não ser uma pessoa desinformada. Além disso, é utilizada para manifestar as opiniões e certezas do autor.

No que diz respeito à evidencialidade, a maioria das *fake news* analisadas identifica uma fonte de informação que, no geral, é conhecida pela população, como jornais, revistas e rádios populares, e fala de políticos ou outras fontes. Entretanto, os fatos ou citações apresentados por essas fontes estavam muitas vezes incorretos ou parcialmente incorretos. Observamos que algumas *fake news* partem de fatos ou acontecimentos verdadeiros, mas foram manipuladas pela forma como o autor apresenta a informação. Identificamos também ocorrências em que os autores apenas mencionavam instituições científicas, personalidades conhecidas ou veículos de comunicação, sem necessariamente relacioná-los com as proposições apresentadas, funcionando apenas como uma estratégia de manipulação.

REFERÊNCIAS

- AIKHENVALD, A. Y. *Evidentiality*. New York, Oxford University Press, 2004.
- ALBA-JUEZ, L.; MACKENZIE, L. "Emotion, lies, and 'bullshit' in journalistic discourse: the case of fake news". *Ibérica*, n. 38. Madri, 2019, pp. 17-50.
- ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. "Social media and fake news in the 2016 Election". *Journal of Economic Perspectives*, v. 31, n. 2, 2017, p. 211-36.
- BYBEE, J. *Morphology: a study of the relation between meaning and form*. Amsterdam, John Benjamins, 1985.
- DALL'AGLIO HATTNER, M. M. "Uma análise funcional da modalidade epistêmica". *Alfa: Revista de Linguística*, v. 40, 1996.
- FREITAG, R. M. "O papel da frequência de uso na gramaticalização de *acho* (que) e *parece* (que) marcadores de dúvida na fala de Florianópolis". *Veredas*, v. 7, n. 1 e n. 2, 2003, pp. 113-32.
- MAILLAT, D.; OSWALD, S. "Constraining context: A pragmatic account of cognitive manipulation", in C. Hart (ed.). *Critical discourse studies in context and cognition*. Amsterdam, John Benjamins, 2011, pp. 65- 80.
- MICK, J. "Profissionalismo e confiança: o curioso caso do país que acredita mais nos jornalistas do que na mídia". *Política & Sociedade*, v. 18, n. 43, Florianópolis, 2019.
- MONTEIRO, R. A. et al. "Contributions to the study of fake news in Portuguese: new corpus and automatic detection results". *Proceedings of the 13th international conference on the computational processing of Portuguese (PROPOR)*. Canela, September, 2018, pp. 324-34.
- NERI, F. "Boato sobre Bolsa Família chegou a ao menos 12 estados, diz ministério". *G1*. 19/mai./2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/05/ministra-descarta-possibilidade-desuspensao-do-bolsa-familia.html>. Acesso em: 10/jul./2022.
- NEVES, M. H. de M. *Texto e gramática*. São Paulo, Contexto, 2011.
- PANTAZI, M.; KISSINE, M.; KLEIN, O. "The power of the truth bias: false information affects memory and judgment even in the absence of distraction". *Social Cognition*, vol. 36, n. 2, 2018, pp. 167-98.
- VAN SWOL, L. "Truth bias", in T. Levine (ed.). *Encyclopedia of deception*. California, Sage Publications, 2014, pp. 904-6.



**Práticas linguístico-sociais
de *rappers* brasileiros**

Gabriele Pecuch

Hélcio Batista Pereira



resumo

O presente estudo toma por objeto as práticas linguístico-discursivas de *rappers*, a partir da concepção da terceira onda da sociolinguística, acerca das interações entre a linguagem e o social, descrita por trabalhos como Eckert (2005; 2006). Para tanto, analisamos transcrições de entrevistas de quatro sujeitos, concedidas ao programa “Manos e Minas”, focalizando os marcadores discursivos e as escolhas lexicais realizadas. Para melhor compreender como a linguagem é utilizada na construção das práticas sociais desse grupo de falantes, analisamos também as representações discursivas desses depoimentos e os contornos identitários realizados.

Palavras-chave: terceira onda da sociolinguística; linguagem de *rappers*; comunidade de prática.

abstract

This article takes as its object the linguistic-discursive practices of rappers, from the conception of the 3rd wave of Sociolinguistics, about the interactions between language and the social, described by works like Eckert (2005; 2006). For that, we analyzed transcripts of interviews with four subjects, granted to the “Manos e Minas” program, focusing on the discursive markers and the lexical choices made. To better understand how language is used in the construction of the social practices of this group of speakers, we also analyzed the discursive representations of these testimonies and the identity outlines carried out.

Keywords: 3^a wave of Sociolinguistics; rappers language; community of practice.

A

língua é um instrumento essencial à comunicação humana. Por meio dela, interagimos uns com os outros e, nesse processo de interação, constituímos nossa identidade e um senso de pertencimento em diferentes grupos sociais. Segundo Sapir (1963, p. 162),

“A linguagem é um guia para a ‘realidade social’ [...] ela condiciona poderosamente todo o nosso pensamento sobre os problemas sociais e processos. Os seres humanos não vivem apenas no mundo objetivo, nem sozinhos no mundo da atividade social como comumente entendido, mas estão muito à mercê da linguagem particular que se tornou o meio de expressão de sua sociedade. É uma grande ilusão imaginar que alguém se ajusta à realidade

essencialmente sem o uso da linguagem e que a linguagem é apenas um meio incidental de resolver problemas específicos de comunicação ou reflexão. O fato da questão é que o ‘mundo real’ é, em grande parte, construído inconscientemente sobre os hábitos linguísticos do grupo”.

Nesse mesmo sentido, para a terceira onda da sociolinguística (Eckert, 2005), um falante se engaja em práticas sociais quando escolhe uma determinada forma linguística para se expressar. E, nesse engajamento, é possível que um indivíduo participe de diferentes grupos que com-

GABRIELE PECUCH é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá.

HÉLCIUS BATISTA PEREIRA é professor do Departamento de Língua Portuguesa da Universidade Estadual de Maringá.

partilham valores socioculturais, seja em relação à língua, seja em relação a outros códigos, como a vestimenta que usam, o estilo musical de que gostam ou o time de futebol para o qual torcem.

A partir do conceito de comunidade de prática (Eckert, 2005), nosso objetivo neste artigo é analisar a linguagem de *rappers* brasileiros, os quais constituem um grupo social que utiliza variantes típicas da fala das periferias de grandes centros urbanos, como São Paulo. Outros trabalhos já se dedicaram a esse propósito, mas com objetos de estudo diferentes do que apresentaremos aqui.

Cerqueira (2020), por exemplo, a partir de letras de *rap*, analisou a ausência de concordância nominal de número em sintagmas como *os mano*, *os cara* e *os homi*, e como essas formas refletem uma consciência racial e identitária dentro do movimento cultural do *hip hop*. Já Bentes, Mariano e Ferreira-Silva (2013) analisaram as falas de uma das exibições do programa televisivo “Manos e Minas”, voltado à cultura *hip hop* e veiculado pela TV Cultura, a fim de descreverem as sequências textuais e os marcadores discursivos empregados pelos participantes. No entanto, a pesquisa das três autoras não investigou esses itens linguísticos especificamente com base nas práticas sociais e identitárias da comunidade representada pelo programa.

Nossa pesquisa, por sua vez, também parte de falas do programa “Manos e Minas”, mas com foco na análise do vocabulário e dos marcadores discursivos empregados por *rappers* brasileiros no intuito de se engajarem nas práticas do grupo social. Para isso, transcrevemos quatro entrevistas realizadas no programa

entre os anos 2018 e 2019, a fim de descrever esses elementos da língua e atrelar a descrição às práticas sociais e identitárias dos falantes analisados.

ALGUMAS REFLEXÕES ANTES DA ANÁLISE

A relação entre o uso de formas linguísticas determinadas e seu significado social é objeto da sociolinguística variacionista. No entanto, a abordagem no campo dessa área de estudos não é unificada. Eckert (2005) apontou que há três ondas de estudos que coexistem nas produções científicas de sociolinguistas, com tratamentos distintos sobre como o linguístico e o social interagem. Seguindo o seu raciocínio, os estudos da primeira onda se propõem a investigar uma comunidade de fala geograficamente delimitada, utilizando-se da hierarquia socioeconômica como o mapa do espaço social que explicaria a existência de variáveis linguísticas, as quais indicam prestígio e/ou estigma. Para esses estudos, o estilo linguístico se refere ao grau de atenção do falante com seu discurso. Já os estudos de segunda onda incorporam os sopros da etnografia, mantendo o conceito de comunidade de fala, concebendo as categorias locais como elos com categorias demográficas mais amplas. Nessa onda, o estilo seria um modo de afiliação a uma determinada categoria social. Por fim, os estudos de terceira onda propõem-se a observar as comunidades de prática entendidas como

“[...] um agregado de pessoas que se reúnem regularmente para se engajar em

alguma ação (em grande escala). [...] No curso de seu engajamento, a comunidade de prática desenvolve maneiras de fazer as coisas – práticas. E essas práticas envolvem a construção de uma orientação compartilhada para o mundo ao seu redor – uma definição tácita de si mesmas em relação umas às outras e em relação a outras comunidades de prática”¹.

Nessa visão, o estilo seria um modo de construção de identidade e instrumento para engajamento social. A variação da língua “[...] constitui-se como um sistema de signos que permite a expressão não proposicional dos interesses sociais à medida que se desdobram na interação”². Os falantes, ao utilizarem determinadas formas linguísticas, mostram engajamentos em práticas sociais. E esse proceder, essencial para a vida social, faz parte do seu conhecimento sobre a língua.

Segundo Eckert (2016), estudar a natureza do significado social da variação linguística deve levar em conta três propriedades que são particularmente importantes:

- a) Os significados sociais das variáveis são implícitos e estão, somente raramente, explicitamente construídos. As

variáveis linguísticas possibilitam que os falantes signifiquem coisas acerca deles mesmos e de seu mundo social sem dizer isso “em palavras”;

- b) Um pequeno número de formas serve a um grande número de propósitos, de modo que o significado (social) expresso pelas formas linguísticas variáveis só emerge em um dado contexto;
- c) As formas linguísticas conectam-se com o social por serem instrumentos de encenação e reencenação da *personae* – representações sociais assumidas pelos falantes ao lançar mão da linguagem no momento em que escolhem determinadas formas linguísticas para se manifestar. Como essas *personas* e o mundo que elas constroem não são estáticos, uma espécie de infinitas semioses continuamente afetam o potencial de significação da variável.

Uma consequência importante dessa visão sobre a relação entre a língua e o social é que “[...] a variação não é um mero reflexo do social, mas é essencial para sua construção”³. Essa visão é uma ruptura significativa em relação ao modo como tradicionalmente a questão é tratada na linguística.

Por fim, é preciso dizer que a escolha do falante por uma determinada forma, e não por outra, não é isenta de certo grau de consciência sobre o seu uso e de como ele pode ser utilizado para a construção do social. Entretanto, esse processo não

1 No original: “[...] is an aggregate of people who come together on a regular basis to engage in some enterprise (writ large). [...] In the course of their engagement, the community of practice develops ways of doing things – practices. And these practices involve the construction of a shared orientation to the world around them – a tacit definition of themselves in relation to each other, and in relation to other communities of practice” (Eckert, 2005, p. 16).

2 No original: “Sociolinguistic variation constitutes a system of signs that enable the non propositional expression of social concerns as they unfold in interaction” (Eckert, 2016, p. 68).

3 No original: “[...] variation is not just a reflection of the social, but essential to its construction” (Eckert, 2016, p. 70).

pode ser visto como fruto de uma escolha mecânica. Eckert (2016) lança mão do conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu para explicar esse ponto. Esse sistema seria adquirido pelas inculcações que recaem sobre o indivíduo desde cedo, em todas as relações sociais das quais participa. O resultado desse processo é uma certa naturalização de um processo que está para além do indivíduo, por ser histórico (Bourdieu, 1994, p. 65).

Segundo Eckert, o estilo no uso da língua é forjado no espaço intersubjetivo entre a produção de uma dada forma e a percepção que é formada pelo seu uso socialmente: “*Personae* não é necessariamente totalmente intencional. Mesmo os tiques involuntários passam a fazer parte da vida de uma pessoa, quer ela goste ou não, pois o estilo não está na intenção, mas no espaço intersubjetivo entre a produção e a percepção” (Eckert, 2016, p. 79).

Realizadas essas reflexões sobre as interações entre a linguagem e o social e, em especial, sobre a atribuição de significados sociais para as escolhas de determinadas formas linguísticas que constituem um determinado estilo, podemos mostrar ao leitor como realizamos a nossa pesquisa sobre as práticas linguístico-sociais de *rappers*, o que faremos a seguir.

COMO NOSSA INVESTIGAÇÃO FOI REALIZADA

Para esta pesquisa, constituímos um *corpus* de quatro entrevistas disponíveis na plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube, realizadas no programa

de televisão “Manos e Minas”, o qual foi exibido pela TV Cultura entre os anos 1993 e 2019. Conduzidas pela atriz e produtora cultural brasileira Roberta Marques do Nascimento, mais conhecida como Roberta Estrela D’Alva, as entrevistas que utilizamos ocorreram entre 2018 e 2019 e foram direcionadas a quatro cantores de *rap* do cenário nacional: Gustavo Pereira Marques, o Djonga; Gustavo Vinícius, o Coruja BC1; Davi Rezaque de Andrade, o Nill; e Arnaldo Mendes da Silva, o Arnaldo Tifu. A escolha dos entrevistados/informantes se deve ao envolvimento dos indivíduos com o meio cultural do *hip hop* e com as práticas sociais, identitárias e linguísticas que permeiam esse universo.

Djonga⁴ nasceu na Favela do Índio, na periferia da capital mineira, e iniciou sua carreira em um sarau de poesia, o Sarau Vira-Lata. O *rapper* chegou a cursar graduação em história, mas abandonou o curso para trabalhar com música. Em suas canções, há influência de ritmos da cultura negra, como o *funk* e o samba, representados por artistas como o grupo de *rap* Racionais MC’s e a cantora Elza Soares. Por sua vez, Coruja BC1⁵ nasceu em Osasco, no estado de São Paulo, mas passou grande parte de sua vida em Bauru, no mesmo estado. O cantor começou a se dedicar à música ainda na infância, incentivado por seu avô, que o presenteou com um pandeiro e um cavaquinho aos quatro anos de idade. Entre seus trabalhos como

4 Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Djonga_\(rapper\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Djonga_(rapper)).

5 Fonte: [https://kondzilla.com/artistas/coruja-bc1/#:~:text=Nascido%20em%20Osasco%20\(SP\)%20e,com%20m%C3%BA%20desde%20a%20inf%C3%A2ncia.](https://kondzilla.com/artistas/coruja-bc1/#:~:text=Nascido%20em%20Osasco%20(SP)%20e,com%20m%C3%BA%20desde%20a%20inf%C3%A2ncia.)

rapper, o músico já fez parcerias com artistas como a cantora Margareth Menezes, atual ministra da Cultura do Brasil.

Já Davi Rezaque de Andrade, conhecido como Nill⁶, é natural de Jundiá, cidade localizada no interior do estado de São Paulo. Nill teve seu primeiro contato com a arte ainda na escola, quando seu principal interesse eram as aulas de Artes, Língua Portuguesa, Filosofia e História. Mais tarde, o cantor se envolveu com o universo do skate e da música, tendo influências como o grupo de *rap* SNJ, famoso na década de 90. Por fim, Arnaldo Mendes da Silva, o Arnaldo Tifu⁷, nasceu em Santo André, também no estado de São Paulo. O início de sua carreira musical foi marcado por sua participação em batalhas de rimas improvisadas, conhecidas como *freestyle*. Em 2007, Tifu venceu a Batalha da Semana Zulu, organizada pela Zulu Nation, ONG famosa no meio da cultura *hip hop*. Além disso, o *rapper* do ABC paulista apresentou o maior campeonato de *DJs* da América Latina, fez parceria com Thaíde, nome de destaque na cena do *rap* dos anos 1990, e fundou o selo independente Coletivo RISO.

Para transcrever as falas dos informantes, obedecemos, com pequenas alterações, aos critérios adotados pelo Projeto Nurc (Preti, 2001), que, desde a década de 1970, criou uma metodologia própria para transcrições que respeita os processos da oralidade. Após esse tratamento das entre-

vistas, levantamos os aspectos linguísticos que mais se destacaram como forma de pertencimento e de engajamento na comunidade de prática dos *rappers*, separando esses elementos em dois níveis de análise: marcadores discursivos e itens lexicais.

Nas seções seguintes, discorreremos sobre cada um desses níveis e analisaremos a sua configuração no *corpus* que constituímos para o presente trabalho.

IDENTIDADES, DISCURSOS E PRÁTICAS SOCIAIS DOS RAPPERS

Nas entrevistas dos sujeitos aqui analisados, muitos elementos revelam contornos identitários. Em seus discursos, os *rappers* constroem e reafirmam as práticas sociais ao redor do *rap* brasileiro. Nesta seção, vamos nos dedicar a apontar tais elementos.

Uma primeira construção discursiva que identificamos é a de que o *rap* faz parte de uma cultura local e nacional. Na fala de Coruja BC1, no exemplo 1, a favela é o elemento-chave no processo de nacionalização do estilo musical originalmente estrangeiro. Ela concebe e gere a transformação do importado em brasileiro.

- 1) somos filhos da mema mãe né... que é a favela... então acho que tem tudo a ver eh:: aonde eu moro a gente escuta tudo a gente:: eh:: colava na praça tava tocando funk... a gente colava na quadra tava rolando sam::ba a gente colava na viela tava rolando um:: um:: um rap uns b-boy dançando então a gente eh:: a gente olhava pra frente o barzinho tava tocando um forró...

6 Fonte: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/arte-fora-dos-centros/2020/11/19/ser-um-jovem-com-perspectiva-de-mundo-mais-ampla-no-interior-e-triste.htm>.

7 Fonte: <https://culturaz.santoandre.sp.gov.br/agen-te/3507/>.

então tipo:: é tudo:: é tudo favela né mano... é tudo ritmos de favela e a gente aprende a viver com:: tudo isso e absorve de tudo isso... e aprende de tudo né... são tudo professores e a gente:: meros alunos ali aprendendo [...] com os ritmos... brasileiros e internacionais importados... e quando veio pra cá:: a gente também deu a nossa cara brasileira nas parada né... (entrevista com Coruja BC1)⁸.

Coruja BC1, em dado ponto, realiza uma reformulação de fala, no exemplo 2 abaixo, trocando *rap brasileiro* por *embolada americana*. A intencionalidade de substituição realizada, que constrói a ideia de que o *rap* possa ser visto como um subtipo de “embolada”, fica reforçada pelo uso da expressão *na verdade*, por meio da qual garante a veracidade do que diz.

2) é um RAP brasileiro né... ou: melhor... o/ o:: rap americano na verdade é a embolada brasi/ bola/ embolada americana... (entrevista com Coruja BC1).

Realizada essa transformação, do *rap* como brasileiro, as práticas que se realizam com/a partir dele ganham contornos de ensino-aprendizagem. Como é possível perceber no exemplo 1, apresentado antes, esse gênero e os demais estilos musicais brasileiros são colocados como “professores”. Também Arnaldo Tifu toca nesse tema, no exemplo 3,

colocando o *rap* como porta de entrada para a vida letrada.

3) o rap ele também me incentivou muito a leitura eu gosto de fazer freestyle... então eu tô sempre len::do então quando:: eu comecei nessa área social da arte educação... eu li um pouco de Paulo FREIRE... e que::/ e com o mestre Paulo Freire eu aprendi que:: o enSINO... APRENDER EDUCAR... É QUANDO UM APRENDE com o outro né... QUE NINGUÉM ENSINA NADA PRA NINGUÉM... E NINGUÉM APRENDE NADA SOZINHO... a gente aPRENde todos juntos... convivendo num coletivo:: e troCANDO ideias... com a mente aberta pra aceitar opiniões diferentes... então éh:: eu acho que essa é/ essa::... essa:: RESPONSABILIDADE de:: educar através da palavra... éh:: ela:: ela salva vidas... como o rap MAS ELA é primordial no tempo de hoje você... estar aberto ao diálogo ao debate... tan/ se cê pega o:: movimento hip hop... hoje em dia ele vem crescendo nas suas... diferentes vertentes e nos seus variados elementos... (entrevista com Arnaldo Tifu).

Por estimular o uso da palavra e o hábito do debate, para a comunidade de prática que estamos avaliando, o *rap* é visto como instrumento de solução e de salvação. É o que vemos no exemplo a seguir:

4) se não fosse o rap... pra muitos jovens vindo da periferia... nos anos noVENta... quando O RAP AINDA ERA ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE

8 O sinal :: utilizado aqui e nas próximas transcrições indica prolongamento de vogal e consoante. (N. do E.)

A MÚSICA DO GUETO... O SOM DA PERIFERIA... QUANDO A IGREJA NÃO CONSEGUIU ATINGIR O JOVEM DE PERIFERIA... QUANDO A ESCOLA NÃO CONSEGUIU ATINGIR O JOVEM DE PERIFERIA... quando:: OS OUTROS RITMOS MUSICAIS... ESTAVAM FALANDO APENAS:: éh:: em PRIMEIRA PESSOA... SE NÃO FOSSE O RAP... ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE NA MINHA VIDA... E NA VIDA DE MUITOS MANOS E MANAS... éh:: DESSA GERAÇÃO DOS ANOS NOVENTA... COM CERTEZA... éh:: ELES NÃO ESTARIAM AQUI... NÃO ESTARIAM VIVOS... então eu tenho:: posso AFIRMAR... com certeza que o rap SALVA vidas... o rap salvou minha vida de uma maneira tão esplêndida... me ensinando coisas maravilhosas... não só:: como pus/ POSTURA E DISCIPLINA nas ruas... mas também como:: novos dialetos... COM O HIP HOP eu aprendi que::/ dar valor a matérias que eu ignorava... À MATEMÁTICA... a música é pura matemática... então o rap me ensinou a conTAGem... a multipliCAR... o rap me ensiNOU o hip hop me ensiNOU palavras em inglês... me ensinou sobre GEOGRAFIA... o cara da zona sul:: o cara da zona les::te... o cara da zona oeste... o outro da zona no::rte... aquela mina LÁ DE AMAPÁ que fazia um hip ho::p... que dançava um break ou fazia um grafite... ou aquele outro mano LÁ DA COREIA do Japão... né:: o BRONX... então:: tudo isso foi o hip hop que ensinou... o hip hop me

ensinou a DIALOGAR com o poder público em reuniões com o:: preFEITO por eXEMPlo... com:: VEREADORES... OLHAR NA BOLINHA DO OLHO E PODER FALAR DE IGUAL PRA IGUAL... o hip hop me ensinou a ter DIGNIDADE... então SE ISSO NÃO É SALVAR VIDAS... eu não sei o que é... (entrevista com Arnaldo Tifu).

E é, nesse ponto, que o *rap* aparece como forma de resistência, ao dar voz à população negra, pobre e marginalizada. Coruja BC1 trata do tema, no trecho transcrito no exemplo 5, colocando o *rap* como antídoto do cabresto no pensamento da favela.

5) eu entendi que a gente que vem de periferia de raiz negra e tudo mais... sempre:: tentam colocar... caBRESto no nosso pensamento na forma como a gente deve agir e tipo:: uma limitação da onde a gente pode chegar:: esse espaço é só seu... tá ligado? [...] eu não acho que o pobre tem seu lugar... acho que o pobre pode ser o que ele quiser:: e tem que lutar pra ser o que quiser... e ninguém vai colocar o limite aonde a gente deve tá ligado? [aplausos e gritos] [...] mas eu acho que a sociedade tenta colocar justamente isso pra nós... oh... seu limite é aqui tá ligado? você pode pensar só dessa forma... a partir dali você não pode ir:: tá ligado? principalmente pra nós que vem dos extremos... né? e:: com NDDN eu quis dizer isso... que tipo mano... a gente pode ser o que a gente quiser e a gente vai ser o que a gente quiser... a gente tá cansado de::

ser só:: estatística de morte... a gente quer ser bem mais... agora a gente quer ser patrão do bagulho também tá ligado? (entrevista com Coruja BC1).

Essa identidade de resistência é construída em oposição à postura das classes privilegiadas e o *rap* surge, então, como um instrumento que permite a democratização do acesso a tais espaços e tais direitos, como vemos a seguir:

6) é engraçado... a classe média tem essa coisa né... sacô? porque eles têm muita CULpa então eles tentam culpar todo mundo:: tá ligado? assim tipo... fazer todo mundo sentir culPAdo também... então eles podem ir na Europa mas nós num po::de tendeu? eles pode namorar mas nós num po::de... (entrevista com Coruja BC1).

Por fim, as entrevistas revelam um discurso sobre a questão dos vínculos familiares. Família aqui não é necessariamente o enquadramento da família idealizada, com pai, mãe e irmãos, mas marcado por ausências, como percebemos a seguir:

7) eh:: eh:: é muito:: é muito loco né porque às vezes muda o CEP mu:: muda o endereço... só que as histórias se repetem de:: de formas às vezes diferente mas também iguais assim... a maioria dos meus amigos que cresceram comigo também... ou tem pais separados:: ou tem mãe que faleceu ou pai que faleceu né... eh:: na minha vila era exceção... acho que até os treze anos eu era o:: o único dos meus amigos que tinha pai e mãe

[risos] dentro de casa infelizmente... é uma realidade... eh:: eu que todo:: todas essas percas tudo isso que aconteceu eh:: acrescentam na hora de você comport... traz mais vida... traz mais verdade pra isso né... (entrevista com Coruja BC1).

É a figura da mãe que mais vai aparecer nas falas dos *rappers* aqui analisadas, como materialização dessa família e de sua força estabilizadora. É o que vemos adiante.

8) isso é... e:: o pro/ o/ o intuito do projeto já foi esse né home/ homenagear minha mãe... e tal... como a gente tem um/ teve uma ligação muito forte em vida né... então acho que nada mais justo ela foi a pessoa que mais acreditou em mim assim desde quando eu tinha gravado NAda sacô? (entrevista com Nill).

9) e minha mãe sempre me incentivou muito a estudar... né... porque:: foi isso que ela fez na época dela... mulher preta né e estudar em mil novecentos e não sei quanto sacô? não era tão simples né... e ela estudou e por isso ela conseguiu algumas conquista na vida de::la... eh/ apesar de:: não ter sido muito fácil do mesmo jeito a vida nossa... mas:: ela conseguiu algumas coisas... então ela sempre me incentivou muito a estuDAR (entrevista com Djonga).

10) porque:: porque se não fosse ela [a mãe]... né... me amando me ensinando a amar... tá ligado? eh:: assim como minha mãe me ensinando a amar... (entrevista com Djonga).



Todas essas construções discursivas e identitárias serão sustentadas pelo uso de formas linguísticas específicas, que engatam os nossos entrevistados como membros da comunidade de prática do mundo do *hip hop* e do *rap*. Tais formas, abordaremos a seguir.

AS PRÁTICAS LINGUÍSTICAS DOS *RAPPERS*

Os marcadores discursivos (MDs)

Na língua falada, existem vários mecanismos que auxiliam a organização textual e, dentre eles, há os marcadores discursivos (de agora em diante, MDs), que formam um grupo de natureza bastante diversa, em que se encontram verbos, palavras, sintagmas mais complexos e até mesmo sons não lexicalizados (Risso, Silva & Urbano, 2015, p. 371). Esses elementos, que são utilizados em grande parte das conversações cotidianas, podem ser verbalizados como palavras de fundo lexical (*claro*) ou gramatical (*mas*) e até como locuções (*quer dizer*), reduções (*tá*) ou contrações (*né*), por exemplo.

Os MDs, muitas vezes, aparecem na articulação entre partes do discurso, exercendo um papel de sequenciadores de tópicos e de frases, como é o caso do *então*, do *mas* e do *assim*. Nesses contextos, eles estabelecem aberturas, retomadas e fechamentos de tópicos, ou ligam orações e segmentos internos da estrutura frásica. Por outro lado, existem MDs que atuam como orientadores da interação entre os falantes (Risso, Silva & Urbano, 2015, p. 375), seja na busca por aprovação do ouvinte

durante uma conversa, seja na manifestação de atenção para com a fala do outro. Nesses casos, é comum o uso de MDs como o *né?*, o *entendeu?* ou o *uhn uhn*.

Como neste trabalho nosso interesse está voltado às práticas linguístico-sociais de um grupo específico, o dos *rappers*, a análise dos MDs que aparecem nas falas dos entrevistados se fundamenta apenas em aspectos que julgamos importantes para descrever nosso objeto de estudo. Assim, partindo de Risso, Silva e Urbano (2015), focamos somente na atuação dos MDs na orientação da interação, pois, na articulação textual, só encontramos marcadores como o *então* e o *assim*, que são de uso comum em vários grupos sociais, não representando especificamente a comunidade de prática que aqui estudamos.

Nas entrevistas analisadas, percebemos que o emprego dos MDs é bastante frequente. Quando consideramos as falas dos quatro informantes e seus engajamentos na comunidade de prática dos *rappers* por meio da língua, observamos duas formas muito comuns no discurso de falantes envolvidos com a cultura *hip hop*: o MD interacional mais recorrente foi o *sacô?*, que apareceu 34 vezes, seguido do *tá ligado?*, que foi utilizado 25 vezes.

Sobre a apresentação formal desses MDs, *sacô?* tem, em sua base, o verbo *sacar*, que, segundo uma das entradas no *Dicionário Houaiss*, significa *perceber pela inteligência; compreender, entender*. Além de sua forma no tempo passado, esse MD foi empregado três vezes no *corpus* no tempo presente, *saca*. Já o MD *tá ligado?* é constituído a partir de uma sentença formada pelo verbo de ligação *estar* em sua forma reduzida, *tá*,

mais o adjetivo *ligado*. Com relação ao significado, *sacô?* e *tá ligado?* são considerados sinônimos, uma vez que os dois são empregados pelo falante no intuito de “conferir” se o ouvinte está atento ou se entendeu o enunciado encerrado há pouco. Por isso, os dois MDs ocorrem principalmente ao final de frases e de turnos, como vemos nos exemplos 11 e 12.

- 11) enTÃO em Jundiaí tinha um:: bar lá que:: rolava uns encontros e tal e aí tinha a quinta-feira que era quinta JAM... que aí cada um trazia seu instruMENTo né... e aí começava a tocar um som aleatório e a gente ia lá cantar... sacô? mas asSIM... cena de rap em Jundiaí sempre foi bem FRACO... (entrevista com Nill).
- 12) é um disco que eu acho até mais musical que os ou::tros... galera num enTENde porque os beat... são mais crus... os beat têm menos elemento... éh:: apesar de ter bastante variação ser... a mema estética... só que:: eu acho que esse disco eu foquei muito mais:: nas ideia do que os outro... isso aí quem tem que me dizer é vocês né... mas eu acho tá ligado? (entrevista com Djonga).

Embora o uso mais frequente de *sacô?* e de *tá ligado?* seja em posição final na frase ou no turno de fala, também observamos esses MDs em posição medial, localizados no interior dos enunciados. Quando isso ocorre, além de interagir com o ouvinte, o falante está tentando sustentar seu turno ou manter seu discurso enquanto formula as próximas frases a serem proferidas. A seguir, os exemplos 13 e 14 ilustram o uso dos dois marcadores nesse contexto.

- 13) minha mãe sempre me incentivou muito a estudar... né... porque:: foi isso que ela fez na época dela... mulher preta né e estudar em mil novecentos e não sei quanto sacô? não era tão simples né... (entrevista com Djonga).
- 14) eu:: ouço sempre BLUES... Muddy Waters:: Little Walter:: eh Chuck Berry:: são:: acho que as parada que mais me influencia assim... éh:: eu ouço muito pouco rap atualmente tá ligado? eu ouço mais jazz e blues assim... (entrevista com Coruja BC1).

Em menor número, encontramos outros dois MDs que também são utilizados por falantes de outros grupos na sociedade, mas que, entre os *rappers* brasileiros, ganham contornos diferentes que marcam a identidade da comunidade de prática: o marcador *entendeu?*, que apareceu nas entrevistas quatro vezes, e o marcador *certo?*, pronunciado cinco vezes no *corpus*. Na realidade, o MD *entendeu?* foi empregado pelos entrevistados apenas uma vez, pois, nas outras três, apareceu uma outra variante utilizada pelos falantes, criada a partir de uma redução do verbo, em que a sílaba inicial, *en-*, foi suprimida, resultando na forma *tendeu?*, como podemos ver a seguir.

- 15) PORQUE MEUS ÁLBUNS É ASSIM... se vocês juntar todos eles... vai formar uma única frase que é... “A RIMA NUNCA PARA DESDE OS DIAS QUE EU RESOLVI CANTAR... RAP”... um nove nove sete... tendeu? então cada álbum ele vai formando esse jogo... (entrevista com Arnaldo Tifu).

E é nesse momento que o MD se configura como uma prática da comunidade, pois essa forma reduzida é bastante comum entre os envolvidos com a cultura do *hip hop*, como podemos observar em falas de outros *rappers* que aparecem na mídia. Já quanto ao *certo?*, o uso dessa forma, que tem em sua base um adjetivo, também é frequente entre grupos urbanos. Na periferia de grandes centros, como São Paulo, o MD *certo?* costuma ser pronunciado com o R retroflexo, o R “caipira”, que também é marca da fala da periferia. Inclusive, muitas vezes, o *certo?* aparece acompanhado de vocativos típicos da fala dos *rappers*, como *mano* (*certo, mano?*). No exemplo 16, mostramos o uso desse marcador.

- 16) Sound Food Gang... era eu o Ra o Gu:: o Yung Buda... se juntamos ali... HOJE A GENTE TÁ AQUI A RAPAZEADA TÁ AQUI... se puder mostrar eles... AÍ TÁ O CHINÊS... LEVANTA A MÃO AÍ CHINÊS... certo? XABAS... CERTO? YUNG BUDA... certo? (entrevista com Nill).

Quanto à posição de *tendeu?* e de *certo?* nas falas dos informantes, o primeiro funciona da mesma maneira que o *sacô?* e o *tá ligado?*, aparecendo ao final de frase e de turno na interação com o ouvinte, e também em meio ao enunciado, para sustentar o turno e auxiliar no processamento da fala. Embora o *certo?* tenha ocorrido somente ao final de frases, nada impede que ele seja empregado da mesma forma que os outros marcadores mencionados até o momento, afinal todos os quatro são de natureza interrogativa e, na maioria das

vezes, encerram um enunciado declarativo. Com relação ao significado de *tendeu?* e de *certo?*, esses MDs também são sinônimos de *sacô?* e *tá ligado?*

Apesar de *sacô?*, *tá ligado?*, *tendeu?* e *certo?* constituírem um conjunto de MDs utilizados pela comunidade de prática dos *rappers* brasileiros, o marcador mais usado pelos informantes foi o *né*, que ocorreu 81 vezes no *corpus* e que não está necessariamente associado a esse grupo social. Formado pela contração da junção do advérbio de negação *não* e do verbo *é* (*não é?*), o marcador *né* funciona da mesma forma que os outros MDs que classificamos como pertencentes à comunidade de prática aqui analisada. Ora esse marcador surge em final de frase (cf. exemplo 17) ou de turno (cf. exemplo 18), ora surge em posição medial (cf. exemplo 19), com o mesmo intuito de *sacô?*, *tá ligado?*, *tendeu?* e *certo?*

17) é esse Álbum:: na verdade não é um álbum é um EP *né*... ele tem cinco músicas foi produzido pelo Nixon Silva... pelo Pedro SIMples também que está presente aí na plateia salve salve Pedro... (entrevista com Arnaldo Tifu).

18) eh:: são pessoas que eu gosto... já são pessoas que eu admiro na música... eh:: o Rael:: a Tiê:: o Godot:: o Emici::da o Fio::te eh:: o Menor Do Chapa... são são tudo pessoas que eu admiro na música e:: que tava/ algumas delas também fizeram parte desse processo... e:: nasceu as músicas ali de uma forma natural assim... tipo eu fui fazendo as tracks e foi vendo “oh isso aqui tem mais a cara de fulano...

oh... essa aqui tem mais a cara de siclano tal”... e... e fui:: trazendo as pessoas pra dentro desse processo até finalizar o disco *né*... (entrevista com Coruja BC1).

19) eu acho que:: é natural *sacô?* apesar de ser muito critica::da *né*... por algumas pessoas... todo mundo que faz um love song uma para::da... é engraçado... (entrevista com Djonga).

Mesmo que o MD *né?* não seja um elemento linguístico exclusivo de um único grupo social, os informantes de nossa pesquisa também fizeram uso desse marcador em conjunto com outros elementos que demonstram o engajamento dos participantes da comunidade de prática por meio da língua. Em alguns momentos, o *né?* surge nas falas dos entrevistados seguido por outro marcador, como o *sacô?*, conforme exemplo 20 a seguir:

20) é engraçado... a classe média tem essa coisa *né*... *sacô?* porque eles têm muita CULpa então eles tentam culpar todo mundo:: *tá ligado?* (entrevista com Djonga).

Em outras falas, o MD *né?* aparece ao lado de vocativos típicos da fala urbana dos *rappers*, como *mano* (cf. exemplo 21) e *véi* (cf. exemplo 22) – redução de *véio*, que tem origem no substantivo *velho*. Em ambos os casos, o falante utiliza o *né?* junto de um desses vocativos como forma de reforçar a interação com o interlocutor.

21) então tipo:: é tudo:: é tudo favela *né mano*... é tudo ritmos de favela e a gente aprende a viver com:: tudo isso

e absorve de tudo isso... (entrevista com Coruja BC1).

- 22) quando::/ eu falei nossa que legal né véi eu vou tá numa música com duas pessoa que eu admiro mui:: to eh:: o Menor Do Chapa eu lembro quando ele... participou do Furacão dois mil né... ceis lembra di::sso? (entrevista com Djonga).

Por último, encontramos um MD que não funciona como os anteriores, o *fechô*. Esse marcador de base verbal apareceu somente uma vez e, diferentemente das outras formas, que serviram para sustentar o turno de fala ou para chamar a atenção do interlocutor, o *fechô*, no contexto analisado, não tem natureza interrogativa. Além disso, essa forma aparece na fala do informante após um enunciado declarativo proferido pela entrevistadora, e não pelo próprio informante, como vínhamos observando nos outros marcadores até então. A seguir, demonstramos esse caso:

- 23) bele::za... a gente troca ideia mais daqui a pouco com o Djonga vamo de SOM... (fala de Roberta Estrela D'Alva); fechô... (fala de Djonga).

Nessa ocorrência, o entrevistado está na posição de ouvinte, e o *fechô* atua como um *feedback* (Urbano, 2015, p. 456), uma resposta do entrevistado à entrevistadora. Em contextos como esse, o MD não assume nenhuma posição no turno de fala, seja final ou medial, ocorrendo solitariamente. Com o uso do marcador, o ouvinte assume o turno, concorda com o enunciado do falante e encerra o tópico discursivo e a conversação.

CERTAS PALAVRAS E AS PALAVRAS CERTAS

O uso de determinados itens lexicais pelos grupos sociais específicos aparece sob a denominação de *gíria*. Preti (1996, p. 139) sugere que há uma *gíria* de grupo, “[...] cujo comportamento se afasta da maioria, seja pelo inusitado, seja pelo conflito que estabelece com a sociedade”. As *gírias*, quando passam a ser utilizadas de maneira mais geral por outros grupos sociais, passam a ser classificadas como *comuns*.

Para Preti, sobre tais *gírias* recairia uma carga elevada de preconceito linguístico. O autor argumenta que isso se deve à ausência ou à presença restrita do léxico *gírio* em textos escritos (Preti, 2001, p. 247). Na realidade, essa constatação é verdadeira se levarmos em consideração a avaliação feita pelos falantes dos outros grupos sociais. Entretanto, no interior da comunidade de prática onde tais itens lexicais são empregados, sua valoração é patente.

Nas entrevistas que compõem nosso *corpus*, há alguns itens lexicais utilizados que ganham essa apreciação por terem um significado social no entorno das práticas. O primeiro vocábulo que gostaríamos de mencionar é *bagulho*. Na fala dos *rappers*, o termo pode se referir a um objeto específico, como no exemplo 24, no qual é um instrumento musical, ou ainda, como um termo que remete a significados mais abstratos, como o leitor poderá ver no exemplo 25.

- 24) então já tem esse lance já tinha esse lance do repente páh:: da:: da cul-

tura::... da embola::da... da parada do pandei::ro:: da sanfona dos bagulho que era/ que é de lá do nordeste né... (entrevista com Coruja BC1).

- 25) também... então eles podem ir na Europa mas nós num po::de tendeu? eles pode namorar mas nós num po::de... então eu/ isso aí já é um bagulho que:: já não me afeta quando alguém me critica (entrevista com Djonga).

Esse uso amplo da palavra, tanto com um sentido concreto como abstrato, aliás, parece ser a grande novidade em relação aos significados elencados pelo *Dicionário Houaiss*, o qual menciona apenas referências concretas (semente da uva, objeto de má qualidade, pertence, algo roubado, pessoa feia e maconha). O item *bagulho* surge como “nome geral”, funcionando como um coringa na produção de sentidos.

Outro nome geral que marca o estilo dos *rappers* é o item *parada*, que tem funcionamento semelhante ao de *bagulho*, referencialmente. Nos exemplos 26 e 27, vemos isso.

- 26) eu:: ouço sempre BLUES... Muddy Waters:: Little Walter:: eh Chuck Berry:: são:: acho que as parada que mais me influencia assim (entrevista com Coruja BC1).
- 27) tem muita música japonesa... que traz a influência muito forte de vapor wave assim... e aí cê vai ver e é tipo de setenta e sete sacô?... uma parada assim... (entrevista com Nill).

Na fala dos *rappers* também é frequente o uso de *corre*. Podemos pensar que o

termo se originou a partir da redução de *corre-corre* ou de *correria*. Esse processo foi acompanhado da alteração semântica da palavra, que de *pressa* ou *tumulto* passou a significar *trabalho*, como vemos a seguir:

- 28) mas agora ele tá no corre do disco de::le... (entrevista com Djonga).

O item *trampo* também significa *trabalho*. O *Dicionário Houaiss* já o incluiu na primeira edição de 2009, constando que sua etimologia é “obscura”. Seu uso, apresentamos a seguir:

- 29) entã::o... enfim... e aí as coisa tava começando a virar começando a acontece::r... essa maturidade entra no trampo sim (entrevista com Djonga).

Outras formas típicas da fala dos *rappers* são *mano* e *mina*. Essas formas podem ser usadas para referência ao interlocutor, como vemos em 30, mas também para indicar uma terceira pessoa do discurso, “um indivíduo com o qual se tem afinidade” ou “um parceiro”, como no exemplo 31.

- 30) eh:: mano... eh:: o NDDN... é uma track (entrevista com Coruja BC1).
- 31) aquela mina LÁ DE AMAPÁ que fazia um hip ho::p... que dançava um break ou fazia um graffiti... ou aquele outro mano LÁ DA COREIA do Japão... né (entrevista com Arnaldo Tifu).

Para finalizar, nossa análise identificou na fala de todos os informantes empréstimos linguísticos, como *flow* (por ritmo), *beat* (por batida), *love song* (por *rap* romântico),

track (por faixa musical) e *crew* (por coletivo [de pessoas]). Esse uso em muitos casos está diretamente relacionado ao gênero *rap*, optando-se por manter a forma fixada nos EUA. Há casos nos quais o termo em inglês é mantido a despeito da disponibilidade de um vocábulo português correlato. Tais empréstimos fazem parte do mesmo processo gestacional no qual a “mãe favela” transformou o gênero musical estrangeiro em uma manifestação genuinamente brasileira. A prática linguística aqui, mais uma vez, está inserida, conectada ativa e passivamente com a prática social dos sujeitos.

ÚLTIMAS REFLEXÕES

As entrevistas dos *rappers* que analisamos neste trabalho nos revelaram as interações mútuas entre o uso da língua e o social. Nossa investigação trabalhou com o fato

de que as escolhas das formas linguísticas para a constituição de um dado estilo são instrumentos para a construção de *persona* e de engajamento em determinadas práticas.

O uso de marcadores discursivos e de palavras específicas por parte dos *rappers* os identifica e ajuda a definir os seus contornos identitários. Essas escolhas se juntam a outros mecanismos de outros códigos, como o modo como se vestem, e, principalmente, aos discursos que constroem sobre as formas de existência e resistência da periferia.

É evidente que tais usos linguísticos não ficam restritos a essa comunidade, podendo ser encontrados na boca de indivíduos ligados a outras práticas diversas da que analisamos aqui. Entretanto, no universo *rapper*, tais formas linguísticas ganham significados sociais específicos e passam a definir “os mano, as mina e os seus corre, tá ligado?... fechô”.

REFERÊNCIAS

- BENTES, A. C.; MARIANO, R. D.; FERREIRA-SILVA, B. "Marcadores discursivos e sequências textuais no programa 'Manos e Minas': uma análise inicial para a tipificação do programa em relação a aspectos textuais-discursivos". *Web-Revista Sociodialeto*, v. 3, n. 9. Campo Grande, mar./2013.
- BOURDIEU, P. "Esboço de uma teoria da prática", in R. Ortiz (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo, Ática, 1994.
- CERQUEIRA, F. de O. "O pretuguês como comunidade de prática: concordância nominal e identidade racial". *Traços de Linguagem*, v. 4, n. 1. Cáceres, 2020, pp. 75-88.
- ECKERT, P. "Variation, convention and social meaning". *Annual Meeting of the Linguistic Society of America*, 2005. Disponível em: <https://web.stanford.edu/~eckert/Courses/ParisPapers/EckertInPress.pdf>. Acesso em: 8/ago./2023.
- ECKERT, P. "Variation, meaning and social changes", in N. Coupland. *Sociolinguistics: theoretical debates*. Cambridge, Cambridge University Press, 2016.
- PRETI, D. "A gíria na cidade grande". *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, v. 54. São Paulo, jan.-dez./1989.
- PRETI, D. "A gíria na língua falada e na escrita: uma longa história de preconceito social", in D. Preti (org.). *Fala e escrita em questão*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- RISSO, M. S.; SILVA, G. M. de O.; URBANO, H. "Traços definidores dos marcadores discursivos", in C. S. Jubran (org.). *A construção do texto falado*. São Paulo, Contexto, 2015.
- SAPIR, E. "The status of linguistics as a science", in D. G. Mandelbaum (ed.). *Selected writings in language, culture and personality*. Berkeley/Los Angeles, The University of California Press, 1963.
- URBANO, H. "Marcadores discursivos basicamente interacionais", in C. S. Jubran (org.). *A construção do texto falado*. São Paulo, Contexto, 2015.



**A linguagem das narrativas
e a representação da realidade**

Waldemar Ferreira Netto



resumo

É comum considerar narrativas apenas como sequências lineares de sentenças, orais ou escritas, que descrevam eventos falsos, como, por exemplo, nas obras de ficção, ou verdadeiros, como nos testemunhos ou nos livros de história. Aqui se vai tomar a mesma narrativa, mas inserida de volta em seu contexto de enunciação. Uma narrativa se caracteriza como uma sequência contínua de eventos reais, da qual se extraem alguns para serem efetivamente codificados em sentenças. Os modelos de símbolos de Peirce e de Frege possibilitam que tais sequências sejam tratadas, respectivamente, como representâmen ou *Sinn* e os eventos, como interpretantes ou representações. A proposição de Bruner de que a enunciação decorre das disposições do interlocutor de atribuir intenções a esses representâmens e seus interpretantes exige do locutor que seus enunciados sejam atos linguísticos perlocucionais efetivos.

Palavras-chave: narrativas; enunciação; semiótica; heróis; atos linguísticos.

abstract

It is common to consider narratives only as linear sequences of sentences, oral or written, that describe false events, as, for example, in works of fiction, or true ones, as in testimonies or history books. Here, the same narrative will be taken, but inserted back into its enunciation context. A narrative is characterized as a continuous sequence of real events, from which some are extracted to be effectively encoded in sentences. Peirce's and Frege's models of symbols allow such sequences to be treated, respectively, as representamen or Sinn and events as interpretants or representations. Bruner's proposition that enunciation stems from the interlocutor's willingness to attribute intentions to these representamens and their interpretants requires the speaker that his utterances are effective perlocutionary linguistic acts.

Keywords: *narratives; enunciation; semiotics; heroes; linguistic acts.*

CODIFICAÇÃO LINGUÍSTICA DOS EVENTOS

A interpretação mais comum de uma narrativa é a que a considera como uma sequência linear de sentenças, organizadas num texto oral ou escrito, que descrevam eventos que poderiam ser falsos, como, por exemplo, nas obras de ficção, ou verdadeiros, como nos testemunhos ou nos livros de história. Desse ponto de vista, a preocupação é especialmente a narrativa por si mesma, isto é, uma narrativa que se permite proferir isoladamente, como um conjunto que, apesar de ter uma organização sentencial coesa internamente, pode ocorrer fora de qual-

quer contexto de enunciação. O objeto da discussão a partir de agora será a mesma narrativa, mas inserida de volta em seu contexto de enunciação. Antes, porém, interessa retomar alguns princípios semióticos organizadores dessa abordagem.

Por um motivo qualquer que ora não cabe discutir, há eventos percebidos, memorizados ou imaginados, que se consideram importantes, sobretudo emocionalmente. Bruner lembrou que “a narrativa trata das vicissitudes das intenções humanas.” Segundo ele, as narrativas “começam com um estado estável canônico ou ‘legitimado’, que é rompido, resultando em uma crise, que é solucionada por uma

WALDEMAR FERREIRA NETTO é professor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

compensação, sendo que a repetição é uma possibilidade em aberto” (Bruner, 1997, p. 17). A partir desses eventos selecionados dos quais emanam crises, a codificação poderá ser feita para qualquer linguagem: HQ, cinema, teatro, poesia, uma performance no meio da rua, uma reportagem jornalística etc. No caso atual, entende-se que essa codificação será linguística. A codificação de tais eventos se torna o próprio objeto da narrativa, que serão as sentenças sequenciadas. Vale lembrar que, por ora, se está tomando a narrativa do ponto de vista de seu autor.

Autores como Labov e Waletzky (1967), Labov (1997) e Bruner (1991; 1997) propuseram modelos que permitem analisar e interpretar narrativas em sua constituição linguística e ainda ir além sem, no entanto, desagregar-se dela. Ao se tomar esses modelos, deve-se pressupor que uma narrativa se caracteriza como uma sequência contínua de eventos reais, da qual se extrairiam alguns para serem efetivamente codificados numa forma linguística, estabelecendo a regra potencial: um evento para uma sentença. Assim, para cada evento, há uma codificação sentencial sequenciada. Trata-se, pois, da codificação para uma linguagem unidimensional, se for a língua escrita, ou bidimensional, se for a falada – a fala dispõe de recursos fonológicos e prosódicos; a escrita só dispõe das letras. Provavelmente, ao se codificar para uma língua de sinais, alguma dimensão a mais terá de ser considerada.

Por se tratar de uma sequência de sentenças que mantém correlação forte com a sequência de eventos que se extraíram da realidade, há de se ter uma ordenação específica para a ocorrência dessas senten-

ças. Essa ordenação se faz pelo que Labov e Waletzky (1967) chamaram de “juntura temporal”. Mesmo que se inverta a ordem de apresentação das sentenças, essas junturas temporais geralmente estão presentes, caso contrário, a ordem dos eventos se perderá no processo de sua codificação linguística. Tais junturas temporais decorrem de simples aposição ou de itens lexicais como “então”, “daí”, “mas”, “depois”, dentre muitos outros, relacionando as sentenças que ocorrem uma depois da outra.

A sequência das sentenças, então, constituiu-se no que Frege (1978) chamou de *Sinn*¹ em seu modelo de símbolo.

“A referência [*Bedeutung*] e o sentido [*Sinn*] de um sinal [*Zeichen*] devem ser distinguidos da representação [*Vorstellung*] associada a esse sinal. Se a referência de um sinal é um objeto sensorialmente perceptível, minha representação é uma imagem interna, emersa das lembranças de impressões sensíveis passadas e das atividades, internas e externas, que realizei. Esta imagem está frequentemente saturada de emoções; a claridade de suas diversas partes varia e oscila. Até num mesmo homem, nem sempre a mesma representação está associada ao mesmo sentido [*Sinn*]. A representação é subjetiva; a representação de um homem não é a mesma de outro. Disso resulta uma variedade de diferenças nas representações associadas ao mesmo sentido [*Sinn*]” (Frege, 1978, pp. 64-5).

1 Esse termo é geralmente traduzido como “sentido” ou como “mensagem” (Jakobson, 1980); aqui será usada a forma original para evitar ambiguidade.

No modelo semiótico de Peirce (1975), essa sequência de sentenças é o representâmen e a representação (*Vorstellung*) de cada uma delas, o seu interpretante. Note-se que, ao variar a linguagem para a qual se codificam os eventos, também haverá mudanças de *Sinn* e de representâmen; mas não haverá necessariamente mudanças de interpretante. Isso, especialmente, para o processo de criação de narrativa.

No modelo da semiótica de Peirce, entretanto, há outra possibilidade para a manipulação dos signos. Trata-se da formação icônica, em que se parte das sentenças (o representâmen) para a criação dos interpretantes. Nesse caso específico, podemos lembrar da proposição de Mead, que explicava a formação da identidade pessoal pela possibilidade que temos de fazer um diálogo com nós mesmos, em que o falante seria a primeira e a segunda pessoa a um só tempo.

“Não conheço outra espécie de comportamento além da linguagem em que a pessoa seja um objeto para si mesma; por isso, até onde me é dado ver, o indivíduo não é um *self* no sentido reflexivo, a menos que seja um objeto para si mesmo. É esse o fato que confere uma importância crítica à comunicação, já que esse é um tipo de comportamento no qual o indivíduo efetivamente responde a si mesmo” (Mead, 2021, p. 146).

Nesse caso de codificação icônica, parte-se da sentença, no caso da língua, para o interpretante, da mesma maneira que faz o nosso ouvinte. O que chega aos olhos ou aos ouvidos de nosso interlocutor é o *Sinn*, como sentenças já

codificadas e organizadas por junturas temporais. Ele, então, as descodificará, formando interpretantes em si mesmo. O processo de criação icônica é o mesmo, pois não há uma realidade envolvida, da qual se extrairia algum evento; não há referência, há somente interpretante e representâmen, para Peirce; representação e *Sinn*, para Frege.

Nessa discussão preliminar, em que foram retomadas algumas conceituações semióticas, várias vezes o criador/autor da narrativa foi referido, de um lado, e o ouvinte/leitor, de outro. Ao se fazer isso, a narrativa foi, aos poucos, recolocada de volta em seu contexto de produção: a situação em tempo real em que a narrativa ocorreu. Trata-se do que se convencionou chamar de “enunciação”. Benveniste propõe figuras enunciativas como o *locutor*, que é o falante, criador da narrativa, e o *alocutário*, que é o ouvinte/leitor, descodificador e alvo da narrativa. A narrativa propriamente dita seria, pois, o texto enunciado ali, em tempo real, que Benveniste chama de *alocução*.

Para compreender um pouco melhor essa enunciação, primeiro, um dos processos de codificação próprios de uma língua pode ser revisitado. Trata-se do uso dos dêiticos e de sua relação com o criador da narrativa.

“A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocução um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocução daquele que por sua vez se designa

por *eu*. Vemos aí um princípio cujas consequências é preciso desenvolver em todas as direções. A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe uma outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a ‘mim’, torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu*” (Benveniste, 1976, p. 286).

Labov e Waletzky (1967), inicialmente, e, depois, Labov (1997) propuseram um modelo de análise especialmente voltado para narrativas pessoais. Estas narrativas, especialmente, se verdadeiras, compõem-se a partir de testemunho direto do autor. Ele estaria contando uma experiência que teve em algum momento de seu passado. Nesse caso específico, ele trata a si mesmo pelo pronome de primeira pessoa; e será a partir dessa primeira pessoa que todas as referências se formam. Para Benveniste (1989, p. 84), o uso do pronome “eu” pelo locutor, autor da locução, introduz aquele que fala em sua própria fala, estabelecendo a si mesmo como referência e representação de seu próprio *Sinn*.

É comum dizermos que uma narrativa constituída dessa maneira está em primeira pessoa, em discurso direto. Entretanto, há também a possibilidade de que se crie essa mesma narrativa, seguindo quase a mesma codificação linguística, apenas alterando a primeira pessoa para a forma de terceira pessoa, em discurso indireto, além de algumas adaptações anafóricas. Saliente-se que é apenas na narrativa pessoal autobiográfica que se pressupõe que o narrador, manifesto em

primeira pessoa, insira a si mesmo no próprio texto, com dêiticos de primeira pessoa que têm como referência o próprio autor. Nas narrativas em terceira pessoa, nem autor nem narrador aparecem explicitamente representados por esses dêiticos.

↑Teve uma vez... que a/ que o meu patrão deixou eu segurando a criança den/ dele. ↓Acho que tinha ↑três meses de idade. Ele falou: “cê ↑segura nas costas”. Só que eu num segurei. [risos] ↓A ↑criança ↓foi lá ↑embaixo e voltou assim, ó, vuup! ↑Num sei co/ [risos] como a coluna num quebrou².

↓

↑Teve uma vez... que a/ que o patrão dele deixou ele segurando a criança den/ dele. ↓Acho que tinha ↑três meses de idade. Ele falou: “cê ↑segura nas costas”. Só que ele num segurou. [risos] ↓A ↑criança ↓foi lá ↑embaixo e voltou assim, ó, vuup! ↑Ele num sabe co/ [risos] como a coluna num quebrou.

Na transcrição acima, as setas apontam para a entoação mais alta (↑) ou mais baixa (↓) e o sublinhado aponta o escopo dessa entoação.

Gerard Genette (1971) retoma a discussão clássica entre *diegesis* e *mimesis*, mostrando que se trata de uma diferença apenas textual, de estilo, no *Sinn* da narrativa. Qualquer narrativa em primeira pessoa se pode converter em narrativa em terceira pessoa e vice-versa, tratando-se somente de uma

2 Transcrição parcial extraída de gravação digital em <https://www.youtube.com/watch?v=Xl1ZxvpQco>. Acesso em: 20/jul./2016.

escolha feita pelo autor. Essa possibilidade descaracteriza o narrador como autor da narrativa. O narrador passa, então, a ser apenas mais uma personagem na narrativa. O próprio narrador faz parte apenas do *Sinn* da narrativa, tomando existência exclusivamente no processo de codificação. Em outra obra (Genette, 1979), o autor termina por distinguir definitivamente o narrador como figura linguística, do autor, como figura real.

A distinção entre essas duas figuras, autor e narrador, esta linguística, aquela real, ainda não dá conta da complexidade da enunciação. Erwin Goffman (1998) propõe uma outra figura, que chama de “locutor”. Trata-se, de fato, da única figura real obrigatória da enunciação. O locutor é exatamente o falante. Ele não precisa ser o autor do texto que enuncia. É o caso, por exemplo, de um ator durante uma representação teatral. Ele não precisa ser o autor de seu enunciado, embora, no caso de algum improviso, ele possa ser. Nesse caso, o autor está ausente. Pode-se, por exemplo, ler em voz alta um texto de Machado de Assis, o *Dom Casmurro*. O leitor seria o locutor, mas não o autor. Tampouco seria o narrador, pois esse é uma figura linguística, a personagem Dom Casmurro.

Note-se, então, que, para a figura de locutor proposta por Benveniste, pode-se supor que ela se distribua em outras figuras: o narrador/personagem, que só existe linguisticamente, o autor, que foi o criador da narrativa e que é real, apesar de nem sempre ser conhecido ou estar presente na enunciação, e, finalmente, o locutor, que é a figura real presente obrigatoriamente na enunciação.

Ói, nossos... nossa terra, nosso sertão aqui foi patrimônios de bandido na hist/

no século passado: Lampião, António Silvino. Aí um cara que era do tempo de tempo de António Silvino contava a história dele. Aí disse que tava numa... As casas nesse tempo... os fazendeiro morava com uns seis quilômetros de distância uns dos outros... as casas. ^{tes} Aí, ele disse que estava numa casa namorando a moça de um... filha de um fazendeiro ^{Sac1} e o fazendeiro tava viajando. E só tinha duas moça em casa. ^{Sor} Aí, António Silvino saiu com uma... uns capanga de dentro do mato. ^{Sac2} Vinhero pedir água na casa. ^{Sac3} Aí, chegou, ^{Sac4} ele tava... Aí ele chega. Ficou tremendo, assombrado. ^{Sac5} Aí ele foi... As moça deram água a eles. ^{Sac6} Aí ele disse: – Me diga uma coisa: você é filho da casa? ^{Sac7} – Não. Eu tô aqui, mas num sou. ^{Sac8} – Você namora alguma moça dessa? ^{Sac9} – Namoro. ^{Sac10} – Cadê o dono da casa? ^{Sac11} – Taí, viajando. ^{Sac12} – ↗Eu vou lhe fazer um pedido. Quando o dono da casa num tiver aqui, ↑você num vem aqui não. ^{Sac13} Aí eu fiquei ↑tremendo. ^{Sac14} – ↑Olhe, só tá elas duas aqui. – ↑Que você veio ver? ^{Sac15} – ↑Ahn... quê... ^{Sac16} Não sube nem responder nada a ele. ^{Sor} Aí eles entraram ↘ no mato. ^{Sac17} Aí eu peguei o caminho pra casa, de ↑assombrado.

Na transcrição da narrativa acima, as sentenças estão alinhadas e sua classificação como resumo (Sres), orientação (Sor), ação complicadora (Sac) e coda (Scoda) marcada em texto subscrito no final de cada sentença. Apenas as sentenças de ação complicadora foram numeradas. As setas diagonais mostram movimento entoacional ascendente (↗) e descendente (↘).

Conforme se pode notar na transcrição dessa narrativa, nas sentenças que com-

põem a sentença resumo, o autor usa da estratégia de criar uma moldura narrativa em primeira pessoa do plural – *nossa terra, nosso sertão aqui* – para, logo em seguida, introduzir uma narrativa em que o protagonista vai definido em terceira pessoa: *um cara que era do tempo de tempo de Antônio Silvino contava a história dele*. As sentenças de ação complicadora iniciam-se a partir desse ponto, mantendo-se o discurso indireto (*diegesis*). Na sentença de ação complicadora de número 14, entretanto, o autor muda sua estratégia, e transforma a *diegesis* em *mimesis*, assumindo a primeira pessoa e, então, protagonizando a narrativa. Embora não se possa ouvir a narrativa, que foi produzida oralmente, pela transcrição pode-se ver que a entoação tem um alçamento que se inicia na sentença de ação complicadora de número 13 – *Eu vou lhe fazer um pedido. Quando o dono da casa num tiver aqui, você num vem aqui não.*^{Sac13} – para atingir o seu máximo na sentença de ação complicadora de número 15 – *Olhe, só tá elas duas aqui. Que você veio ver?*^{Sac15} – e na resposta assustada da sentença 16 – *Ahn... quê... Sac16* que se faz acompanhar de *Não sube nem responder nada a ele.*^{Sor}, em que a personagem se torna o narrador. Trata-se de estratégia que provoca o apagamento completo do narrador que emoldurava a narrativa, conhecida como discurso indireto livre. No caso particular dessa narrativa, essa estratégia atua no sentido de aproximar o ouvinte/leitor do narrador. Esse tipo de discurso indireto livre reformula a situação de enunciação; a narrativa enunciada passa a ser tratada como uma narrativa pessoal e, portanto,

fazendo uma associação fictícia entre personagem, narrador e autor.

Um aspecto tem de ser ressaltado nessa figura do locutor. O locutor tem de ser praticamente invisível, transparente. Ele é um representâmen peirciano. Ao ouvir uma narrativa, tem-se de atentar aos interpretantes e não ao representâmen. Caso se atente ao representâmen é porque ou a narrativa foi malsucedida ou porque o interlocutor não assumiu seu papel de alocutário. Na peça de teatro, é preciso atentar à personagem e não ao ator. Se se vê o ator é porque sua atuação não foi boa, ou porque o espectador não se submeteu à enunciação, isto é, não se comportou como o alocutário, ou como o leitor-modelo de Umberto Eco, que veremos posteriormente.

ATRIBUIÇÃO E ACEITAÇÃO DAS INTENÇÕES

Antes, porém, de discutir o ouvinte/leitor, alvo da narrativa, podemos nos centrar na própria narrativa que foi efetivamente enunciada. Benveniste refere esse texto enunciado, isto é, quando ocorre em tempo real durante uma enunciação, como *alocução*. John Austin (1990) propôs que tais alocações fossem observadas sob dois pontos de vista diferentes. Um deles seria tomá-las pelo que ele chamou de *constatativo*. Essas alocações constatativas seriam as que geralmente tomamos como sentenças assertivas completas. Podem facilmente ser consideradas quanto a seu valor de verdade porque dispõem de uma referência disponível para esse teste. Alocações que não dispusessem de uma referência,

segundo Austin, ainda que pudessem ser constatativas, ocorreriam apenas no que ele considerou como textos fictícios, em contraste com os constatativos sérios.

O outro ponto de vista sob o qual se poderia tomar as alocações seria pelo que ele chamou de *performativo*. Esses performativos, diferentemente dos constatativos, não podem ser considerados pelo seu valor de verdade, porque sua referência não é descritiva e, portanto, não está disponível para teste. Esses performativos teriam de ser considerados pela relação direta entre eles e seu autor. Austin dá como exemplo de performativo uma ilocução como “Batizo esse barco ‘Queen Elizabeth’”. Uma sentença dessa natureza pode ser proferida por qualquer pessoa, mas será somente quando a pessoa certa, no momento certo, proferi-la que, então, o tal barco receberá o nome de “Queen Elizabeth”. Se alguma outra pessoa batizar barcos, esse ato não terá nenhum valor. Não se pode, entretanto, tratar a sentença como falsa pela ausência de uma referência, como no caso dos constatativos, porque não é a sentença que é falsa, mas é o ato de batizar em si mesmo que é falso.

Os performativos, portanto, se caracterizariam por serem atos linguísticos cujo valor é definido socialmente. Austin procurou tomá-los ainda sob outros aspectos. Segundo ele, poderiam ser atos linguísticos performativos *locucionais*, *ilocucionais* e *perlocucionais*.

Atos linguísticos performativos locucionais seriam praticamente o grau zero da enunciação; seriam, por exemplo, sentenças usadas como exemplos em livros de gramática. Essas locuções, em que pese serem enunciados completos, não fazem

parte, por suas referências, de nenhuma enunciação, isto é, não estão em uso. Esse tipo de ato linguístico independe de sua caracterização primária como constatativo ou performativo. Se, num exercício de lógica, apresentam-se constatativos apenas para demonstração de silogismos, pode-se tomá-los somente como locuções.

As ilocuções, por sua vez, seriam os performativos em uso, fazendo parte de uma enunciação. Atos ilocucionais fazem parte da vida cotidiana e se estabelecem como a forma padrão do uso performativo da língua. Ilocuções são usadas para dar ordens, fazer promessas, pedir favores, ofender, fazer curas, dentre uma série de outras que dificilmente poderão ser arroladas numa lista finita capaz de esgotar todas as possibilidades.

Para além das ilocuções, Austin ainda definiu as *perlocuções*: os atos linguísticos performativos perlocucionais. Pode-se pensar que uma perlocução seria uma ilocução que foi bem-sucedida, isto é, alcançou os resultados pretendidos. A perlocução poderia atuar como mecanismo de avaliação de ilocuções. Mesmo que uma ilocução possa ser realizada como a do batizado de um barco, essa ilocução só será uma perlocução se os demais membros daquela sociedade passarem a se referir àquele barco pelo nome que recebeu. Assim, um ato linguístico perlocucionário extrapola a língua e promove uma mudança social. As perlocuções serão, portanto, os enunciados cuja credibilidade atingiu sua força máxima e se tornou um modelo de comportamento aceito socialmente.

Nem sempre é fácil diferenciar perlocuções de ilocuções. Imaginemos uma

sentença como “Eu quero que você feche a porta”. Trata-se de uma sentença assertiva – no caso deste texto aqui, ela é apenas uma locução – que, num contexto enunciativo, poderia ser um constatativo, se for tomada ao pé da letra, ou um performativo, se for tomada, não como assertiva, mas como imperativa. Se for tomada como ato linguístico performativo imperativo, poderá ser perlocucional se, efetivamente, sua ordem for cumprida, isto é, se você fechar a porta tal como o autor queria. Mas, se isso não ocorrer, então a sentença permanecerá como uma ilocução. Note-se que a caracterização dessa nossa alocução hipotética é feita especialmente pelo interlocutor, independentemente das intenções do autor.

Pode-se, então, tomar o modelo de Bruner (1997), especialmente da característica que ele definiu como “vínculo de estados intencionais”. No caso da alocução hipotetizada, seu caráter como ilocução, perlocução, até mesmo performativo ou constatativo, decorrerá da atribuição de intenção que o alocutário fizer ao locutor, naquela enunciação específica. Essa interpretação pressupõe que a enunciação não está centrada na figura de um autor, que acumula as funções de locutor e narrador, mas na figura do alocutário, o ouvinte/leitor, decodificador e alvo das alocuções enunciadas. Niklas Luhmann propôs a centralização da comunicação na figura do alocutário.

“Se entendermos comunicação como síntese de três seleções, como unidade de informação, participação e compreensão, a comunicação só se realiza quando e na medida em que ocorre a compreensão. O

resto ocorre ‘fora’ da unidade de uma comunicação elementar e a pressupõe. Isso vale especialmente para um quarto tipo de seleção: a aceitação ou rejeição da redução de sentido que foi participada. Naquele ao qual a comunicação foi endereçada tem de haver a distinção entre a compreensão do sentido seletivo dessa comunicação e a aceitação ou rejeição da seleção como premissa do próprio comportamento” (Luhmann, 2016, p. 171).

Ao chamar a atenção para o fato de que a comunicação só se realiza a partir da compreensão e, ainda, separar essa compreensão da aceitação e da rejeição da unidade de informação, Luhmann leva para o alocutário a responsabilidade da configuração final da enunciação. Assim, mesmo que se tenha a intenção de comunicar e efetivamente se produzam atos de fala, nenhuma ação será eficaz se ninguém se dispuser a ouvir, isto é, se ninguém assumir o papel de alocutário, previsto por Benveniste. Esse ouvinte real já tinha sido definido por Umberto Eco como *leitor empírico*. Esse leitor empírico, por sua vez, é pressuposto pelo próprio autor do texto.

“Para organizar a própria estratégia textual, o autor deve referir-se a uma série de competências (expressão mais vasta do que ‘conhecimento de códigos’) que confirmam conteúdo às expressões que usa. Ele deve aceitar que o conjunto de competências a que se refere é o mesmo a que se refere o próprio leitor. Por conseguinte, preverá um leitor-modelo capaz de cooperar para a atualização textual como ele, o autor, pensava, e de movimentar-se interpreta-

tivamente conforme ele se movimentou gerativamente” (Eco, 2004, p. 39).

Ainda que se fale em “leitor”, é possível estender essa proposta de Eco para narrativas em geral, possivelmente, até mesmo para quaisquer outros textos, quaisquer outras linguagens. O leitor-modelo é, então, o leitor ideal, imaginado pelo próprio autor. É para esse leitor que o autor escreve. Isso fica evidente quando se produz, por exemplo, uma fala dirigida a crianças. Há um esforço especial do autor, nesse caso, também locutor, em usar expressões conhecidas, buscar referências comuns a ambos, para que possa haver compreensão, para que a comunicação seja efetiva, tal como afirmou Luhmann. Um texto, seja oral, seja escrito, seja narrativo, seja poema, só atingirá seu caráter perlocucionário caso seu interlocutor, o leitor empírico, compreenda e aceite as informações que se transmitem. Para tanto, ele terá, necessariamente, de assumir o seu papel de leitor-modelo, aceitando submeter-se às proposições de conhecimento comum do autor.

Na narrativa do monstro Popoca, é possível observar essas diferenças de interpretação.

“Um homem, noutros tempos, foi pescar e levou consigo sua mulher. E, querendo pescar noutra lugar, onde havia mais peixes, deixou a mulher ao pé da serra do Mairare, sentada numa pedra. Quando o homem já estava longe e entretido em apanhar peixes, apareceu Popoca. Saltou sobre a mulher e uniu seu corpo ao dela. Depois, pondo-a nos ombros, seguiu pelo mesmo caminho por onde tinha ido

o pescador. O homem já vinha de volta e encontrou com Popoca. ‘Por que vais levando minha mulher? Eu sou o marido dela. Larga-a’. E Popoca, continuando a andar, disse ao pescador: ‘Cala a boca, senão te flecho!’ E o pescador só levava debaixo do braço um covão. Nem arco, nem flecha. E Popoca era uma fera, que tinha muita força e muita astúcia. O pescador viu Popoca afastar-se, rindo e cantando. Em seguida, estrangulou a mulher. E lhe jogou o cadáver. E continuou a rir e cantar” (Pereira, 1967, pp. 90-1.).

Extraíndo alguns trechos:

- 1) s. res. [Um homem] deixou a mulher (...) sentada numa pedra.
- 2) s. or. (...) já estava longe e entretido em apanhar peixes,
- 3) s. compl. apareceu Popoca.
- 4) s. compl. Saltou sobre a mulher
jt e
- 5) s. compl. uniu seu corpo ao dela.
jt Depois,
- 6) s. compl. pondo-a nos ombros, seguiu pelo mesmo caminho por onde tinha ido o pescador.
- 7) s. compl. O homem já vinha de volta
jt e
- 8) encontrou com Popoca.
- 9) s. compl. “Por que vais levando minha mulher? Eu sou o marido dela. Larga-a.”
jt E
- 10) s. compl. Popoca, continuando a andar, disse ao pescador: “Cala a boca, senão te flecho!”
- 11) s. or. E o pescador só levava debaixo do braço um covão. Nem arco, nem flecha. E

Popoca era uma fera, que tinha muita força e muita astúcia.

12) s. compl. O pescador viu Popoca afastar-se, rindo e cantando.

Ao interpretar sequencialmente essa narrativa da sentença 1 até a sentença 6, vê-se que a sentença-resumo 1 pressupõe que a mulher do pescador continuaria ali, sentada, mas ocorreu o aparecimento de Popoca (3). Esse aparecimento, por si só, não acarretaria grandes danos se Popoca, assim como veio, fosse embora, mas o fato é que ele violentou e sequestrou a mulher do pescador (4 a 6). O evento inicial, desencadeador desse estupro, como se percebe na narrativa, vai descrito já na sentença-resumo 1. Há, pois, uma relação causal: mulher sozinha na mata implica risco de estupro.

Em seguida, da sentença 7 até a sentença 12, vê-se, na sentença 7, que o evento da volta do pescador foi interrompido pelo encontro com Popoca, que sequestrava a mulher do pescador (8). A esse evento segue-se uma tentativa de negociação em 9, que tem como retorno uma sentença (10) cuja ação complicadora descreve uma ameaça de morte. O evento seguinte, codificado na sentença 12, apenas descreve a inação do pescador ao ver sua mulher ser levada. Para justificar essa inação, o autor acrescentou uma sentença de orientação (11), em que mostra a imprudência do pescador ao ir para o mato desarmado. Novamente, há uma relação causal: homem desarmado no mato implica vulnerabilidade.

Nos dois trechos, estabelecem-se relações causais que poderiam ser utilizadas como parâmetro comportamental para

os membros do grupo. Se a narrativa de Popoca atuar efetivamente dessa maneira, isto é, a partir dela, os homens não mais deixarão suas mulheres sozinhas no mato e não mais sairão desarmados no mato, então, pode-se tomar essa narrativa como um ato perlocucional. Se, no entanto, apesar dela, não houver mudança de comportamento, ela terá sido somente um alerta que aponta possíveis consequências para comportamentos semelhantes. Nesse caso, podemos tomá-la como ato ilocucional.

Neste texto, ela é apenas um ato locucional sem consequência social nenhuma. Sua única funcionalidade é servir de exemplo.

HERÓIS E PROTAGONISTAS

Bertolt Brecht (1978) propusera que se deve narrar as histórias de forma particular se se tem o intuito de divertir os helenos, para quem não havia possível escapatória da lei divina, ainda que esta fosse desconhecida, ou os franceses, “com a sua graciosa autossuficiência que o código de deveres palacianos”, ou os ingleses da era elizabetana, “com o seu narcisismo de homens novos, totalmente libertos de inibições” (Brecht, 1978, p. 103). Augusto Boal faz uma retomada dessas ideias e propõe uma hipótese de trabalho bastante produtiva.

“Cada classe, casta ou estamento tem o seu herói próprio e intransferível. Portanto, os heróis de uma colasse só poderão ser entendidos pelos critérios e valores dessa classe. Ou poderão as classes dominadas entender os heróis das classes dominantes, enquanto permanecer a dominação, inclusive moral” (Boal, 1991, p. 232).

Talvez seja necessário entender um pouco mais o que seja um herói. Ao se pensar em narrativas, quais heróis podem ser protagonistas, antagonistas ou quaisquer das demais personagens? Qualquer característica de uma narrativa poderá ser personagem e também herói? O herói deverá ser exclusivamente a personagem protagonista com os mais bem conceituados valores morais? Este último parece ser o traço próprio dos heróis que não fazem parte de uma narrativa de ficção. São os heróis “de verdade”. Os grandes homens, os que arriscaram suas vidas para salvar algum outro. Talvez, então, para que seja possível fugir desse caráter, o herói possa ser considerado um protagonista capaz de um feito extraordinário? Algo que ninguém seria capaz de fazer? Nesse caso, o posto do herói teria de ser completado por quaisquer um dos recordistas olímpicos, e o heroísmo seria temporário; sua duração dependeria da melhor habilidade dos futuros concorrentes. Isso talvez nos leve a pensar num herói cuja façanha seja impossível de se repetir. Nesse caso, o herói teria um caráter único e permanente. O fato é que os heróis se repetem, seus atos de heroísmo se repetem. Milhares de soldados morrem em campos de batalha, ou salvam seus companheiros da morte, e são consagrados heróis. O heroísmo, nesse caso, volta a ser um ato de bravura, de coragem. Mas isso traz características comuns aos indivíduos e não ao ato em si. Muitos são corajosos, destemidos, mas poucos são heróis.

É possível pensar, a partir dessas elucubrações todas, que o heroísmo deve necessariamente decorrer de uma ação social, nos termos weberianos.

“Por ‘ação’ entende-se, neste caso, um comportamento humano (tanto faz tratar-se de um fazer externo ou interno, de omitir ou de permitir) sempre e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um *sentido* subjetivo. Ação ‘social’, por sua vez, significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de *outros*, orientando-se por este em seu curso” (Weber, 2015, p. 3).

O ato heroico é um ato voltado para a sociedade e não um ato individual. Boal considerou que, embora a escolha do protagonista não coincida necessariamente com a personagem principal, trata-se da personagem que o autor deseja vincular empaticamente à plateia, atribuindo-lhe um comportamento ético (Boal, 1991, p. 215). Não basta ser corajoso, tem de ser corajoso para salvar a donzela presa na torre do castelo. Esse dado parece reconfigurar o ato heroico: ele precisa de um objeto ao qual se dirija. O objeto a ser tomado como alvo do heroísmo tem de ser presumido como incapacitado para agir por si só para salvar-se. Sejam quais forem as forças que ameaçam o objeto a ser alvo do ato heroico, cabe ao herói o papel de suplantá-las e salvar o objeto do perigo.

O herói não precisa ser bem-sucedido em sua empresa. Soldados que morreram em guerras e tornaram-se heróis *post-mortem* deixam isso bastante óbvio. O heroísmo é atribuído pela sociedade pela avaliação feita dos atos protagonizados pelos candidatos. Não basta querer o título, ele precisa de um interlocutor. O heroísmo, dessa maneira, exige que se faça dialogicamente: há um produtor do

ato e um receptor do ato, o salvador e a vítima. Nesse caso, será preciso também entender a vítima como membro desse conjunto dialógico.

A princesa da torre precisa ser salva porque, sozinha, não consegue sair de lá. Não bastaria um desastre que simplesmente a libertasse para que houvesse um ato heroico em jogo. O ato heroico tem de ser intencional, mesmo que incontrolado. As forças malélicas que prenderam a princesa na torre do castelo podem ser várias. Elas podem ser intencionais, como a da bruxa malvada, ou não intencionais, como um alagamento ou uma proliferação de dragões. O herói deverá enfrentar qualquer uma dessas forças malélicas que terminaram por prender a princesa. O antagonista não parece precisar ser necessariamente um ser com intenções malélicas. Não é fácil, mas é possível imaginar uma inundação ou uma proliferação de dragões como atos intencionais. São fatos que ocorrem, ou que poderiam ocorrer. Vemos comumente pessoas presas nos tetos de suas casas, de seus carros, ilhadas por um alagamento, salvas pelos heróis, profissionais ou não, que as encontram. É possível encontrar também casos de pessoas, até crianças, que caíram em jaulas de animais e que foram salvas. Alguns heróis não sobreviveram à ferocidade dos animais, mas efetivamente realizaram atos heroicos por salvarem as vítimas indefesas. Mereceram o título³.

A bruxa má, o rei impiedoso, o “capitalista”, o general genocida ou até os animais ferozes são contingências para a definição da vítima. Obviamente que, nas narrativas não ficcionais, a bruxa má não terá credibilidade e, nesse caso, será

melhor substituí-la pelo “capitalista”, pelo sociopata ou pela irracionalidade feroz de um animal. Não é o autor do aprisionamento da vítima que está em foco, mas a própria vítima. Assim, é importante saber que se trata de uma princesa, de uma donzela, de um rei, do presidente dos Estados Unidos; não importa quem ou qual é a ameaça, pois qualquer coisa serve para isso.

Desse ponto de vista, pode-se retomar aqui as funções proppianas quanto a um herói e sua vítima. Trata-se claramente de uma função composta de duas grandezas bem definidas, à maneira de uma interlocução dialógica.

Propp estabelece que o herói parte do que ele chama de “situação inicial”, no conto maravilhoso.

“O conto maravilhoso, habitualmente, começa com certa situação inicial. Enumeram-se os membros de uma família, ou o futuro herói (por exemplo, um soldado) é apresentado simplesmente pela menção a seu nome ou a indicação de sua situação [...] Definimos este elemento como *situação inicial*” (Propp, 2006, p. 26).

3 “Brasília vivia, há 40 anos, o choque pela morte do sargento do Exército Sílvio Delmar Holenbach, então com 33 anos. Após três dias de agonia no Hospital das Forças Armadas (HFA), o militar não resistiu às mais de 100 mordidas que levou das aranhas do zoológico da cidade e morreu em 30 de agosto de 1977. Os animais o atacaram enquanto ele tentava salvar o menino Adilson Florêncio da Costa, à época com 13 anos. O ato de bravura comoveu a capital e, até hoje, envolve lembranças ainda vivas na memória dos brasilienses” (*Correio Braziliense*, 31/8/2017. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/08/31/interna_cidadesdf,622536/morte-de-sargento-que-salvou-menino-no-zoo-completa-40-anos.shtml).



Desse ponto de vista, pode-se imaginar que o herói é uma pessoa previamente dada, isto é, que faz parte da expectativa de que a narrativa vai se desenrolar a partir dos eventos que ocorrerão com ela. Assim, pressupõe-se que o leitor empírico tenha experienciado a tarefa de ser leitor-modelo. Trata-se, pois, de um processo adquirido.

Retornando à questão do herói, Propp propõe que o herói, no conto maravilhoso, possa ser classificado como “buscador” ou como “herói-vítima”. Ele faz uma definição quando estabelece a função IX, rotulada como **B**: “É divulgada a notícia de um dano ou carência, faz um pedido ao herói ou lhe é dada uma ordem, mandam-no embora ou deixam-no ir” (Propp, 2006, p. 36). Nessa definição, cumpre notar, ocorre a caracterização de “um dano ou carência”. Propp acrescenta como “definição”: *mediação, movimento de conexão*. A seguir, ele diz:

“Esta é a função que introduz o herói no conto. [...] Os heróis do conto maravilhoso podem ser de dois tipos: 1) Se a jovem foi raptada [...] e Ivan sai à procura da jovem, então o herói do conto é Ivan e não a jovem. Podemos denominar *buscadores* esse tipo de herói. 2) Se uma jovem ou um menino são raptados e o conto [é] centrado em quem foi raptado [...] então o herói do conto é a jovem (ou o menino) raptada(o) ou expulsa(o). Nestes contos não há buscador e o personagem principal pode ser denominado *herói-vítima*” (Propp, 2006, p. 36).

A proposição de um *herói-vítima* de alguma maneira quebra o esquema que foi proposto antes. A ideia de que o herói se

caracterizaria por salvar uma vítima indefesa, estabelecendo uma forma dialógica de comportamento heroico, parece que não dá conta de explicar a situação de um herói-vítima proppiano. Aparentemente, ao se confundirem o herói e a vítima, a personagem ganha um caráter ambíguo (como um *portmanteau*), multifuncional. Salvar a si mesmo não seria, socialmente, um ato heroico, porque não poderá ser classificado como uma “ação social” em termos weberianos. Salvar a si mesmo é uma prerrogativa da própria autossustentação, de manutenção da vida, simples sobrevivência, possivelmente instintiva e, talvez, até incontrolada. Parece que o autossalvamento é uma atitude característica de *tricksters*, como o de um Pedro Malasarte. Nesse caso, pode-se estabelecer uma categoria mais ampla, definida como protagonista, mas subcategorizável em *herói* (o *buscador* de Propp) e *vítima* (seja apenas *vítima* ou o *herói-vítima* de Propp). O papel de protagonista subcategorizado como herói-vítima certamente se confundiria com o papel de vítima, quando houver um herói: a vítima poderá salvar-se ou não, o herói poderá salvar a vítima ou não. Tiradentes não foi bem-sucedido, não salvou o Brasil da ganância portuguesa, mas nem por isso deixou de ser herói. Seria possível encontrar muitos casos como esse, mas parece difícil encontrar casos em que o “herói” se confunde com a vítima. Aparentemente, vítimas protagonistas são somente vítimas e sua sobrevivência se opõe especialmente ao suicídio, à desistência. Uma personagem que morre tentando salvar-se é um herói? Um naufrago que sobrevive é um herói? Parece que a sobrevivência, mesmo

em condições desastrosas, não caracteriza um ato heroico. É mais uma tenacidade do que um heroísmo. Assim, o hipotético “herói-vítima” de Propp só poderia ser heroicizado se ele fosse um vencedor. Naufrago que morre afogado não se torna um herói, não se tornaria sequer o protagonista de sua narrativa; ele seria apenas a vítima, numa narrativa sem heróis. No livro *O velho e o mar*, de Hemingway, há uma situação em que o protagonista é uma vítima, dado o insucesso final de sua empresa. Seu protagonismo decorre de suas reflexões sobre o momento. Não há nenhum heroísmo, porque ninguém estava ali em perigo, não havia nada para ser salvo. Obviamente, seria possível chamar essa personagem de “herói”, mas seria apenas metaforicamente, por extensão de sentido. O velho apenas protagoniza uma ação. Se há algum perigo, pela agitação do mar e pela fragilidade de sua embarcação, isso não afeta mais do que a ele mesmo. Não é uma ação social que vai narrada, que vai descrita.

Para exemplificar essa questão, pode-se interpretar o conto da anta e da onça:

– Oh, meu cunhado anta!

– O que é, meu cunhado onça?

– Quando ando de noite, os espinhos esperam meus pés; empresta-me teus cascos para eu andar.

– Aqui estão, leva-os; mas quando quiser amanhecer, traze-mos outra vez, porque o calor do sol queima meus pés.

Por isso dizem que a onça, quando anda de noite, faz bulha e a anta não, porque está descalça, e de dia acontece ao contrário” (Brandenburger, 1934, p. 137).

Nesse conto, há duas personagens falantes e um narrador. No caso de se ter de definir uma delas como herói, segundo o critério que se estabeleceu antes, seria necessário que alguma estivesse em determinada condição de fragilidade. A personagem da onça é a única candidata possível à caracterização de vítima, uma vez que se trata da personagem que solicita ajuda. Com isso, a personagem da anta se caracteriza como a heroína da narrativa. A fragilidade inicial da onça é descrita pela própria personagem, estabelecendo a si mesma como vítima. O antagonista seria sua própria constituição física que, durante a noite, lhe impõe sofrimento. Vale notar que esse mesmo antagonista atua como ameaça à personagem da anta, caso não se mantenha protegida pela condição física suplementar de que dispõe.

A narrativa, em que pese tais considerações, não tem como propósito a relação entre as personagens. O narrador, como uma terceira personagem, aponta para um evento que ocorre em tempos subsequentes aos eventos iniciais, tal como foram dispostos no diálogo. O empréstimo noturno dos cascos primordiais da anta para a onça primeva tornou-se uma ação definitiva que perdurou até o presente. Notadamente, atua como explicação para o fato de que a onça não é silenciosa quando se movimenta durante a noite. A narrativa parece confusa quanto à situação da anta. O senso comum poderia garantir que a anta é barulhenta durante o dia por conta dos cascos, mas silenciosa durante a noite, pela falta deles. Dessa maneira, é possível pensar que o objeto da narrativa é a explicação do porquê a onça faz barulho à noite e não faz durante o dia. Também

se pode dizer que, por se tratar de uma narrativa mítica, ela somente chama a atenção para o fato de que a onça faz barulho à noite quando se movimenta, mas não o faz durante o dia.

Como fica óbvio, a narrativa serve somente como suporte para a manutenção de um conhecimento acerca do comportamento da onça. Para que seja tomada como perlocução, será preciso verificar se o leitor empírico dessa narrativa se tornará cuidadoso numa caminhada noturna pela mata, atento aos possíveis barulhos produzidos por uma onça em movimento.

A relação que se estabeleceu entre as personagens – herói e vítima – atua somente como veículo mnemônico capaz de trazer à consciência o perigo constante de um ataque de onça durante a noite. Certamente que o leitor-modelo adequado à narrativa não seria o homem urbano ou o pescador em mar aberto. Por mais que o desprendimento da anta ao emprestar seus cascos à onça para que esta se proteja dos espinhos possa ser tomado como uma ação social altruísta e, por isso, um minúsculo ato de heroísmo, não é esse o objeto da narrativa. Trata-se, tão somente, de um cânone narrativo capaz de atingir o leitor empírico, gerando-lhe interpretantes que, uma vez memorizados inconscientemente, serão suscitados pelo representâmen desencadeado pelo próprio contexto de situação – andar à noite pela mata escura – que se assemelhe àquele da narrativa.

Tal como foi descrito acima, a capacidade de ouvir o movimento noturno da onça é condição de segurança para a sobrevivência na selva. O elemento simbólico que traz esse fato à consciência é a rela-

ção que se estabelecerá quando o que foi leitor empírico estiver num contexto de situação semelhante àquele da narrativa. Nessa situação, portanto, o que se espera é que a própria narrativa atue como interpretante no ambiente noturno no qual o que foi leitor empírico se encontre. Caso essa relação entre representâmen e interpretante se estabeleça, e o que foi leitor empírico dessa narrativa específica se torne atento aos possíveis ruídos da floresta, então, a narrativa terá sido bem-sucedida, isto é, terá sido uma perlocução.

Desse ponto de vista, a participação efetiva do narrador, manifesta claramente no parágrafo final, se torna uma condição necessária para que a narrativa atinja esse nível de perlocução. Extrair do diálogo o caráter do movimento ligeiramente ruidoso da onça durante a noite não parece óbvio. A explicação do fato pelo narrador supre a dificuldade – quiçá impossibilidade – de se extrair essa informação do diálogo. A narrativa, então, inverte a relação entre a capacidade auditiva humana acurada durante a noite, dada a sensibilidade prejudicada da visão, e a percepção de movimentos ruidosos, atribuindo esse fato ao comportamento do próprio animal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como um resumo geral, a enunciação, do ponto de vista que se teve até agora, compõe-se de um conjunto obrigatório de elementos que se caracterizam tanto por sua materialidade, como o locutor, o texto e o leitor empírico, como por suas potencialidades apenas induzidas do texto enunciado, como o autor, o leitor-modelo e o conhecimento comum, supostamente

partilhado entre autor e leitor empírico.

Na medida em que os enunciados narrativos se instauram somente a partir da participação do interlocutor na decodificação das sentenças, o autor se torna obrigado a estabelecer graus de credibilidade, sedução e cumplicidade que dificilmente se estabeleceriam se a enunciação se centrasse no próprio autor. Embora o objeto narrativo baseie-se em representações da realidade compartilhada entre o autor e seu interlocutor, não há qualquer garantia que essas representações, por maior credibilidade que demonstrem, sejam de fato coerentes com a realidade que lhes deu origem. Labov (1997) propôs que os temas da morte, do sexo e da humilhação social garantem por si sós atração suficiente para seduzir o interlocutor a compartilhar as experiências que o autor oferece em sua narrativa. Assim, lembrando o que disse Bruner (1997), a crise que decorre ao se romper um estado estável e moralmente legítimo gera um antagonista cruel, que, a despeito de sua natureza, só se deixa vencer pelo herói, único capaz de humilhar a personagem maléfica que causa enormes prejuízos às vítimas indefesas.

O modelo narrativo para a representação da realidade tem sido levado a efeito com sucesso estrondoso, levando às alturas figuras inaptas tão somente por se apresentarem como personagens heroicos, construídos pela invenção de antagonistas que ameaçam os interlocutores, tratados como as vítimas indefesas que precisam ser salvas. Fala-se atualmente em narrativas na política, na economia, propondo que se atribuam os papéis de herói, vítima ou facínora conforme a necessidade de se aliciar a população para que simpatize ou antipatize com

esta ou aquela personagem. Novamente é a Bruner (1991) a quem se pode recorrer para melhor traduzir esse procedimento:

“Ao contrário das construções geradas por procedimentos lógicos e científicos que podem ser destruídas por causa de falsificações, construções narrativas só podem alcançar ‘verossi-

milhança’. Assim, narrativas são uma versão da realidade cuja aceitabilidade é governada apenas com convenção e por ‘necessidade narrativa’, e não por verificação empírica e precisão lógica, e, ironicamente, nós não temos nenhuma obrigação de chamar as histórias de verdadeiras ou falsas” (Bruner, 1991, pp. 4-5, tradução minha).

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.
- BENVENISTE, É. “Da subjetividade na linguagem”, in É. Benveniste (ed.). *Problemas de linguística geral I*. São Paulo, Nacional/Edusp, 1976, cap. 21, pp. 284-93.
- BENVENISTE, É. “O aparelho formal da enunciação”, in É. Benveniste (ed.). *Problemas de linguística geral II*. Campinas, Pontes, 1989, pp. 81-90.
- BOAL, A. *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. 6ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.
- BRANDENBURGER, C. *Lendas dos nossos índios: leituras brasileiras*. São Paulo, Livraria Francisco Alves, 1934.
- BRECHT, B. *Estudos sobre o teatro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978.
- BRUNER, J. “Narrative construction of reality”. *Critical Inquiry*, v. 18, n. 1, 1991, pp. 1-21.
- BRUNER, J. *Realidade mental, mundos possíveis*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.
- ECO, U. *Lector in fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos*. 2ª ed. São Paulo, Perspectiva, 2004.
- FREGE, G. “Sobre o sentido e a referência”, in G. Frege (ed.). *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo, Cultrix, 1978, pp. 59-86.
- GENETTE, G. *Discurso da narrativa: ensaio de método*. Lisboa, Arcadia, 1979.
- GENETTE, G. “Fronteiras da narrativa”, in R. Barthes (ed.). *Análise estrutural da narrativa. Pesquisas semiológicas*. 4ª ed. Petrópolis, Vozes, 1971, pp. 255-85.

- GOFFMAN, E. "Footing", in B. T. Ribeiro; P. M. Garcez (eds.). *Sociolinguística interacional: antropologia, linguística, sociologia em análise do discurso*. Porto Alegre, AGE, 1998, pp. 70-97.
- JAKOBSON, R. "Metalanguage as a linguistic problem", in R. Jakobson (ed.). *The framework of language*. Michigan, University of Michigan, 1980, pp. 81-92.
- LABOV, W. "Some further steps in narrative analysis". *The Journal of Narrative and Life History*, v. 7, n. 1-4, 1997, pp. 395-415.
- LABOV, W.; WALETZKY, J. "Narrative analysis: oral versions of personal experience", in J. Helm (ed.). *Essays on the verbal and visual arts: proceedings of the 1966 Annual Spring Meeting of the American Ethnological Society*. Seattle, American Ethnological Society/ University of Washington Press, 1967, pp. 12-44.
- LUHMANN, N. *Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral*. Petrópolis, Vozes, 2016.
- MEAD, G. H. *Mente, self e sociedade*. Petrópolis, Vozes, 2021.
- PEIRCE, C. S. "O ícone, o indicador e o símbolo", in O. S. D. Mota; L. Hegenberg (eds.). *Semiótica e filosofia*. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1975, pp. 115-34.
- PEREIRA, N. *Morongetá: um decameron indígena*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- PROPP, V. *Morfologia do conto maravilhoso*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.
- WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 1. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2015.



Sobrenomes não nascem em árvores

Marcelo Módolo

Guilherme Aragão Cardoso





resumo

O objetivo deste estudo é oferecer uma explicação linguística para o fenômeno dos sobrenomes de cristãos-novos, evidenciando que o vínculo é arbitrário e que os sobrenomes não projetam sentidos, semanticamente. A partir da seleção de documentos oficiais emitidos pela Igreja Católica que registraram transações financeiras entre católicos e judeus, entre os séculos XII e XV, e de registros inquisitoriais de denúncias contra os cristãos-novos no Brasil do século XVIII, foram analisados os processos de (re)construção e (re) categorização dos referentes nos textos, identificando marcas da (re)categorização incorporadas nos sobrenomes e o desaparecimento dessas em função da instabilidade discursivo-textual.

Palavras-chave: sobrenomes de cristãos-novos; linguística textual; referência; categorização.

abstract

The goal of this study is to offer a linguistic explanation for the phenomenon of Marranos surnames, showing that the nexus is arbitrary and that surnames do not project meanings semantically. From the selection of official documents issued by the Catholic Church that recorded financial transactions between Catholics and Jews between XII and XV centuries and from inquisitorial records of condemnation of the Marrano in Brazil in the XVIII century are analyzed through the processes of (re) construction and (re)categorization of referents in texts. Therefore identifying marks of (re)categorization incorporated in surnames and their disappearance due to discursive-textual instability.

Keywords: *Marranos surnames; text linguistic; referenciation; categorization.*



Hoje eu vou contar para vocês tudo sobre como eu consegui minha cidadania portuguesa através de judeu sefardita.” Esta é a fala inaugural de uma jovem brasileira *youtuber* que produziu quatro vídeos, em 2021, nos quais registra sua trajetória de busca pela ascendência judaica ibérica e sua bem-sucedida aquisição da cidadania portuguesa por meio da genealogia. O ponto de partida foram os supostos sobrenomes de cristãos-novos que fortemente acionaram, em alguma medida, o vínculo à ascendência judaico-portuguesa e, portanto, seu parentesco com os da terrinha de lá. Em um dos quatro vídeos da *youtuber*, *Lista de sobrenomes de possíveis judeus sefarditas*¹, ela disponibilizou a

1 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YmOUTBoclZA&t=18s>.

listagem de diversos sobrenomes, de Abreu a Uchôa, como um cardápio de possibilidades para o telespectador identificar-se com um sobrenome que conste em seu registro civil, a perguntar-se da probabilidade de algum vínculo parental com judeus portugueses. Mas o que isso tem a ver com linguística da vida contemporânea? Ora, o famigerado mito da denotação dos substantivos próprios

Este artigo é, em parte, resultado de pesquisa de iniciação científica 2022-2023, na Faculdade de Letras da FFLCH-USP, com financiamento CNPq, efetuada por um dos autores.



MARCELO MÓDOLO é professor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

GUILHERME ARAGÃO CARDOSO é aluno de graduação em Letras na FFLCH/USP.

de cristãos-novos reverbera nos dias atuais, acionando a elaboração de sentidos que produzem uma ponte de acesso à ascendência judaica. A fórmula apresentada pela *youtuber* reduz a referenciação cujo domínio abrange a complexa estrutura de relações semânticas, textuais, extratextuais e religiosas e estabelece um direcionamento semântico contínuo dos sobrenomes com o referente “judeu”. A linguística textual, portanto, retoma o fenômeno, conferindo-lhe outro tratamento, construindo novos acessos ao conhecimento que se tem da relação entre sobrenomes de cristãos-novos, que trazem referências lexicais da flora e da fauna, e o judaísmo no Brasil.

PATRONÍMICOS JUDAICOS E SOBRENOMES DE CRISTÃOS- -NOVOS: UM BREVE HISTÓRICO

O patronímico foi a forma utilizada para a identificação pessoal e social entre as populações judaicas descritas nos textos bíblicos. Um ponto de partida para caracterizar a forma prototípica da antroponímia judaica é a aglutinação. Nos patronímicos, inclui-se um elemento obrigatório: a introdução da palavra hebraica *Ben* (בן), “filho de”, ou *Bat* (בת), “filha de”, ao prenome paterno. Para famílias de origem sacerdotal cuja genealogia retoma o povo descendente de Levi, composto pelos grupos *Cohanim* e *Leviim*, descendentes de Aarão, irmão de Moisés, o primeiro nome é seguido pelo prefixo *Ha* (ה), que equivale ao artigo “o”, seguido do nome do grupo ao qual se pertence, formando, assim, a estrutura HaCohen (הכהן) e HaLevi (הלוי). Nesse sentido, duas estruturas são consideradas como caracte-

rísticas de nomes judaicos na antiguidade bíblica: i) nome próprio + *Ben* ou *Bat* – patronímico; ii) nome próprio + prefixo (*Ha*) – Cohen ou Levi.

Durante o período da ocupação árabe na Península Ibérica, manteve-se a estrutura dos patronímicos da antiguidade e a eles foram introduzidos novos elementos que ampliaram a diversidade dos nomes, como os indicativos de domicílio ou de origem, a definição profissional e as alcunhas, as quais evocam características fenotípicas. A entrada lexical da língua árabe e a transliteração das línguas árabe e hebraica para o português também contribuíram para o sortimento dos sobrenomes. De acordo com Gomes (1984; 1993), no conjunto de 116 nomes apurados, entre os anos de 1118 e 1495, em Leiria e em Coimbra, registraram-se maior ocorrência dos seguintes patronímicos/sobrenomes: Leiria (de); Levi; Çaçam; Façam; Sassam; Atara; Ben Atar; Baruc. Em função do recorte geográfico na pesquisa deste autor, a ocorrência desses sobrenomes é limitada e, portanto, não indica que esses foram os sobrenomes mais usados pelas populações judaicas em Portugal. A profusão de novos elementos que se encaixaram na elaboração lexical dos substantivos próprios aumentou a diversidade de sobrenomes, indicando a pluralidade étnica e cultural das populações judaicas.

Ao longo do tempo em que a Inquisição atuou, judeus e cristãos-novos, estes acusados pelo estatuto de impureza de sangue, isto é, não eram considerados como verdadeiros cristãos, e aqueles, réus por heresia judaizante, foram sistematicamente apossados pela Igreja, que os processava baseando-se também na genealogia familiar. Por isso, era recorrente que os perseguidos

adotassem diferentes sobrenomes na mesma família. As famílias não tinham, necessariamente, o mesmo designativo familiar. “Numerosos sobrenomes de judeus ‘portugueses’ são típicos de cristãos ibéricos. Além disso, muitos desses nomes nunca foram usados por judeus que viviam na Espanha ou em Portugal antes das expulsões no final do século XV” (Beider, 2020, p. 132, tradução nossa). Essa foi uma estratégia para burlar o sistema inquisitorial. Os prenomes e sobrenomes adotados eram, em sua maioria, os mesmos que as famílias católicas portavam. Consequentemente, a homonímia tornou-se uma realidade, que rompeu com qualquer exclusividade referencial e significativa dos nomes atribuídos à tradição familiar católica.

Novinsky (1992) sugere que o caminho possível para distingui-los é investigar as ocorrências de determinados sobrenomes nos registros inquisitoriais, associando os nomes dos acusados a suas respectivas acusações de heresias judaizantes. A historiadora identificou 1.819 registros de prenomes e sobrenomes atribuídos aos marranos, cristãos-novos, presos por práticas de judaísmo ou suspeitos pelo mesmo delito durante os anos de 1700 e 1761 no Brasil. Os sobrenomes com maior ocorrência são Rodrigues (citado 137 vezes), Nunes (120), Henriques (68), Mendes (66), Correia (51), Lopes (51), Costa, (49), Cardozo (48), Silva (47) e Fonseca (33). Para ela, as principais interpretações acerca do fenômeno antroponímico são: i) a maioria dos nomes marranos² possui indicativo de

cidades ou vilas de onde eles vieram; ii) a maioria dos nomes marranos foi retirada da antiga denominação de famílias aristocráticas portuguesas; iii) os marranos brasileiros portavam dois ou três sobrenomes; iv) membros de uma mesma família usavam sobrenomes diferentes; v) depois de duas ou três gerações, cristãos-novos adotaram novamente os nomes dos avós; vi) os sobrenomes marranos são exatamente os mesmos usados pelos velhos cristãos portugueses; vii) marranos que viveram na Holanda e no norte da África, e que retornaram ao judaísmo, adotaram, em alguns casos, prenomes em hebraico, mas eles mantiveram, frequentemente, os antigos sobrenomes portugueses, pois lhes conferiam certo prestígio (Novinsky, 2006, pp. 454-5).

No item i acima, a interpretação da historiadora é contestada por Beider (2020):

“A afirmação de Novinsky é problemática. É parcialmente especulativa; nenhuma correlação entre os sobrenomes e os locais de proveniência de seus portadores cristãos-novos jamais foi demonstrada por ela ou por outros pesquisadores. Aliás, esta ideia assenta-se em parte na atribuição incorreta da origem toponímica a certos sobrenomes com sufixos patronímicos típicos, como Alvares, Nunes e Rodrigues” (Beider, 2020, p. 75, tradução nossa).

A partir da alegação do pesquisador, no discurso historiográfico, implica-se também um fator importante que contribuiu para reproduzir o caráter denotativo dos sobrenomes. No processo de transformação do quadro antroponímico, evidencia-se a inexistência de uma correspondência entre os nomes adotados pelas populações judaicas

2 Apesar da diferença semântica e histórica entre marrano e cristão-novo, utilizamos os termos como sinônimos.

no período anterior à Inquisição e posterior a ela. Não há evidências que apontem para a arquitetura de um roteiro ou de um planejamento preciso e elaborado pelas populações judaicas e marranas para que utilizassem determinados sobrenomes, como forja codificada que pudesse identificá-los entre si por meio desses sobrenomes.

“A ideia de que os novos cristãos muitas vezes adotavam sobrenomes derivados de palavras portuguesas ou espanholas do domínio da flora e da fauna para evitar os sobrenomes típicos populares entre os cristãos não tem fundamento” (Beider, 2020, p. 75, tradução nossa).

“Em minhas investigações, não encontrei nenhuma prova documental de que os nomes de árvores, plantas, frutos, elementos geográficos pertençam apenas ou na maioria das vezes aos marranos” (Novinsky, 2006, p. 452, tradução nossa).

Nesse hipotético diálogo entre os historiadores que se contrapõem um ao outro, a “falta de documentação” ou a “não comprovação” permeia ambas as alegações. Se não há prova documental, portanto, não há resposta ao fenômeno que persiste até os dias atuais? Ainda que essa lógica historiográfica sirva de parâmetro para compreender o mito dos sobrenomes de cristãos-novos, tampouco podemos nos render à ideia de mito. Talvez, a lógica da “historiografia romântica do marranismo” (Novinsky, 2006, p. 445, tradução nossa) tenha deixado de lado a materialidade do texto, na qual se produzem sentidos e significados dos referentes.

Apesar das constatações dos pesquisadores, a noção de determinados sobrenomes

se mantém e se manterá na narrativa da história de cristãos-novos no Brasil. Além do caso da jovem *youtuber*, outro exemplo do desdobramento dessa narrativa está registrado em dois documentários nacionais, que exploram a manutenção e a prática de hábitos culturais e religiosos típicos do judaísmo em famílias da Bahia, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Em *A estrela oculta do sertão* (2005) e *Marranos do sertão* (2021), a importância dos sobrenomes nos relatos dos entrevistados é motivo para a afirmação da ascendência marrana e, consequentemente, do vínculo, ainda que longínquo, com o judaísmo. Oliveira, Cordeiro, Rodrigues e Araújo são exemplos de sobrenomes de famílias que vivem no interior de Pernambuco e da Paraíba, trazendo à discussão a importante informação a respeito do fator regional. Isso significa que o isolamento geográfico dessas famílias, após o fim da Inquisição, pode ter sido fator para a manutenção de práticas religiosas judaicas e para a reprodução da memória oral dessas famílias, indicando a relação significativa com o fenômeno, pois os sobrenomes Oliveira e Cordeiro estão associados a famílias tradicionais e antigas dessas regiões.

QUE FEZ OS SOBRENOMES CUJAS REFERÊNCIAS LEXICAIS APONTAM PARA OS UNIVERSOS DA FAUNA E DA FLORA ESTAREM ASSOCIADOS À ASCENDÊNCIA JUDAICA?

A partir da linguística textual (vide Koch, 2009), os processos de referenciação, construção e categorização são utilizados para investigar o fenômeno dos sobrenomes de

cristãos-novos. O que se pretende, portanto, é atribuir à referenciação e à categorização de judeus o estabelecimento de uma espécie de ponte entre a referência de determinados sobrenomes e as categorias “judeu”, “hebreu” e “cristão-novo”. Essa ponte foi erguida pela repetição dessas categorias nos textos e pela reelaboração de sujeitos por meio da entrada de novas categorias léxico-semânticas nos enunciados que compõem os textos dos documentos. Nos enunciados que analisamos, as maiores ocorrências de sobrenomes de cristãos-novos processados pela Inquisição não registram sobrenomes que trazem referências da fauna ou da flora, sustentando o argumento de Novinsky (2006). Mas reiteramos que o fenômeno não pode ser tratado como mito, ou seja, não é pela falta de matéria textual que se resolve o caso, o qual poderia ser investigado a partir dos sobrenomes na história da memória e na oralidade das narrativas de famílias que ainda guardam preceitos judaicos ou que se denominam de cristãs-novas. Claro, isso é uma hipótese que deixaremos para os historiadores investigarem. Nossa atenção, certamente, está voltada para a linguagem e para a construção dos enunciados que contribuíram com a categorização dos sobrenomes judaizados, elaborando, assim, um sistema de sentidos que retomariam a associação entre sobrenome e judeu.

AFINAL, OS SOBRENOMES JUDAIZADOS TÊM SENTIDO?

O que entendemos a respeito dessa relação semântica é que os sobrenomes projetam, carregam, transmitem expectativas ou inferências, mas não garantem vínculo sobre a

categoria pela qual se denota, pois o sobrenome é portador múltiplo de referentes. O substantivo Israel, por exemplo, pode trazer a referência de uma das 12 tribos bíblicas, de Estado, de uma pessoa do gênero masculino e até mesmo de sobrenome familiar, como no caso da família Sar Israel. Isto é, o sentido é definido pela localização no discurso não pela implicatura, portanto, os nomes são definidos por meio de como são usados em espaços enunciativos. Nos sobrenomes judaizados, os fatores parental e religioso desenvolvem uma tipicidade local dos designativos familiares que, por meio da manutenção dos códigos éticos e dogmáticos, cristalizam-se, gerando formas prototípicas, como os sobrenomes Cohen e Levi. Porém, não se pode apresentar a tipicidade como parâmetro para a construção de sentido. De maneira análoga, a denotação de sobrenomes, com maior ocorrência na identificação de cristãos-novos, também não pode ser apresentada como elemento para a construção de sentido. Não se pode assumir que Cohen e Levi possuem o sentido de um conjunto de atributos de seus portadores de maneira coletiva, porque ao equipará-los à dimensão diacrônica ou histórica não estaríamos lidando com o sentido, mas com a identificação de nomes que é acessada pelo conhecimento enciclopédico, reconhecimento de fatos, não da relação de sentidos.

REFERÊNCIA E CATEGORIA NOS DOCUMENTOS

Em Gomes (2003), analisamos os recortes de transações financeiras produzidas entre os séculos XII e XV, entre católicos e judeus, declaradas pela Igreja Católica. Nesses

registros, observamos, na referenciação de sujeitos, a categorização que se ancora nos substantivos “judeu(s)” ou “hebreu(s)”.

- 1) 1137 DEZEMBRO, 11, Coimbra – Mendo Rúbeo, presbítero, entrega-se ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, oferecendo-lhe bens móveis e imóveis. Menciona-se, nesta doação, dois pedaços de terra adquiridos, em Montarrolo, a um tal Macheon Hebreu. (TT – Coleção Bastos: Livro de D. João Teotónio, fls. 45-45 vº, em: Gomes, 2003, p. 57) [grifo acrescentado].
- 2) 1137 DEZEMBRO, Coimbra – Belide e sua mulher Jamila, judeus, entregam ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra uma sua vinha situada no sítio dito Ribela, recebendo do Mosteiro, em troca, uma outra vinha com metade de um lagar. (TT – Coleção Bastos: Livro Santo de Santa Cruz de Coimbra, fl. 97, em: Gomes, 2003, p. 59) [grifo acrescentado].
- 3) 1140 FEVEREIRO, Coimbra – O judeu Zacarias escamba com o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra uma sua vinha, situada em Montarroio, por uma outra vinha e dois terços de um lagar em Coselhas. (TT – Coleção Bastos: Livro Santo de Santa Cruz de Coimbra, fls. 96-96 vº, em: Gomes, 2003, p. 61) [grifo acrescentado].
- 4) 1162 FEVEREIRO, Coimbra – D. Maior, mulher de Zaguilom e irmã de Bofino, judeus, vende, ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, uma sua herdade localizada em Montarroio, nos subúrbios de Coimbra, sobre a Fonte dos Hebreus, pelo preço de dois morabitinos e um sexteiro de trigo. (TT – Coleção Bastos: Livro de D. João Teotónio, fl. 102, em: Gomes, 2003, p. 63) [grifo acrescentado].
- 5) 1169 ABRIL, Coimbra – Gontinha Soares e seus filhos vendem ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra uma herdade situada junto de Santa Justa, nos subúrbios da cidade de Coimbra, por dez morabitinos. Num dos lados, esta propriedade confrontava com terra de Gonçalo Judeu. (TT – Coleção Bastos: Livro de D. João Teotónio, fl. 102, em: Gomes, 2003, p. 64) [grifo acrescentado].
- 6) 1219 DEZEMBRO, meado, Lisboa – Regina, judia, viúva de Almosarif, com Auro e Maior e Salomão, vendem a Fernando Peres, outrora chantre de Lisboa, uma herdade no sítio de Vila Franca (freg. Arazedo, c. Montemor-o-Velho). (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) – Cartulário de S. Paulo de Almaziva, fl. 18, doc. 85, em: Gomes, 2003, p. 68) [grifo acrescentado].
- 7) 1351 OUTUBRO, 15, Coimbra – Lourenço Martins, como procurador de seu irmão, Estevão Martins, tabelião de Aveiro, vende a Martim Peres de Bera, testamenteiro de Mestre Estevão, físico e raçoeiro que fora da Sé de Coimbra, umas casas de sobrado situadas na Judiaria desta cidade, nas quais habitava o judeu Vivas, ferreiro, pelo preço de 120 libras. (AUC – Cofre: Caixa de documentos sem cota (cota antiga “Purg. 2 – Judiaria”, em: Gomes, 2003, p. 72) [grifo acrescentado].

- 8) 1354, 11, Coimbra – Mestre Guilherme, prior de Santiago de Coimbra, com o assentimento do Cabido desta Colegiada, empraça ao Rabi Salomão, encadernador de livros, uma casa da dita igreja situada “em rua que va pera a Sé”, a qual fora trazida já por Abraão Pesaçam, pela pensão de 25 soldos e um capão em cada ano. (TT – Colegiada de Santiago de Coimbra, Cx. 3, M.º 9, Documento com a cota antiga: “N.º 905”, “N.º 416 – Bruno”, em: Gomes, 2003, p. 78) [grifo acrescido].
- 9) 1379 JANEIRO, 18, Coimbra – Carta de D. Fernando pela qual se determina que certos Judeus foreiros³ de três casas situadas na freguesia de S. Salvador de Coimbra, pertencentes à Albergaria e Hospital Santo Antão, junto à Pedreira, local onde chegou a ser demarcado a nova Judiaria coimbrã, passassem a residir na Judiaria do Arrabalde de Sansão. Determina-se, também, a penhora de bens móveis para pagamento das custas processuais, registrando-se, em averbamento de 30 de Agosto do mesmo ano [Doc. 16a] a arrematação por um tal Jacob, de um “livro de orações dos Judeus em letra hebraica” no valor de 4 libras. (TT – Colegiada de S. Salvador de Coimbra, 2ª incorp., Cx. 2, Mº 5, Doc. c/ cota antiga: “264 do 9º Saco”. B – BGUC – Manuscritos de João Pedro Ribeiro, Códice 636, fls. 253-253vº, em: Gomes, 2003, pp. 80-1) [grifos acrescidos].

- 10) 1419 SETEMBRO, 23, Coimbra – Matrícula da promoção a ordens menores de Fernando Vasques, converso, natural de Lorvão (diocese de Coimbra). (TT – Sé de Coimbra, 2ª incorp., M.º 51, Doc. 2008, fl. 4, em: Gomes, 2003, p. 92) [grifo acrescido].

Nos excertos, a referência e a categorização ocorrem em seis formas. Em 3 e 7, ocorre o caso em que o nome está como aposto especificativo, que especifica ou classifica o referente. Nos fragmentos 1 e 5, Judeu e Hebreu aparecem após o prenome e estão escritos com letra maiúscula, o que pode indicar um segundo designativo de identificação étnico-religiosa ao invés de um patronímico. Nos trechos 2, 4 e 6, os nomes estão evidenciados pelos apostos explicativos, judeu e judia, respectivamente. Em 9, a indeterminação dos indivíduos é marcada pelo pronome indefinido “certos” que antecede o núcleo do sintagma nominal “certos Judeus foreiros”. Ainda em 9, Jacob é caracterizado com o determinante “um” e com o pronome indefinido “tal”, provavelmente, pela insuficiência de informações a seu respeito. Contudo, o que o categoriza, significativamente, é sua referência por meio do verbal “arrematação” e do complemento nominal “livro de orações dos Judeus em letra hebraica”, isto é, seu livro de cunho religioso foi penhorado para o pagamento de dívidas. No fragmento 10, registra-se o prenome e o patronímico típico de cristão, e o aposto “converso”, identificando que Fernando Vasques “foi” judeu antes da conversão ao catolicismo. Em 8 ocorre uma exceção, pois é o único registro no qual os referentes são evocados por meio de formas que mais se aproximam da pro-

3 Inquilinos.

totipicidade de designativos judaizados. Por isso não estão adjungidos por modificadores e por apostos explicativos.

Os substantivos judeu ou hebreu, antepostos ou pospostos ao nome, nos indicam que a identificação fazia-se necessária porque os nomes e os sobrenomes não asseguravam a pertença social e religiosa, embora houvesse uma ocorrência de nomes judaizados, facilitando a identificação desses sujeitos. A nomeação, portanto, foi um fenômeno inconstante, irregular e impreciso. Isto é, o interlocutor não conseguia acessar, a partir de seu conhecimento de mundo, a relação entre designativos e judeus. Isso respalda a condição de que nomes e sobrenomes não têm sentido e, portanto, não cogitam qualquer denotação ao judaísmo. Tais documentos são anteriores à Inquisição portuguesa, o que demonstra que, apesar de um possível quadro antroponímico prototípico à época, não havia uma associação assertiva.

Nos 1.819 registros inquisitoriais de denúncias contra os cristãos-novos no Brasil do século XVIII, os sujeitos são identificados, entre outros critérios jurídicos, também pelo elo genealógico. Conforme os excertos a seguir, a categorização é construída por meio de modificadores antepostos ao substantivo cristão-novo, quais sejam: inteiro; meio; um quarto; um oitavo; três quartos; parte de; parente de.

- 11) AGOSTINHO CORREA, cristão novo, morador no Rio de Janeiro, estudante de gramática, filho de João Correa, capitão de uma companhia no Rio de Janeiro, e de Guimar de Paredes. (...) Reconciliado no auto de fé em 06 de Julho de 1732 (Novinsky, 1992, p. 3) [grifo acrescido].
- 12) BELCHIOR DA FONSECA DOREA, parte de cristão novo, natural e morador na cidade do Rio de Janeiro, solteiro, estudante, filho de Luis Vieira de Mendanha e Clara de Moraes. (...) Preso em 11 de Outubro de 1712. Abjurou em forma no auto de fé em 09 de Julho de 1713 (Novinsky, 1992, p. 20) [grifo acrescido].
- 13) MANOEL ROIZ DE LEMOS (ou LEVO?), meio cristão novo, natural e morador no Rio de Janeiro, soldado, irmão de Antonio Pinheiros de Souza. (...) Abjurou em forma no auto de fé de 16 de Junho de 1720. Revogou-se estando em Hospital em 20 de Setembro de 1720 (Novinsky, 1992, p. 88) [grifo acrescido].
- 14) IZABEL HENRIQUES ou DA FONSECA, três quartos de cristã nova, natural das Terras do Engenho da Pindoba e moradora nas do Engenho Velho; casada com Ambrozio Nunes, filha de Manoel Henriques, que vive de sua fazenda ou lavoura e de Joanna do Rego. (...) Abjurou em forma no auto de fé de 1733. (Foi denunciada por 19 testemunhas entre 1730 e 1733.) (Novinsky, 1992, p. 155) [grifo acrescido].
- 15) JOZEPHA MARIA DA ANNUNCIACAM, oitavo de cristã nova, natural e moradora do Rio de Janeiro (...) (Novinsky, 1992, p. 162) [grifo acrescido].
- 16) ANTONIO FELIX (OU LUIS), parente de cristão novo, natural e morador no Rio de Janeiro, solteiro, sem ofício, filho de Manoel Luis Ferreira e Cata-

rina Gomes Palhana. (...) Reconciliado no auto de fé de 16 de Outubro de 1729 (Novinsky, 1992, p. 10) [grifo acrescido].

- 17) MARGARIDA DA VEIGA, de cuja qualidade não consta, natural e moradora no Rio de Janeiro, filha de Affonso Vas da Veiga e de Maria de Attaide (...) (Novinsky, 1992, p. 170) [grifo acrescido].

Nos sete fragmentos, os nomes são apresentados na forma designativa e com diferenciados apostos explicativos que informam o grau de parentesco do referente em função de uma ascendência direta com o marranismo. Contudo, a arbitrariedade da Inquisição, conforme supracitado em Novinsky (2006, p. 446), era recorrente, pois a condenação de indivíduos sem as evidências prescritas para o crime de hereisia judaizante era comum, como no fragmento 17. Não parece haver uma comprovação de que a Inquisição investigou, de maneira sistemática, os hereges por meio da origem familiar em seus nomes, pois os familiares adotaram diferentes nomes para burlar a perseguição, o que é evidente nos fragmentos acima. As denúncias foram os principais meios que a Inquisição utilizou para capturar, processar e condenar os suspeitos. E não por associação entre nomes de cristãos-novos. Como se pode aferir, é ampla a diversidade de prenomes, de patronímicos e de segundos designativos, que não asseguram, portanto, qualquer possibilidade de padronização dos nomes adotados pelos marranos.

Na introdução referencial dos fragmentos de 1 a 17, a forma de apresentação dos nomes, que ora são especificados por meio dos apostos explicativos, ora são empregados

como apostos especificativos, caracterizando o sintagma nominal antecedente, traz um propósito comunicativo de identificar os referentes nas dimensões social, étnica e religiosa. Nos documentos, os sobrenomes, independentemente da forma e da etimologia, são expressões de referência que são ativadas pela ação humana para registrá-los e enquadrá-los como judeus, hebreus, cristãos-novos, marranos etc., criando um jogo, no qual se construiu sujeitos judaizados a partir da enunciação entre nomes e identificação social. Assim, os sobrenomes são definidos por meio de como são usados, e não pela denotação.

ALGUMAS PALAVRINHAS FINAIS

Considerando o sobrenome como “expressão de referência” ausente de sentido, na construção dos referentes, instaurou-se um jogo complexo de negociação entre múltiplas referências incorporadas nos diversos sobrenomes judaizados. Judeu, hebreu e cristão-novo, este marcado pelos modificadores “inteiro”, “meio”, “um quarto”, “um oitavo”, “parte de” e “parente de”, são exemplos de categorias que foram se estabelecendo na negociação dos referentes e de seus sobrenomes nos textos-discursos, (re)categorizando-os. Se se considera a historiografia textual fonte de fatos incontestáveis, propor-se-ia, então, uma investigação estatística que apontasse ocorrências significativas de sobrenomes de cristãos-novos associados às palavras do domínio da fauna e da flora e, conseqüentemente, um indício à ascendência judaica. Entretanto, esse cruzamento de dados ainda não foi realizado e também

não garantiria resultados que pudessem responder ao fenômeno, pois também se trata da memória oral de famílias com longevas tradições. Ainda não se encontraram resultados satisfatórios do fenômeno, mas, por meio da pesquisa, podemos lançar a linguística textual no tratamento dos documentos, para começarmos a delinear parâmetros que sirvam de base científica na investigação do mito dos sobrenomes, sem incorrer na “ausência de documentos”.

O que se constatou no atual estado da reflexão acerca dos sobrenomes de cristãos-novos no Brasil é que persiste cristalizada na narrativa historiográfica e no senso comum a característica denotativa de sobrenomes marranos. No que se refere à construção do fenômeno e seu processo de desdobramento, verifica-se que há ainda um terreno fértil para investigar, analisar e compreender o evento a partir do funcionamento dos nomes na construção referencial de sujeitos judaizados. Embora a pesquisa de Novinsky (1992; 2006) aponte para uma inverdade no parâmetro associativo dos sobrenomes por ausência de documentos e atestados, a abordagem linguística proporciona inferir que o caso é uma questão de linguagem e de historiografia oral, não de comprovação documental. E que, portanto, a referenciação e a categorização de judeus em documentos são processos pelos quais se viabilizam os precedentes

do fenômeno, que se materializa na instabilidade dos textos-discursos que emergem em diferentes circunstâncias sociais e políticas ao longo dos períodos pré e pós-Inquisição portuguesa.

Enfim, a observação orientada nessa discussão elabora uma leitura crítica dos nomes em uma complexa estrutura de relações semânticas, textuais e extratextuais, considerando que a atribuição de vínculo ou elo com o judaísmo, por meio de sobrenomes, é especulativa e ainda indecifrável. Essa associação é mantida na maneira como a *youtuber* manipula as informações desse conhecimento e como os sobrenomes são indícios significativos para o reconhecimento entre as famílias retratadas nos documentários *A estrela oculta do sertão* e *Marranos do sertão*. Contudo, ainda não se deve estabelecer que a tese defendida se encerre em si mesma, o que seria uma confiança excessiva. Demonstrou-se, portanto, neste artigo, que declarações como “onde estariam os Lopes, os Fonseca, os Rodrigues, os Pinto, os Mendes, os Gomes, os Costa, os Castro, os Cardoso, os Seixas, uma plêiade incontável de nomes de cristãos-novos que figuram no rol e se espalharam pelo mundo?”⁴ são reflexos de uma construção de referentes que fora apropriada pela narrativa historiográfica, sedimentando-se como noção de verdade na história do judaísmo no Brasil.

4 Prefácio escrito por Joseph Eskenazi Pernidji para a obra *Inquisição: rol dos culpados. Fontes para a história do Brasil (século XVIII)* em: Novinsky (1992, p. IX).

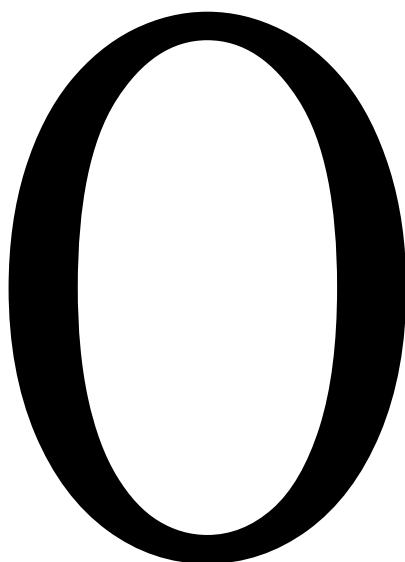
REFERÊNCIAS

- BEIDER, A. *A Dictionary of Jewish surnames from Italy, France and "Portuguese" communities: including surnames of Jews from Continental Italy, Non-Ashkenazic communities in France, and Sephardic communities in Western Europe (after the 1490s) and the Americas*. Avotaynu, 2020.
- EIGER, E.; VALENTE, L. *A estrela oculta do sertão*. São Paulo, Fototema, 2005 (DVD).
- GOIFMAN, F.; BLOCH, S. *Marranos do sertão*. Rio de Janeiro, Abbas, 2021.
- GOMES, S. A. *A comunidade judaica de Coimbra medieval*. Coimbra, Inatel, 2003.
- GOMES, S. A. "Os judeus de Leiria medieval como agentes dinamizadores da economia urbana". *Revista Portuguesa de História*, tomo XXVIII, Coimbra, 1993, pp. 1-32.
- GOMES, S. A. "A antroponímia judaica de Leiria medieval (subsídio para seu conhecimento)". *História & Crítica*, n. 13, Lisboa, 1986, pp. 53-8.
- KOCH, I. G. V. *Introdução à linguística textual*. São Paulo, Martins Fontes, 2009.
- NOVINSKY, A. "The myth of the marrano names". *Reveu des études juives*, 165 (3-4), juillet-décembre 2006, pp. 445-56.
- NOVINSKY, A. *Inquisição: rol dos culpados. Fontes para a história do Brasil (século XVIII)*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1992.

textos

Evolução humana: o que há de novo no *front*?

Gabriel Rocha
Walter Neves



estudo das origens humanas sempre encantou na mesma medida em que surpreendeu ao revelar um universo inteiro perdido no tempo. Como uma das áreas mais disputadas da ciência, novos trabalhos minam constantemente os conhecimentos estabelecidos, construindo um campo de trabalho extremamente dinâmico, às vezes demasiadamente dinâmico.

A comunidade acadêmica brasileira tem especial dificuldade para acompanhar o dinamismo do debate internacional na área

GABRIEL ROCHA é estagiário do Núcleo de Pesquisa e Divulgação em Evolução Humana do Instituto de Estudos Avançados da USP com bolsa Fapesp (processo n. 2022/13878-3)

WALTER NEVES é professor sênior do Núcleo de Pesquisa e Divulgação em Evolução Humana do Instituto de Estudos Avançados da USP.

da paleoantropologia. A última grande obra que compilou o melhor do conhecimento arqueológico, paleontológico e genético na intenção de sintetizar o conhecimento vigente sobre a evolução da nossa linhagem foi o livro *Assim caminhou a humanidade* (Neves et al., 2015). Desde então, novas descobertas sobre a nossa evolução continuaram a emergir e a modificar nossa compreensão desse processo.

Aqui apresentamos o estado da arte do debate paleoantropológico, sintetizando as grandes descobertas dos últimos anos e as principais mudanças na maneira como entendemos as nossas origens.

SAHELANTHROPUS: ANCESTRAL HUMANO?

Nos últimos 20 anos se consolidou a visão de que a tribo Hominini, o grupo taxonômico que inclui o *Homo sapiens* e as espécies evolutivamente mais próximas a ele, teria surgido entre 8 e 6 milhões de anos atrás. Um dos elementos mais importantes para a consolidação dessa estimativa foi a descoberta do *Sahelanthropus tchadensis*, o membro mais antigo conhecido dessa tribo, com cerca de 7 milhões de anos (Brunet et al., 2002).

Um crânio completo, mas altamente distorcido, fragmentos de mandíbula e dentes isolados foram publicados, sobre os quais diversas características derivadas e comuns a hominínios tardios foram assinaladas. As principais características morfológicas que sustentam a inclusão da espécie no clado são: (i) molares e pré-molares com esmalte espesso; (ii) caninos reduzidos; (iii) desgaste apical dos caninos; (iv) *foramen magnum*

anteriormente posicionado na base do crânio (Guy et al., 2005; Zollikofer et al., 2005).

De maneira geral, essas são algumas das sinapomorfias que definem a tribo Hominini. Portanto, a presença delas na espécie apoiava a inclusão do *S. tchadensis* no clado. No entanto, diferentes autores vêm questionando essa posição taxonômica, em especial apontando o papel prejudicial das homoplasias na construção de filogenias. Por definição, homoplasia é a situação em que *taxa* relacionados apresentam caracteres morfológicos semelhantes, mas que não estão presentes no ancestral comum, sugerindo uma falsa relação de parentesco.

Um caso emblemático dos problemas que as homoplasias podem produzir marcou a paleoantropologia do século XX. Até o início dos anos 1980, a espécie asiática *Ramapithecus punjabicus* (hoje classificada como *Sivapithecus*) era considerada um dos mais antigos ancestrais humanos. A hipótese de parentesco se baseava também na presença de sinapomorfias humanas, algumas aparentemente presentes no *S. tchadensis*, nomeadamente: (i) caninos reduzidos; (ii) molares com esmalte espesso; (iii) face baixa; (iv) mandíbula robusta (Wood & Harrison, 2011). Contudo, ainda que existissem paralelos entre os espécimes de *Ramapithecus* e hominínios tardios, novos fósseis escavados nos anos seguintes demonstraram que esses pertenciam a uma linhagem mais proximamente relacionada à dos orangotangos (Andrews & Cronin, 1982). Nesse aspecto, algumas características morfológicas dentárias que dão base para a inclusão do *S. tchadensis* em Hominini já se mostraram homoplásicas em outras ocasiões e devem ser analisadas com precaução.

Ainda que a morfologia dental da espécie possa ser lida por alguns autores como um evento homoplásico, não é a única linha de evidência que permite posicioná-la na linhagem humana. Outro caráter anatômico relevante é o *foramen magnum* anteriormente posicionado na base do crânio, frequentemente interpretado como um *proxy* para a postura ereta e conseqüentemente o caminhar bípede, a característica definidora mais importante da nossa linhagem. Por outro lado, alguns trabalhos vêm questionando essa relação e pontuando a dificuldade de inferir postura baseada apenas no crânio (Landi et al., 2020).

Imediatamente após a descrição da espécie, Wolpoff e colaboradores (2002) questionaram a taxonomia proposta, sugerindo que os caracteres destacados não seriam verdadeiramente diagnósticos ou estariam meramente refletindo adaptações biomecânicas, impedindo a inclusão do *Sahelanthropus* na nossa linhagem. Os autores salientaram o fato de os caninos possuírem a mesma largura observada em chimpanzés e gorilas fêmeas, contrapondo a ideia de que o espécime encontrado possuiria caninos reduzidos. Apontaram também problemas no método de inferência da postura a partir do *foramen magnum*, sugerindo que a abordagem utilizada não dá conta de explicar a variação morfológica presente em *Hominidae*¹, não funcionando como um indicador confiável. Algumas características como a espessura do esmalte dentário foram interpretadas como adaptações biomecânicas a uma dieta de mastigação intensa, o que

concorda com outros traços observados no crânio, como o tórus supraorbital espesso.

Mesmo com todas essas indagações, o principal trabalho questionando a posição filogenética do *Sahelanthropus* foi publicado muito recentemente. Macchiarelli e colaboradores (2020) descreveram um fêmur parcial esquerdo encontrado em 2001 na mesma formação onde o crânio da espécie foi descoberto. Segundo os autores, o fêmur seguramente pertence a um homínido e provavelmente está associado ao *Sahelanthropus*. Sendo esse osso um elemento altamente informativo sobre o modo de locomoção de um animal, a descoberta desse material associado à espécie poderia confirmar a locomoção bípede e argumentar em favor da sua inclusão na linhagem humana. Entretanto, os resultados da análise funcional do espécime indicam que esse indivíduo não seria um bípede habitual, como o *S. tchadensis* costuma ser descrito. Assim, se de fato o fêmur pertence à espécie, a inclusão do táxon em Hominini se torna absolutamente questionável.

Contrapondo os resultados da análise preliminar do fêmur (Macchiarelli et al., 2020), um segundo estudo resolveu se debater mais intensamente sobre a anatomia e a morfologia interna do espécime (Daver et al., 2022). O trabalho em questão encontrou maior afinidade do fêmur com homínios do que com os monos², em especial com relação à sua espessura cortical e seu contorno em corte transversal. Segundo os autores, a maior semelhança observada entre o indivíduo e os demais homínios é um indicativo da sua postura bípede.

1 Família taxonômica dos grandes primatas, isto é, o grupo formado por humanos, chimpanzés, bonobos, gorilas e orangotangos e seus ancestrais.

2 Chimpanzé, bonobo, gorila e orangotango.

A posição taxonômica do *Sahelanthropus tchadensis* e sua classificação como hominínio permanecem em disputa. No caso de novas evidências apontarem para a retirada do *Sahelanthropus* da nossa tribo, o *Orrorin tugenensis*, encontrado no Quênia em 2001 (Senut et al., 2001) e datado em 6 milhões de anos, passaria a ser o primeiro representante de nossa linhagem, a dos hominínios.

AS PRIMEIRAS FERRAMENTAS DE PEDRA

Desde os anos 1960 costumava ser consenso que as ferramentas de pedra mais antigas seriam aquelas pertencentes à indústria lítica olduvaiense, constituída de núcleos e lascas e com os registros mais antigos em torno de 2,6 milhões de anos (Semaw et al., 1997; Braun et al., 2019).

Usualmente, as ferramentas olduvaienses mais antigas são atribuídas às primeiras espécies do gênero *Homo*: *Homo habilis* e *Homo rudolfensis*. Não é nova a associação do surgimento da tecnologia lítica com a emergência do gênero. Ainda que os limites dos gêneros *Australopithecus* e *Homo* não estejam completamente delimitados (Wood & Collard, 1999; González-José et al., 2008), os primeiros registros desse grupo e dos artefatos de pedra pareciam se sobrepor no tempo. Há também grande número de fósseis *Homo sp.* diretamente associados a ferramentas olduvaienses, além de se observar um significativo aumento na capacidade craniana das primeiras espécies do clado em relação aos australopitecíneos, pontos que corroboram a hipótese de que o gênero *Homo* foi o inventor da tecnologia lítica.

A hipótese se mostrava bastante plausível perante diferentes linhas de evidência. No entanto, a situação mudou completamente quando, em 2015, foi publicado um novo conjunto de artefatos líticos encontrados no sítio de Lomekwi 3, no Quênia (Harmand et al., 2015). As ferramentas de Lomekwi 3 foram recuperadas em superfície e *in situ*. Segundo os autores, os artefatos diferem substancialmente dos padrões observados em rochas que se fraturam naturalmente, e apresentam características diferentes das ferramentas olduvaienses, em especial com relação ao modo de lascamento. Mas a grande relevância desse material vem da sua antiguidade de 3,3 milhões de anos. Com essa datação, as ferramentas de Lomekwi são mais de meio milhão de anos mais antigas que as primeiras ferramentas olduvaienses e os primeiros fósseis atribuídos ao gênero *Homo*.

Nesse sentido, as ferramentas lomekwienses questionam fortemente a hipótese de que a tecnologia lítica surgiu com nosso gênero, através da indústria olduvaiense. Se sólida, a evidência também poderia indicar que o surgimento do lascamento controlado não esteve inteiramente associado a uma maior encefalização dos hominínios, como se supunha.

Um segundo elemento, publicado cinco anos antes, parece alimentar a hipótese dos líticos de Lomekwi. Dois ossos encontrados em Dikika, na Etiópia, apresentam marcas semelhantes a marcas de corte produzidas por ferramentas de pedra. Os ossos estão datados em aproximadamente 3,4 milhões de anos e, segundo os autores, as marcas foram produzidas anteriormente à fossilização (McPherron et al., 2010). A interpretação não foi unanimemente aceita: Domínguez-

-Rodrigo e colaboradores (2010) apontam problemas com a associação estratigráfica e a possibilidade de as marcas indicarem apenas danos tafonômicos. Ainda assim, o registro é interpretado como uma evidência indireta do uso de líticos por hominínios durante o Plioceno e fortalece o caso dos artefatos de Lomekwi.

Nem todos estão convencidos da confiabilidade das ferramentas, em especial com relação à sua datação. O ponto fraco que alguns autores exploram é a falta de um contexto arqueológico seguro e a possibilidade de ter ocorrido movimentação vertical desses artefatos, produzindo falsas datações (Domínguez-Rodrigo & Alcalá, 2016). Mesmo assim, a maior parte dos autores se mostra simpática ao trabalho.

Por mais que Lomekwi quebre alguns dogmas antigos, ainda assim pode ser alojado nas teorias atuais. Harmand e colaboradores (2015) sugerem que os artefatos poderiam representar um estágio entre o uso de pedras naturais para triturar e moer e seu uso para lascas. Dessa forma, Lomekwi poderia registrar uma primeira experimentação tecnológica no âmbito do lascamento lítico, anterior à sua sistematização na forma das ferramentas olduvaienses. Sem dúvidas, novas evidências dessa forma de lascamento seriam essenciais para confirmar as datações, mas Lomekwi já indica uma importante mudança na nossa compreensão do desenvolvimento da tecnologia lítica.

ORIGEM DO GÊNERO *HOMO*

O clado *Homo* é um gênero taxonômico do qual nós, *Homo sapiens*, e um grande número de outras espécies filogeneti-

camente próximas a nós fazemos parte. O momento e os detalhes do surgimento desse grupo ainda se mantêm controversos. As espécies mais antigas assignadas ao grupo são o *Homo habilis* e o *Homo rudolfensis*, com os registros mais antigos datados por volta de 2,4 e 2,3 milhões de anos (Antón et al., 2014).

Cabe ressaltar que a solidez do grupo tem sido questionada por alguns autores nos últimos anos. No final dos anos 1990, Wood e Collard abriram a discussão, resumizando os principais problemas com a taxonomia vigente. Segundo os autores, os membros de um gênero deveriam ser filogeneticamente mais relacionados entre si do que com espécies de outros gêneros; somado a isso, deveriam apresentar estratégias adaptativas semelhantes. Assim, para eles, tanto o *Homo habilis* quanto o *Homo rudolfensis* não deveriam pertencer ao gênero *Homo* porque, nos limites do que se pode inferir a partir do registro fóssil, apresentam estratégias adaptativas mais próximas às dos australopitecíneos (i.e., bipedia facultativa, tamanho corporal reduzido, aparelho mastigatório robusto). Além disso, as análises cladísticas apresentadas não apoiam de maneira consistente a inclusão dessas espécies ao gênero *Homo* (Wood & Collard, 1999).

Novas perspectivas surgiram desde então. Em 2008 uma análise cladística considerando caracteres modularizados contínuos voltou a apoiar a inclusão das duas espécies no táxon (González-José et al., 2008). Apesar desse cenário complexo, por mais que as relações dentro do grupo ainda precisem ser mais bem desvendadas, a configuração atual mais aceita admite a inclusão das duas espécies em *Homo*,

de modo que, segundo o cenário vigente, o gênero *Homo* teve seu surgimento na África por volta de 2,4 milhões de anos, sendo o *Homo habilis* e o *Homo rudolfensis* seus primeiros representantes.

Em 2015 uma nova peça foi adicionada a esse quebra-cabeça: um fragmento de mandíbula recuperado em Ledi-Geraru, na Etiópia, datado de aproximadamente 2,8 milhões de anos. Segundo os descobridores, mesmo com a mandíbula apresentando clara mistura de características primitivas e derivadas, compartilhando inúmeros traços com os australopitecíneos, alguns pontos a aproximam mais da morfologia observada em *Homo*, o que os levou a classificá-la como tal. Dada a antiguidade do fragmento e a complexidade fenotípica envolvida, não é proposta uma classificação no nível de espécie para a mandíbula, sendo frequentemente referida como *Homo sp.* ou até mesmo “*early Homo*”. Ainda assim, segundo a pesquisa (Villmoare et al., 2015), a mandíbula é o registro mais antigo do gênero, antecedendo os demais em cerca de 400 mil anos.

Hawks e colaboradores (2015) contrapõem-se ao artigo original e questionam a classificação proposta para a mandíbula, apontando erros em algumas medidas utilizadas e uma interpretação inadequada da morfologia observada nos espécimes de *Australopithecus sediba*, o que estaria enfraquecendo as análises.

Atualmente o *status* da mandíbula de Ledi-Geraru permanece disputado e o debate sobre as relações filogenéticas entre os hominínios desse período está longe do fim. No entanto, se a publicação original estiver correta, a mandíbula estaria na base do gênero *Homo*. Assim, teria não

somente a capacidade de elucidar um pouco o cenário da origem do clado, bem como representaria seu registro mais antigo, mostrando que o grupo surgiu meio milhão de anos antes do que imaginávamos.

A PRIMEIRA SAÍDA DA ÁFRICA

Com a descoberta de espécies como *Orrorin tugenensis* e *Ardipithecus kadabba* cada vez mais antigas na África (6 e 5 milhões de anos, respectivamente), ficou claro que a linhagem hominínia se originou naquele continente. No entanto, sabemos que diversas espécies mais tardias habitaram e se desenvolveram em outras regiões do planeta. Conseqüentemente, uma das perguntas a serem respondidas é: quando e qual hominínio saiu da África pela primeira vez? Na virada do século XXI, um pequeno país na região do Cáucaso, a República da Geórgia, ganhou repercussão mundial quando diversos fósseis hominínios altamente preservados foram encontrados no sítio arqueológico de Dmanisi. Hoje, ao todo são conhecidos cinco crânios, quatro mandíbulas e alguns poucos materiais pós-cranianos (Lordkipanidze et al., 2013). Os fósseis são assignados ao *Homo erectus*, ainda que a alta variabilidade presente entre os indivíduos levante dúvidas sobre a classificação. O material encontrado em Dmanisi tem cerca de 1,8 milhão de anos e ganhou atenção mundial por representar até recentemente a evidência mais antiga da nossa linhagem fora da África.

As descobertas feitas em Dmanisi foram o alicerce da visão dos últimos 20 anos sobre a primeira saída da África. Na

medida em que nada mais antigo havia sido encontrado, os indivíduos ali escavados representariam o primeiro grupo hominínio a deixar a África. Assentada sobre esses dados, a hipótese vigente afirmava que o *Homo erectus* havia sido a primeira espécie a deixar o continente africano, e que o teria feito por volta de 1,8 milhão de anos.

Por duas décadas, Dmanisi se manteve como o registro hominínio mais antigo da Eurásia, até que, em 2018 e 2019, dois grupos independentes apresentaram evidências capazes de derrubar essa visão. Em 2018 foi publicada uma amostra de artefatos líticos encontrados na China e datados em 2,1 milhões de anos (Zhu et al., 2018). No ano seguinte, em 2019, um projeto ítalo-brasileiro coordenado por Walter Neves publicou outro conjunto de artefatos líticos, agora encontrados no Vale do Rio Zarqa, na Jordânia, datados em 2,5 milhões de anos (Scardia et al., 2019). Contrariando a visão prevalente das últimas décadas, os dois trabalhos apresentam evidências da presença hominínia fora da África ao menos 700 mil anos mais antigas do que os registros de Dmanisi. Os novos dados não somente mostram que nossa linhagem saiu do continente africano muito antes do que se pensava, como também derrubam a hipótese de que o *Homo erectus* foi a primeira espécie a fazê-lo.

Os registros mais antigos do *Homo erectus* têm em torno de 1,8-2 milhões de anos (Herries et al., 2020); consequentemente, os artefatos encontrados na China e na Jordânia são, respectivamente, 100 e 500 mil anos mais antigos que os primeiros fósseis classificados nessa espécie. Nenhum dos sítios com instrumentos

líticos anteriores ao material encontrado em Dmanisi preservam fósseis hominínios, impossibilitando a identificação de seus autores. No entanto, a ausência completa de fósseis de *Homo erectus*, anteriores a 2 milhões de anos indica que essa não foi a primeira espécie a deixar o continente.

Um dos fortes candidatos ao feito é o *Homo habilis*, uma espécie com registros de até 2,5 milhões de anos e que poderia explicar dois tópicos altamente debatidos na paleoantropologia: a variação morfológica em Dmanisi e a origem do *Homo floresiensis* (Scardia et al., 2020).

Desde sua descoberta, os espécimes encontrados na Geórgia se destacam pela alta variabilidade morfológica observada, com os cinco crânios sendo substancialmente diferentes entre si. Os fósseis ainda carecem de traços típicos do *Homo erectus*, apresentando um mosaico de características primitivas e derivadas, o que leva alguns autores a apontar o caráter transitório do paleodeme. Outra discussão importante se dá no âmbito da origem do *Homo floresiensis*, uma espécie intrigante do Sudeste Asiático caracterizada pela baixa estatura, provavelmente provocada pelo nanismo insular. Naturalmente, o primeiro candidato a ancestral direto da espécie foi o *Homo erectus*, por, até então, representar a primeira espécie a se espalhar pelo Velho Mundo. Contraditoriamente, algumas análises (Argue et al., 2009; 2017) apontam o *Homo habilis* como a espécie mais próxima filogeneticamente ao *Homo floresiensis*. De acordo com a discussão, o *Homo habilis*, tendo deixado a África para colonizar esses territórios 2,5 milhões de anos atrás, poderia tanto explicar a complexidade fenotípica observada em Dmanisi, quanto se

encaixar melhor nos modelos filogenéticos da origem do *Homo floresiensis*. A hipótese permanece ainda bastante especulativa em vista da absoluta ausência de fósseis de *Homo habilis* fora da África, mas encontra algum suporte nos achados recentes da China e da Jordânia. A descoberta de ferramentas de pedra com até 2,5 milhões de anos no continente asiático derrubou a visão vigente de que o *Homo erectus* foi a primeira espécie a deixar a África, 1,8 milhão de anos atrás. Essas ferramentas antecipam a primeira saída do continente africano em mais de meio milhão de anos e iniciam a busca por novos candidatos ao feito, impactando profundamente a nossa compreensão das dinâmicas populacionais no início do Pleistoceno.

HOMO ERECTUS E CAÇA

Por meio do registro fóssil, sabemos hoje que o *Homo erectus* foi a espécie responsável por inaugurar diversas características marcantes do gênero *Homo*. Tendo surgido na África por volta de 2 milhões de anos, foi a primeira espécie de hominídeo a apresentar uma expansão cerebral significativa, um comportamento de bípede estritamente terrestre (perdendo adaptações para a vida arborícola presente nos *Australopithecus* e nos primeiros *Homo*) e até inaugurar as grandes expansões pelo planeta, tendo sido a primeira espécie conhecida da nossa linhagem a se dispersar para fora da África³.

Segundo alguns autores, muitas dessas novidades só foram possíveis pela entrada de um novo elemento na história hominídea: o fogo. De acordo com Richard Wrangham e sua famosa hipótese do cozimento, o aumento no tamanho do cérebro só foi possível através do cozimento dos alimentos (Wrangham et al., 1999). Segundo o pesquisador, o ato de cozinhar o alimento, em especial a carne, torna mais simples sua digestão e aumenta a quantidade de energia que se pode retirar da comida. Se a hipótese estiver correta e o fogo foi o que possibilitou as adaptações vistas em *Homo erectus*, a dominação desse elemento deve ter ocorrido pelo menos um pouco antes do surgimento da espécie. No entanto, as evidências mais antigas de uso do fogo por hominídeos não ultrapassam 1 milhão de anos (Berna et al., 2012) e são absolutamente escassas até 400 mil anos (Shahack-Gross et al., 2014). Dessa forma, o registro arqueológico produz pouco ou nenhum suporte à hipótese do cozimento, que permanece puramente especulativa.

Outra grande inovação que é frequentemente atribuída à espécie é a caça ativa e sistemática de grandes animais. O consumo de carne de forma geral está presente na nossa linhagem há pelo menos 2,5 milhões de anos. Entretanto, nesse período a obtenção de proteína animal se resumia ao consumo de carniça, na medida em que a tecnologia disponível na época, a indústria olduvaiense, não permitia a caça ativa, mas sim apenas o reaproveitamento de carcaças.

Com relação ao hábito de caça ativa, a hipótese vigente sugere que o *Homo erectus* foi o responsável por começar a caçar de fato no início do Pleistoceno. Essa narra-

3 Ver Scardia et al. (2020) para uma discussão sobre evidências mais antigas.

tiva está ligada ao aparecimento de sítios arqueológicos com registros de grande consumo de carne e ao surgimento de uma nova indústria lítica, a indústria acheulense, intimamente relacionada ao *Homo erectus*. Com essa nova tecnologia, a linhagem hominínia teria acesso à proteína animal com maior frequência, o que, por sua vez, teria permitido o aumento no cérebro, mas não necessariamente o provocado. A narrativa faz ainda mais sentido se considerarmos que a espécie foi a primeira a colonizar outros continentes logo após seu surgimento, podendo tê-lo feito por perseguir rebanhos de grandes herbívoros. Alguns autores sugerem que esse novo comportamento de caça ativa tem relação direta com a extinção da megafauna observada durante o Pleistoceno, visto que a extinção de diversos taxa coincide com o surgimento do *Homo erectus* e da indústria acheulense. Dembitzer e colaboradores (2022) sugerem a existência de uma diminuição contínua no tamanho da fauna pleistocênica a partir de 1,5 milhão de anos. Segundo o trabalho, os *erectus* teriam como alvo animais de grande porte, que seriam caçados intensamente até sua extinção e então substituídos por espécies cada vez menores.

De fato, muitos autores apoiam essa interpretação do *Homo erectus* como um caçador ativo (Hora et al., 2020; Bramble & Lieberman, 2004; Roach et al., 2013), o que dá base para se inferir uma influência hominínia na extinção da megafauna, já nessa temporalidade de milhões de anos. Nesse sentido, o estudo de Dembitzer e colaboradores (2022) traz algum apoio a modelos que consideram o nosso papel nesses eventos de extinção desde muito cedo na história humana.

Contrariando esse cenário, Andrew Barr e colaboradores (2022) resolveram retomar a questão da caça pelo *Homo erectus* analisando os sítios arqueológicos com vestígios de fauna entre 2,6 e 1,2 milhões de anos. Com isso, os autores tentaram observar se houve de fato um aumento nas evidências de consumo de carne a partir do surgimento do *Homo erectus*. Segundo a análise focada no registro do leste africano, não ocorreu um aumento no consumo de carne a partir do surgimento da espécie. De acordo com esses autores, o baixo número de sítios com evidências de consumo de carne anteriores a 2 milhões de anos, isto é, anteriores ao *Homo erectus*, está mais relacionado aos métodos de amostragem do que a uma real mudança comportamental em relação a espécies anteriores.

Os novos dados, ainda que iniciais, sugerem uma possível mudança de paradigma nas interpretações mais tradicionais que encaram o consumo de carne como o ponto central das grandes mudanças ocorridas na linhagem hominínia a partir de 2 milhões de anos. Esse novo cenário impõe a necessidade de novas interpretações que considerem a possibilidade de o consumo de carne não ter tido um papel central nas mudanças anatômicas do gênero *Homo* e nos processos de extinção ocorridos durante o Pleistoceno inicial e médio. Os novos dados levantados por Andrew Barr e seus coautores minam a confiança nas ideias vigentes sobre o tema e nos forçam a pensar novas hipóteses para explicar as grandes modificações anatômicas e comportamentais inauguradas pelo *erectus*, sinalizando que a narrativa da caça pode vir a ter o mesmo fim que a hipótese do cozimento.

DIVERSIDADE MORFOLÓGICA EM DMANISI

Até o final dos anos 1990, a ideia da primeira saída da linhagem hominínia para fora da África, onde ela surgiu, pensava-se à época, por volta de 3,5 milhões de anos, assentava-se sobre duas bases: que essa saída teria ocorrido há não mais do que 1,5 milhão de anos e de que o primeiro hominínio a fazê-lo teria sido o *Homo erectus*. Além disso, assumia-se que essa saída não teria ocorrido antes do surgimento das ferramentas formais de pedra lascada acheulenses, surgimento esse que teria também ocorrido na África por volta de 1,4 milhão de anos (hoje, sabe-se que elas surgiram há 1,7 milhão de anos).

As descobertas ocorridas em Dmanisi, República da Geórgia, no Cáucaso, a partir de meados dos anos 1990 e mais intensa e qualificadamente a partir do início dos anos 2000, mudaram radicalmente esse cenário (Gabunia et al., 2000; Vekua et al., 2002; Lordkipanidze et al., 2006; 2013). Hoje sabemos, a partir do material ali exumado, sobretudo cinco crânios muito bem preservados (D2700, D2280, D2282, D3444 e D4500), que nossos ancestrais já estavam no Cáucaso por volta de 1,8 milhão de anos e que, portanto, a primeira saída da África teria ocorrido muito antes do que se imaginava e anteriormente ao desenvolvimento da indústria acheulense. Cabe assinalar que as milhares de ferramentas de pedra encontradas em Dmanisi e contemporâneas aos crânios são tipicamente olduvaienses, quando os hominínios ainda não tinham em seu cérebro arquétipos de ferramentas formais (Mgeladze et al.,

2011). Por isso, essa indústria é conhecida, também, como indústria de núcleos e lascas (*core and flake technology*). Na paleoantropologia, é muito raro que vários crânios sejam encontrados num mesmo sítio arqueológico de antiguidade Plio-pleistocênica e muito mais em estratigrafia e em deposição primária. Normalmente, um ou dois exemplares são encontrados em alguns sítios de uma mesma região, precariamente datados, porque no geral estão na superfície de formações geológicas e dificilmente podem ser considerados membros de uma mesma população, no sentido genético-evolutivo. Às vezes suas idades estão separadas por centenas de milhares de anos. Assim, na maioria das vezes, é muito difícil estimar o grau de variabilidade de uma população hominínia real. Dmanisi é, portanto, uma feliz exceção a essa regra. São cinco crânios, em bom estado de preservação (coisa também rara na paleontologia humana), firmemente datados entre 1,8 e 1,75 milhão de anos e que foram encontrados em distâncias não superiores a 30 metros um do outro. Ou seja, sabemos que esses crânios devem ter pertencido a uma população que viveu ali, em simpatria, durante um pequeno intervalo de tempo de 50 mil anos, quase nada em termos geológicos.

Tendo em vista todas essas condições favoráveis, duas questões vêm se impondo desde as primeiras descobertas dos cinco crânios em Dmanisi: primeira, a que espécie estariam relacionados esses fósseis; e, segunda, se pertencerem a uma mesma espécie, qual era o grau de variabilidade de nossas populações ancestrais? Desde o início, a designação taxonômica desses cinco crânios tem sido intensamente deba-

tida. Várias assignações já foram sugeridas ao longo das últimas duas décadas: *Homo ergaster*, *Homo georgicus*, *Homo erectus* e, mais recentemente, para a surpresa total da comunidade paleoantropológica, já que não há quadrinome em taxonomia animal, *Homo erectus ergaster georgicus* (Lordkipanidze et al., 2013).

Mas por que é tão difícil classificar o material de Dmanisi? Simplesmente porque esses crânios apresentam enorme diversidade e, segundo, porque algumas características os remetem ao *Homo habilis*, ao passo que outras já os remetem ao *Homo erectus*. Por exemplo, a capacidade craniana dos cinco indivíduos de Dmanisi é extremamente pequena e altamente variável (entre 540 e 730 cm³). Cabe lembrar que os *Homo erectus* apresentam uma capacidade craniana média de 850 cm³. Nesse sentido, a capacidade craniana média em Dmanisi está muito mais próxima à do *Homo habilis*, estritamente africano, de cerca de 650 cm³. A diminuta capacidade craniana do espécime D4500, de cerca de 540 cm³, é menor do que a maior capacidade craniana encontrada entre os *Au. afarensis*, datados entre quase 4 milhões e 2 milhões de anos atrás na África. Isso talvez possa explicar por que os fósseis georgianos estejam ainda associados a uma indústria muito primitiva, tipicamente olduvaiense.

Achados recentes efetuados na China e na Jordânia, já discutidos anteriormente, podem jogar luz expressiva sobre essa questão. Esses achados retroagem a saída da África para 2,5 milhões de anos, portanto, 700 mil anos antes que Dmanisi. Ora, há 2,5 milhões de anos ainda não existiam *Homo erectus* na África para que

pudessem migrar para outras regiões do planeta. Duas outras espécies do gênero humano estavam presentes na África mais ou menos nessa época, *Homo habilis* e *Homo rudolfensis*. Tendo em vista as características do próprio material georgiano, nossa proposta é que a primeira espécie de hominídeo a ter saído da África foi o *Homo habilis*. Essa espécie teria chegado à região do Cáucaso por volta de 2 milhões de anos, onde deu origem ao *Homo erectus*. Do Cáucaso o *erectus* teria se expandido para o resto do planeta, tendo voltado inclusive para a África. Nesse sentido, acreditamos que a melhor solução seria chamar os fósseis de Dmanisi de *Homo georgicus*, uma espécie transicional entre *habilis* e *erectus*.

Se a questão da assignação taxonômica dos fósseis de Dmanisi tem sido amplamente debatida, a discussão sobre sua variabilidade tem chegado às raias do paroxismo. Para o grupo liderado pelos georgianos, os cinco crânios ali encontrados podem ser perfeitamente acomodados sob uma mesma espécie, independentemente de qual seja a mais adequada (vide discussão acima). Para outros, no entanto, sobretudo Ian Tattersall e Walter Neves, o crânio 5 (D4500), com sua respectiva mandíbula, representa claramente uma segunda espécie, se não um segundo gênero, no registro fóssil de Dmanisi (Schwartz et al., 2014; Scardia et al., 2019). Um trabalho publicado pelo grupo georgiano sobre o assunto (Lordkipanidze et al., 2013) apresenta, no entanto, fortes evidências a favor da ideia de que ali está representada apenas uma e tão somente uma espécie. Através de estatísticas multivariadas de ponta aplicadas a um desenho quase perfeito de experimento, o

trabalho demonstra, pelo menos até que algo melhor seja produzido, que a variabilidade encontrada no registro fóssil de Dmanisi não é expressivamente maior do que aquela apresentada pelo *Homo sapiens* ou pelas duas espécies de chimpanzés, *Pan troglodytes* e *Pan paniscus*.

O sítio de Dmanisi continua sendo intensivamente escavado pelos georgianos e é possível que, nos próximos anos, novos fósseis da faixa temporal entre 1,8 e 1,75 milhão de anos venham a ser ali encontrados. Até que isso ocorra, dificilmente as duas discussões aqui apresentadas avançarão.

PARANTHROPUS

Desde a descoberta do gênero *Paranthropus* em 1938 (Broom, 1938), uma de suas várias características mais notáveis é o tamanho espantoso dos molares e pré-molares, duas vezes o tamanho daqueles de qualquer humano atual. Além dos grandes dentes posteriores, as três espécies que formam o gênero (*P. aethiopicus*, *P. boisei* e *P. robustus*) apresentam de uma forma ou de outra uma mandíbula robusta, crista sagital proeminente e arcos zigomáticos muito desenvolvidos e lateralizados. Não é muito difícil concluir que se trata de indivíduos com intenso poder de mastigação. Além do tamanho da mandíbula e dos dentes, as dimensões da crista sagital e dos arcos zigomáticos indicam que essas espécies apresentavam músculos relacionados à mastigação igualmente exagerados.

A partir de tais características, a próxima pergunta a se responder é sobre a alimentação desses indivíduos. Com uma estrutura mastigatória tão massiva, se con-

solidou a visão mais intuitiva de que essas espécies teriam uma alimentação baseada em itens muito duros, de difícil processamento, que só um triturador potente conseguiria quebrar, como nozes, sementes e raízes. Com base nessa visão, alguns indivíduos do grupo chegaram a receber a alcunha de “quebra-nozes”.

Somente em 2021 essa hipótese, que perdurou pelos últimos 60 anos, foi questionada de forma mais incisiva. Investigando a frequência de pequenas quebras nos dentes (*dental chipping*), Paul Constantino e Kathryn Konow (2021) contraintuitivamente contestaram a visão vigente. Segundo esses autores, essa técnica permite inferir o consumo de alimentos rígidos, na medida em que esses alimentos seriam os causadores das quebras encontradas nos dentes. Assim, quanto maior o número de quebras, mais frequente o consumo de alimentos duros. Com base na visão dos *Paranthropus* como potentes trituradores de alimentos duros, o esperado seria encontrar mais marcas de quebras nos seus dentes do que naqueles de outros grupos com um aparato mastigatório mais humilde, como os *Australopithecus*. Constantino e Konow (2021), no entanto, demonstraram não haver uma maior frequência dessas pequenas quebras dentais entre os *P. aethiopicus* e *P. boisei* (0% e 1,5% dos dentes apresentavam quebras, respectivamente). Na verdade, a frequência observada nessas espécies foi inclusive menor do que aquela observada nos *Australopithecus afarensis* (4,7%). Valores ligeiramente mais altos foram obtidos para o *P. robustus* (6,1%), entretanto uma porcentagem parecida foi encontrada entre os *Australopithecus africanus* (5,6%), indicando que os valores podem estar mais

relacionados com o ambiente sul-africano que as duas espécies compartilharam do que propriamente com diferenças nos hábitos alimentares.

Poucos meses depois, um segundo grupo de pesquisadores alimentou a discussão com seus resultados, utilizando a mesma técnica. Com foco na situação do *P. robustus*, que costuma apresentar uma frequência de dentes fraturados mais alta, os autores compilaram a mesma categoria de dados para outras espécies hominínicas e para primatas atuais, incluindo espécies que consomem frequentemente alimentos duros (Towle et al., 2021). Nessa análise, foram descartados dentes com pouco desgaste ou aqueles provenientes de juvenis, resultando em um aumento significativo das porcentagens quando comparado com o trabalho antecedente. No entanto, os resultados obtidos concordam com a análise anterior. Primatas atuais especializados em alimentos duros, como aqueles dos gêneros *Pithecia* e *Mandrillus*, apresentam valores altos, como esperado a partir de seus hábitos alimentares (28% e 37%, respectivamente). Por outro lado, a frequência observada para o *P. robustus* foi expressivamente menor (11%), em uma configuração similar àquela encontrada em gorilas (9%).

Evidentemente, esses não foram os únicos trabalhos a abordarem a questão da alimentação nesse gênero. Pelo contrário, eles se somam a um conjunto maior de diferentes abordagens que já vinha apontando na direção da desconstrução dos *Paranthropus* como especialistas em alimentos duros. Análises de isótopos estáveis e de microdesgaste dentário retratam um padrão semelhante àquele discutido aci-

ma (Constantino & Konow, 2021; Towle, 2021), especialmente com relação aos *P. boisei* e *P. aethiopicus* (Cerling et al., 2011; Ungar et al., 2008). Já o cenário para o *P. robustus* é um pouco mais complexo e permanece bastante debatido, podendo envolver o consumo sazonal de alimentos duros (Sponheimer et al., 2006; Scott et al., 2005).

Independente dos pormenores, a substituição de sementes e castanhas por folhagens e gramíneas impacta integralmente nossa percepção do gênero *Paranthropus*. Ao que tudo indica, esses membros robustos da linhagem hominínia usavam sua poderosa mordida para passar o dia macerando vegetação macia e não para quebrar alimentos super-resistentes como costumávamos imaginar. Agora é mais seguro dizer que chega de nozes para o quebra-nozes.

ORIGEM DOS SAPIENS

Na medida em que o cenário do surgimento da nossa espécie se consolidava como a África do final do Pleistoceno, a maneira como se deu esse processo ganhava complexidade. Os fósseis mais antigos classificados como *Homo sapiens* vêm do leste africano, e os candidatos mais confiáveis são Herto e Omo Kibish 1, ambos encontrados na Etiópia. Herto está datado em 160 mil anos (White et al., 2003), enquanto Omo Kibish 1 é ainda mais antigo. Originalmente datado em 197 mil anos, foi recentemente redatado para 233 mil anos (Vidal et al., 2022).

Há materiais em outras regiões do continente possivelmente com idades seme-

lhantes – como é o caso do crânio de Florisbad, encontrado na África do Sul –, mas que contam com problemas sérios de datação e permanecem incertos (Berger & Hawks, 2020). Assim, os registros seguros mais antigos do *Homo sapiens* permanecem no leste africano.

Em 2017 foram publicados os resultados de uma nova escavação no sítio de Jebel Irhoud, no Marrocos, produzindo uma cronologia confiável que data os remanescentes ósseos humanos ali recuperados nos anos 1960 em 315 mil anos (Hublin et al., 2017). O trabalho ainda descreve novos fósseis encontrados recentemente no mesmo sítio. A análise revelou a alta afinidade dos fósseis de Jebel Irhoud com o *Homo sapiens*, principalmente com relação à morfologia da face e dos dentes, levando os autores a posicioná-los na base da linhagem evolutiva da nossa espécie. É questionável a classificação desses fósseis como *Homo sapiens stricto sensu*, isso porque outras características diferem significativamente de humanos anatomicamente modernos. É o caso do neurocrânio baixo e alongado, diferente do típico neurocrânio alto e globular dos humanos modernos. Mesmo com as incertezas quanto à classificação, seguramente os fósseis de Jebel Irhoud representam uma população proximamente relacionada à origem do *Homo sapiens*. A inclusão desses materiais na linhagem do sapiens coloca um novo problema nesse cenário: o local de surgimento da nossa espécie.

Na medida em que todos os fósseis seguramente datados dos primeiros humanos modernos foram encontrados no leste africano, se consolidou a visão de que nossa espécie teria se desenvolvido naquela região. Contudo, os fósseis de Jebel

Irhoud, representantes dos estágios iniciais do clado, foram encontrados no extremo oposto do continente. Com base nisso, os autores questionam a ideia de um único ponto de origem para nossa espécie e relacionam os espécimes do Marrocos com o modelo pan-africano para a origem do sapiens. O cenário proposto inicialmente nos moldes da hipótese multirregional desafia a ideia de que o *Homo sapiens* se desenvolveu em uma região específica do continente e propõe que a origem da espécie envolveu o continente inteiro. O “multirregionalismo africano” sugere a existência de subpopulações espalhadas pelo continente que, conectadas por fluxo gênico, teriam dado origem à nossa espécie (Stringer, 2016). O modelo ganhou apoio com trabalhos de outras disciplinas e tem conquistado espaço no debate atual (Scerri et al., 2018). No entanto, é reconhecível que a evidência fóssil ainda é muito precária e não necessariamente corrobora o modelo proposto. Novos fósseis ou novas análises de espécimes como Florisbad são absolutamente necessários para que o modelo pan-africano para a origem do *Homo sapiens* possa ser devidamente testado. Na falta de novos dados, o leste africano continua sendo um local-chave na nossa história evolutiva.

DIVERSIDADE EM HOMO

Desde 2010 a diversidade de espécies hominínias, com destaque para o gênero *Homo*, vem crescendo aceleradamente, principalmente com o aumento dos grupos de pesquisa atuando no continente asiático. Em 2010, o DNA extraído de uma falange

encontrada na caverna de Denisova, no sul da Sibéria, se mostrou diferente do material genético das outras populações conhecidas por habitarem a região durante o Pleistoceno médio e tardio, os neandertais e os sapiens. Foi por causa desse único osso da mão que descobrimos que uma terceira espécie estaria habitando a Sibéria nesse período, os denisovanos (Reich et al., 2010). Ainda sabemos pouquíssimo sobre sua morfologia, visto que somente dentes e pequenos ossos isolados foram encontrados, motivo pelo qual até hoje a espécie carece de um nome oficial. Mesmo tão misteriosa, essa espécie foi sem dúvida uma das grandes descobertas das últimas décadas, em especial quando se detectou sinais de intercruzamento tanto com os neandertais quanto com os sapiens, com populações atuais portanto até 6% de ancestralidade denisovana (Prufer et al., 2014; Slon et al., 2018; Larena et al., 2021).

Cinco anos depois, em 2015, outra grande descoberta foi anunciada, o *Homo naledi* (Berger et al., 2015). Mais de 1.500 ossos foram recuperados no sistema de cavernas Rising Star, na África do Sul, representando pelo menos 15 indivíduos, o maior conjunto de fósseis de uma mesma espécie em todo o continente africano. O grande mistério desses fósseis se dá com a incompatibilidade entre as datações obtidas e a morfologia observada (Dirks et al., 2017). De forma geral, o *Homo naledi* apresenta uma morfologia em mosaico, chamando atenção para semelhanças com o que é encontrado em australopitecíneos e em espécies basais do gênero *Homo*. Destacam-se as características primitivas presentes na população, em que os indivíduos apresentam tamanho corporal reduzi-

do, cérebro em torno de 500 centímetros cúbicos, pélvis e caixa torácica amplas e falanges curvas. Tal composição fenotípica indicava que a espécie deveria ter vivido em torno de 2 e 1 milhão de anos atrás, até mesmo podendo estar relacionada às origens do gênero *Homo*. A surpresa foi grande quando as datações mostraram que, a despeito da sua morfologia, os fósseis eram muito mais recentes do que se poderia imaginar, variando entre 335 e 236 mil anos. Com datas tão recentes para uma morfologia tão primitiva, nossa compreensão das tendências evolutivas durante o Pleistoceno foi bastante modificada. Ficou claro que a variabilidade morfológica dentro do gênero *Homo* é muito maior do que previamente se supunha, além de descobrirmos a existência desse fenótipo primitivo durante essa fase tardia da evolução humana.

Outra descoberta importante veio à tona mais recentemente quando, em 2019, um grupo de pesquisadores reportou a presença de uma nova espécie hominínia na Ilha de Luzon, nas Filipinas (Détroit et al., 2019). Ao todo 13 fósseis foram recuperados da caverna de Callao, com idades mínimas entre 67 e 50 mil anos. A combinação única de caracteres derivados e primitivos levou os autores a proporem uma nova espécie para os fósseis, *Homo luzonensis*. Segundo o trabalho, foram encontrados ossos das mãos, pés, dentes e um fragmento femoral. Em especial chamam a atenção as falanges altamente curvas, condição muito próxima à morfologia vista em algumas espécies do gênero *Australopithecus* e que levanta a possibilidade de que a espécie tivesse capacidade significativa de escalar árvores. As análises

morfológicas apontam para semelhanças com australopitecíneos e outras espécies do gênero *Homo*, inclusive com o *Homo floresiensis*, com quem teria compartilhado o Sudeste Asiático. Paralelamente ao *Homo floresiensis*, a retenção de traços primitivos nos fósseis de Luzon pode ser um subproduto de evolução insular, bem como pode indicar relações filogenéticas do grupo (Zanolli et al., 2022). Essa ainda é uma espécie pouquíssimo conhecida dada a escassez de materiais recuperados, mas o mosaico fenotípico que apresenta adiciona mais um personagem intrigante à história do Pleistoceno tardio asiático. Já a espécie descrita mais recentemente foi apresentada somente em 2021, o *Homo longi*. Uma nova análise do crânio de Harbin, encontrado na China nos anos 1930, concluiu que o espécime apresentaria diferenças anatômicas suficientes para se propor um novo táxon (Ji et al., 2021). Datado em 148 mil anos, o crânio é marcadamente robusto, com um neurocrânio alongado, arcada supraciliar massiva e face larga, bem acoplada sob a caixa craniana. A análise filogenética apresentada indica que o *Homo longi* seria mais próximo filogeneticamente ao *Homo sapiens* do que o *Homo neanderthalensis*, substituindo este último como nossa linhagem irmã (Ni et al., 2021). O mais controverso da espécie é a grande possibilidade de que o material seja na verdade o primeiro crânio já encontrado de um denisovano. O único molar presente no espécime se encaixa no perfil observado nos denisovanos. Além disso, segundo a análise filogenética do crânio de Harbin, outros espécimes chineses se somariam a esse na formação de um clado monofilético. É o caso da mandíbula

de Xiahe. Curiosamente, a mandíbula de Xiahe tem sido classificada como a de um denisovano, já que, além da identificação de uma proteína denisovana na mandíbula (Chen et al., 2019), a análise de material genético do solo da caverna onde foi encontrada foi também capaz de identificar DNA mitocondrial denisovano (Zhang et al., 2020). Se a ligação entre a mandíbula de Xiahe e o crânio de Harbin estiver correta, é muito provável que agora estejamos, finalmente, cara a cara com um denisovano.

O SURGIMENTO DO COMPORTAMENTO SIMBÓLICO

Durante todo o século passado, as escavações arqueológicas na Europa foram responsáveis por desvendar o mundo abstrato no qual os humanos do Paleolítico Superior habitaram. Os painéis monumentais de pinturas rupestres, as inúmeras figuras femininas apelidadas de Vênus e uma gama de ornamentos corporais foram alguns dos elementos recuperados dessa cultura material, artística e abstrata que nos ajudaram a entender mais dessa parte da vida das populações daquele período no continente.

Durante a década de 1980, a comparação entre o registro arqueológico desses elementos simbólicos na Europa e em outros continentes como a África e a Ásia era óbvia: o registro simbólico do continente europeu pulsava, ao passo que muito pouco se podia falar sobre os outros dois territórios do Velho Mundo. Não demorou a surgirem modelos para explicar essa marcada diferença, com o principal deles

conhecido como a Revolução Criativa do Paleolítico Superior.

O modelo da Revolução Criativa, proposto inicialmente por Richard Klein, da Universidade de Stanford (Klein, 1989), tentava explicar a exuberância do que era encontrado na Europa. Segundo o modelo, o *Homo sapiens* deixou a África e chegou à Europa por volta de 45 mil anos. Enquanto habitava o território africano, a espécie carecia da capacidade de operar com pensamentos e comportamentos simbólicos, e por isso não foram encontrados registros como pinturas e esculturas na África antes dos 45 mil anos. Somente após este limiar, quando a espécie chegou à Europa, o sapiens teria desenvolvido um “módulo mental” capaz de criar e manipular símbolos, colonizando todo o território europeu com as mais diversas formas de simbolismo. Essa mudança cognitiva há 45 mil anos passou então a ser chamada de Revolução Criativa do Paleolítico Superior.

Esse cenário só começou a mudar no início dos anos 2000, com o trabalho imponente de Sally McBrearty e Alison Brooks (2000), no qual as autoras foram capazes de revisar os sítios arqueológicos do final do Pleistoceno explorados na época em todo o Velho Mundo. O resultado não poderia ser mais claro: o cenário falava muito mais sobre o eurocentrismo que pautava o debate arqueológico do que de fato sobre qualquer mudança comportamental humana durante o período. Ao compilar os dados disponíveis sobre esses sítios, o trabalho mostrou o número gigantesco de sítios arqueológicos explorados no continente europeu em detrimento do profundo desconhecimento do passado humano na África, aliado a um menosprezo das evi-

dências que já vinham indicando a existência de um passado simbólico africano.

É evidente que observaríamos uma explosão de registros na Europa com relação à África e à Ásia quando se conhecia tão pouco do Paleolítico Superior dessas regiões. McBrearty e Brooks (2000) mostraram, ainda que, mesmo que escasso, o que se conhecia para esse período na África já indicava a existência de um passado igualmente simbólico. A partir disso, nas duas últimas décadas passamos a observar um aumento no interesse pela busca desse passado, resultando em um aumento no número de sítios africanos explorados, possibilitando a verificação do que McBrearty e Brooks propuseram.

Inicialmente, diversos trabalhos relatando a presença de indústrias de processamento de ocre em sítios arqueológicos na África já sugeriam a presença do hábito de pintar o corpo bem antes de 45 mil anos (Knight et al., 1995). No entanto, a dificuldade de refutar uma interpretação puramente funcional para esses registros minou sua importância. A mudança de perspectiva começou a ganhar forma de maneira mais incisiva com algumas descobertas na África do Sul.

Ainda no nascer do século XXI, a caverna de Blombos começou a produzir registros espetaculares de comportamento simbólico. Em 2001 foi reportado um fragmento de osso com gravuras datado em 70 mil anos (D’Errico et al., 2001). Em 2002, mais padrões geométricos gravados foram reportados, agora em placas de ocre datadas em 77 mil anos (Henshilwood et al., 2002). Em 2005, 41 conchas perfuradas encontradas no sítio, também na faixa temporal de 75 mil anos, foram interpre-

tadas como contas de colar e indicavam a presença de ornamentações corporais já nesse período (D’Errico et al., 2005). A caverna de Blombos, com isso, se tornou uma referência no desmonte das ideias de que o simbolismo só teria surgido na Europa há 45 mil anos, na medida em que mostrava que esses comportamentos apareceram muito antes no continente africano.

O registro sul-africano continuou mostrando toda sua exuberância em outras localidades. Em 2010 e 2013, a caverna de Diepkloof ganhou destaque ao produzir mais de 400 fragmentos de ovos de avestruz com claras gravuras geométricas altamente padronizadas com mais de 100 mil anos (Texier et al., 2010; 2013). As cavernas sul-africanas foram os dois pilares na reformulação das teorias sobre o desenvolvimento da capacidade simbólica, mas obviamente não foram os únicos trabalhos. Não cessam os estudos que vêm relatando novos registros simbólicos, consolidando a visão atual sobre o desenvolvimento dessa capacidade cognitiva exclusivamente humana (Vanhaeren et al., 2019; Miller & Wang, 2021; Sehasseh, 2021; Prévost et al., 2022). Em 2021 a figura de um porco encontrada em Sulawesi foi datada em 45 mil anos, tornando-se a pintura rupestre figurativa mais antiga já encontrada (Brumm et al., 2021). O registro é importante pois desconstrói a visão anterior de que as pinturas rupestres começaram com desenhos abstratos enquanto as figuras representativas de seres e objetos do mundo real só iriam aparecer milênios depois no registro arqueológico. O caso de Sulawesi contraria essa ideia, mostrando que a pintura mais antiga conhecida feita pela nossa espécie já era figurativa. Surpreendentemente, nos

últimos anos, o registro de itens simbólicos passou a ser estendido também ao *Homo neanderthalensis*. Diversos trabalhos vêm relatando o crescente aumento de evidências de simbolismo em sítios arqueológicos associados a essa espécie, ou em períodos em que somente os neandertais habitavam a Europa. Estruturas circulares feitas com estalagmites e datadas em 176 mil anos foram encontradas a 336 metros da entrada da caverna de Bruniquel, na França, região privada de qualquer fonte de luz. Seu propósito é desconhecido, mas os pesquisadores argumentam sobre a possibilidade de se tratar de um comportamento ritualístico (Jaubert et al., 2016). Em 2018, um novo estudo datou, com urânio-tório, pinturas rupestres de três cavernas na Espanha em cerca de 65 mil anos (Hoffmann et al., 2018a). A datação dessas pinturas é crucial, pois representaria os exemplos mais antigos de pinturas rupestres no mundo e, principalmente, por se tratar de um período em que o *Homo sapiens* ainda não havia chegado à Europa. Não tardou para surgirem as primeiras críticas ao trabalho, em especial com relação aos métodos de datação das pinturas. Slimak e colaboradores (2018) criticam as datações, levantando problemas como a contaminação detritica, a fonte do tório utilizado na datação e outros fatores. Em 2020, outro artigo pontuou novas críticas às datações (White et al., 2020). Os autores argumentam que a técnica pode apresentar problemas pois o urânio é sensível a processos de lixiviação, o que levaria a uma superestimação das datas obtidas. Os mesmos autores ainda questionam o espaço de 20 mil anos entre essas possíveis pinturas datadas em 65 mil anos e as demais pinturas conhecidas, que

não ultrapassam os 45 mil anos. Segundo o grupo, esse vazio no registro arqueológico deveria ser encarado com cautela por contrariar as evidências disponíveis.

Hoffmann e colaboradores (2018b; 2020) responderam às críticas argumentando em favor da metodologia utilizada para essa datação e questionando a fundamentação teórica dos pontos levantados.

A situação das possíveis pinturas neandertais ainda não está consolidada e novos trabalhos são esperados para o esclarecimento desse debate. Nesse sentido, se as datações estiverem corretas, o trabalho indicaria que os neandertais não só produziram arte parietal, como também foram eles que inventaram essa prática.

A admissão de que os neandertais também criaram e manipularam símbolos não é trivial. Atualmente o simbolismo é a característica que define humanidade e é o que separa o *Homo sapiens* dos demais animais. Se, de fato, o *Homo neanderthalensis* foi uma espécie simbólica, teremos que incluí-lo naquilo que conhecemos hoje como humanidade, ou reconstruir nosso conceito de ser humano.

Se os neandertais realmente apresentavam comportamento simbólico ainda é um debate em aberto, fato é que o avanço de pesquisas focadas no Paleolítico africano nos ajudou a reformular os modelos para o surgimento desses comportamentos. O crescente corpo de trabalhos relatando a presença de ornamentos corporais, gravuras rupestres e outras formas de simbolismo durante os últimos 150 mil anos na África ajudou na confirmação desse passado simbólico africano. Assim, a explosão criativa presente na Europa representa apenas uma parte de um gigantesco universo simbóli-

co humano, que teve seu *big bang* muito antes, no continente africano.

SAPIENS, NEANDERTAIS E DENISOVANOS

Desde o final dos anos 1990, quando as primeiras sequências de DNA mitocondrial neandertal foram recuperadas, a paleoantropologia definitivamente entrou em uma nova era. A adição da informação genética ao estudo do passado humano tem remodelado a maneira como entendemos nossa história.

Em 1997, quando o primeiro mtDNA de um *Homo neanderthalensis* foi recuperado (Krings et al., 1997), as evidências indicavam não ter havido cruzamento entre ele e o *Homo sapiens*; afinal, tratando-se de espécies distintas, essa conclusão já era esperada. Nos anos seguintes, no entanto, a ideia de que as duas espécies não trocaram genes no passado foi fortemente refutada com uma onda crescente de trabalhos identificando DNA neandertal no nosso próprio genoma (Green et al., 2010; Sankararaman et al., 2014; Villanea et al., 2018). Essa mudança de paradigma teve repercussões importantes na maneira como entendemos as espécies hominínicas extintas. Ficou demonstrada a possibilidade de duas espécies diferentes se relacionarem sexualmente e produzirem descendentes plenamente viáveis.

Os impactos da pesquisa com DNA antigo continuaram a moldar a forma como enxergamos nossa história evolutiva na medida em que essa massa crescente de trabalhos começou a ilustrar a importância desses eventos de introgressão na construção da nossa identidade genética. Atualmente sabemos que todas as populações humanas vivas

fora da África contam com 2-4% de DNA neandertal constituindo seu código genético (Green et al., 2010). A manutenção dessas porcentagens 40 mil anos após a extinção do *Homo neanderthalensis*, aliada às evidências do registro arqueológico, retratam um pouco desse período de integração e miscigenação entre as duas espécies na Eurásia.

Tendo em vista que o contato entre as duas espécies ocorreu após a saída do *Homo sapiens* da África e que não há nenhuma evidência de que o *Homo neanderthalensis* tenha entrado no continente africano, solidificou-se a ideia de que as populações atuais africanas estariam isentas dessa contribuição gênica neandertal. Contraintuitivamente, entretanto, trabalhos atuais encontraram quantidades inesperadas dessa ancestralidade em território africano (Chen et al., 2020).

Nos últimos anos, a paleogenética continuou a revelar alguns segredos sobre nossa linhagem. Em 2010, o sequenciamento do genoma de uma falange encontrada na Sibéria foi responsável por identificar uma nova espécie hominínia, os denisovanos, já apresentados anteriormente. Não conhecidos de uma perspectiva morfológica, visto que há pouquíssimos fósseis da espécie, os denisovanos foram descobertos ao se comparar o DNA extraído da falange com o DNA de *sapiens* e neandertais. Para a surpresa dos autores, o novo genoma não pertencia a nenhuma das duas espécies, indicando se tratar de algo ainda desconhecido pela ciência. Após a consolidação desse genoma como uma nova espécie hominínia, os denisovanos mostraram um trajeto muito semelhante ao do *Homo neanderthalensis*. Isso se deu pois, na medida em que avançavam os trabalhos envolvendo o seu código genético, processos de miscigenação tanto com o *Homo sapiens*

quanto com o *Homo neanderthalensis* foram detectados (Reich et al., 2011; Jacobs et al., 2019; Slon et al., 2018). As propostas atuais sugerem que, assim como ocorreu com o genoma neandertal, diversas populações humanas atuais carregam sinais consideravelmente altos de ancestralidade denisovana. Mais significativa em populações do Sudeste Asiático, a porcentagem de DNA denisovano em grupos atuais chega aos 6% (Larena et al., 2021). Outra contribuição inesperada da obtenção do genoma desse grupo foi a identificação de fluxo gênico entre denisovanos e neandertais. Além desses eventos de miscigenação, foram encontrados também traços de uma possível quarta população, até então desconhecida, que teria contribuído com o material genético dos denisovanos (Prufer et al., 2014).

Além da descoberta e da caracterização desses momentos de intercâmbio gênico, a próxima fronteira nesse conhecimento tem sido mapear as dinâmicas do encontro entre as diferentes populações.

Com a ampliação da biblioteca genética desses hominínios, a partir do sequenciamento de genomas de novos fósseis e da sua posterior investigação detalhada, fica claro que essa troca genética interespecífica não foi um evento raro. Pelo contrário, cada vez mais eventos de miscigenação estão sendo identificados no registro arqueológico. Eventos de introgressão genética parecem ter ocorrido em diferentes períodos e em diferentes regiões geográficas (Villanea et al., 2019; Jacobs et al., 2019; Taskent et al., 2020). Nesse sentido, a intensa hibridização ocorrida no final do Pleistoceno não foi um processo homogêneo.

De forma geral, nos últimos anos, os neandertais e os denisovanos ganharam

maior notoriedade, uma vez que sua identidade genética passou a ser cada vez mais bem conhecida. Nesse cenário, as duas espécies se aproximam progressivamente da história evolutiva do *Homo sapiens*, tendo contribuído ativamente para a constituição do nosso próprio genoma. Em vista da sua contribuição ao nosso material genético, e da nossa contribuição ao material genético dessas populações, as relações entre essas três espécies se mostram cada vez mais complexas e intimamente ligadas. Nunca fez tanto sentido quanto agora falar em uma família evolutiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão apresentou de forma sintética as grandes novidades da paleoan-

tropologia, da arqueologia e da genética no âmbito da evolução humana durante a última década. Nos concentramos nas grandes mudanças de paradigma, que implicaram a destruição de teorias soberanas e forçaram a construção de novos olhares.

Nosso objetivo aqui foi diminuir a distância entre o debate que ocorre no Brasil e o que ocorre na cena internacional sobre a descoberta do passado humano. Nesse sentido, buscamos apresentar o debate atual, com todas as suas incertezas e questionamentos, visto que a maioria dos tópicos discutidos ainda está longe de ser completamente compreendida.

Ainda que estejamos distantes das respostas para todas essas perguntas, o debate científico tem avançado rápido e iluminado cada vez mais o caminho para descobrirmos de onde viemos.

REFERÊNCIAS

- ANDREW BARR, W. et al. "No sustained increase in zooarchaeological evidence for carnivory after the appearance of *Homo erectus*". *PNAS*, vol. 119, 2022.
- ANDREWS, P.; CRONIN, J. E. "The relationships of *Sivapithecus* and *Ramapithecus* and the evolution of the orang-utan". *Nature*, vol. 297, 1982.
- ANTÓN, S. C.; POTTS, R.; AIELLO, L. C. "Human evolution. Evolution of early *Homo*: an integrated biological perspective". *Science*, vol. 345, 2014.
- ARGUE, D. et al. "*Homo floresiensis*: a cladistic analysis". *Journal of Human Evolution*, vol. 57, 2009.
- ARGUE, D. et al. "The affinities of *Homo floresiensis* based on phylogenetic analyses of cranial, dental, and postcranial characters". *Journal of Human Evolution*, vol. 107, 2017.
- BERGER, L. R. et al. "*Homo naledi*, a new species of the genus *Homo* from the Dinaledi Chamber, South Africa". *eLife*, vol. 4 (e09560), 2015.
- BERGER, L. R.; HAWKS, J. "Revisiting the age of the Florisbad hominin material". *AfricArXiv Preprints*, 2020.
- BERNA, F. et al. "Microstratigraphic evidence of in situ fire in the Acheulean strata of Wonderwerk Cave, Northern Cape province, South Africa". *PNAS*, vol. 109, 2012.
- BRAMBLE, D. M.; LIEBERMAN, D. E. "Endurance running and the evolution of *Homo*". *Nature*, vol. 432, 2004.
- BRAUN, D. R. et al. "Earliest known Oldowan artifacts at >2.58 Ma from Ledi-Geraru, Ethiopia, highlight early technological diversity". *PNAS*, vol. 116, 2019.
- BROOM, R. "The Pleistocene anthropoid apes of South Africa". *Nature*, vol. 142, 1938.
- BRUMM, A. et al. "Oldest cave art found in Sulawesi". *Science Advances*, vol. 7, 2021.
- BRUNET, M. et al. "A new hominid from the Upper Miocene of Chad, Central Africa". *Nature*, vol. 418, 2002.
- CERLING, T. E. et al. "Diet of *Paranthropus boisei* in the early Pleistocene of East Africa". *PNAS*, vol. 108, 2011.
- CHEN, F. et al. "A late Middle Pleistocene Denisovan mandible from the Tibetan Plateau". *Nature*, vol. 569, 2019.
- CHEN, L. et al. "Identifying and interpreting apparent neanderthal ancestry in african individuals". *Cell*, vol. 180, 2020.
- CONSTANTINO, P. J.; KONOW, K. A. "Dental chipping supports lack of hard-object feeding in *Paranthropus boisei*". *Journal of Human Evolution*, vol. 156, 2021.
- D'ERRICO, F.; HENSILWOOD, C.; NILSSEN, P. "An engraved bone fragment from c. 70,000-year-old Middle Stone Age levels at Blombos Cave, South Africa: implications for the origin of symbolism and language". *Antiquity*, vol. 75, 2001.
- D'ERRICO, F. et al. "*Nassarius kraussianus* shell beads from Blombos Cave: evidence for symbolic behaviour in the Middle Stone Age". *Journal of Human Evolution*, vol. 48, 2005.
- DAVER, G. et al. "Postcranial evidence of late Miocene hominin bipedalism in Chad". *Nature*, vol. 609, 2022.
- DEMBITZER, J. et al. "Levantine overkill: 1.5 million years of hunting down the body size distribution". *Quaternary Science Reviews*, vol. 276, 2022.
- DÉTROIT, F. et al. "A new species of *Homo* from the Late Pleistocene of the Philippines". *Nature*, vol. 568, 2019.

- DIRKS, P. H. G. M. et al. "The age of *Homo naledi* and associated sediments in the Rising Star Cave, South Africa". *eLife*, vol. 6 (e24231), 2017.
- DOMÍNGUEZ-RODRIGO, M.; ALCALÁ, L. "3.3-million-year-old stone tools and Butchery Traces? More evidence needed". *PaleoAnthropology*, 2016.
- DOMÍNGUEZ-RODRIGO, M.; PICKERING, T., R.; BUNN, H. T. "Configurational approach to identifying the earliest hominin butchers". *PNAS*, vol. 107, 2010.
- GABUNIA, L. et al. "Earliest Pleistocene hominid cranial remains from Dmanisi, Republic of Georgia: taxonomy, geological setting and age". *Science*, vol. 288, 2000.
- GONZÁLEZ-JOSÉ, R. et al. "Cladistic analysis of continuous modularized traits provides phylogenetic signals in *Homo* evolution". *Nature*, vol. 453, 2008.
- GREEN, R. E. et al. "A draft sequence of the Neandertal genome". *Science*, vol. 328, 2010.
- GUY, F. et al. "Morphological affinities of the *Sahelanthropus tchadensis* (Late Miocene hominid from Chad) cranium". *PNAS*, vol. 102, 2005.
- HARMAND, S. et al. "3.3-million-year-old stone tools from Lomekwi 3, West Turkana, Kenya". *Nature*, vol. 521, 2015.
- HAWKS, J.; DE RUITER, D. J.; BERGER, L. R. "Comment on 'Early *Homo* at 2.8 Ma from Ledi-Geraru, Afar, Ethiopia'". *Science*, vol. 348, 2015.
- HENSHILWOOD, C. S. et al. "Emergence of modern human behavior: Middle Stone Age engravings from South Africa". *Science*, vol. 295, 2002.
- HERRIES, A. I. R. et al. "Contemporaneity of *Australopithecus*, *Paranthropus*, and early *Homo erectus* in South Africa". *Science*, vol. 368, 2020.
- HOFFMANN, D. L. et al. "Response to Comment on 'U-Th dating of carbonate crusts reveals Neandertal origin of Iberian cave art'". *Science*, vol. 362, 2018b.
- HOFFMANN, D. L. et al. "Response to White et al.'s reply: 'Still no archaeological evidence that Neanderthals created Iberian cave art' [*J. Hum. Evol.* (2020) 102640]". *Journal of Human Evolution*, vol. 144, 2020.
- HOFFMANN, D. L. et al. "U-Th dating of carbonate crusts reveals Neandertal origin of Iberian cave art". *Science*, vol. 359, 2018a.
- HORA, M. et al. "Dehydration and persistence hunting in *Homo erectus*". *Journal of Human Evolution*, vol. 138, 2020.
- HUBLIN, J. J. et al. "New fossils from Jebel Irhoud, Morocco and the pan-African origin of *Homo sapiens*". *Nature*, vol. 546, 2017.
- JACOBS, G. S. et al. "Multiple deeply divergent Denisovan ancestries in Papuans". *Cell*, vol. 177, 2019.
- JAUBERT, J. et al. "Early Neandertal constructions deep in Bruniquel Cave in southwestern France". *Nature*, vol. 534, 2016.
- JI, Q. et al. "Late Middle Pleistocene Harbin cranium represents a new *Homo* species". *The Innovation*, vol. 2, 2021.
- KLEIN, R. *The human career: Human biological and cultural origins*. Chicago, University of Chicago Press, 1989.
- KNIGHT, C.; POWER, C.; WATTS, I. "The human symbolic revolution: a darwinian account". *Cambridge Archaeological Journal*, vol. 5, 1995.
- KRINGS, M. et al. "Neandertal DNA sequences and the origin of modern humans". *Cell*, vol. 90, 1997.
- LANDI, F. et al. "Locomotion, posture, and the foramen magnum in primates: Reliability of indices and insights into hominin bipedalism". *American Journal of Primatology*, 2020.

- LARENA, M. et al. "Philippine Ayta possess the highest level of Denisovan ancestry in the world". *Current Biology*, vol. 31, 2021.
- LORDKIPANIDZE, D. et al. "A complete skull from Dmanisi, Georgia, and the evolutionary biology of early *Homo*". *Science*, vol. 342, 2013.
- LORDKIPANIDZE, D. et al. "A fourth hominin skull from Dmanisi, Georgia". *Anat. Rec.*, vol. 288 (A), 2006.
- MACCHIARELLI, R. et al. "Nature and relationships of *Sahelanthropus tchadensis*". *Journal of Human Evolution*, vol. 149, 2020.
- MCBREARTY, S.; BROOKS, A. S. "The revolution that wasn't: a new interpretation of the origin of modern human behavior". *Journal of Human Evolution*, vol. 39, 2000.
- MCPHERRON, S. P. et al. "Evidence for stone-tool-assisted consumption of animal tissues before 3.39 million years ago at Dikika, Ethiopia". *Nature*, vol. 466, 2010.
- MGELADZE, A. et al. "Hominin occupations at the Dmanisi site, Georgia, Southern Caucasus: Raw materials and technical behaviours of Europe's first hominins". *Journal of Human Evolution*, vol. 60, 2011.
- MILLER, J. M.; WANG, Y. V. "Ostrich eggshell beads reveal 50,000-year-old social network in Africa". *Nature*, vol. 601, 2022.
- NEVES, W.; JUNIOR, M. J. R.; MURRIETA, R. S. S. *Assim caminhou a humanidade*. São Paulo, Palas Athena, 2015.
- NI, X. et al. "Massive cranium from Harbin in northeastern China establishes a new Middle Pleistocene human lineage". *The Innovation*, vol. 2, 2021.
- PRÉVOST, M. et al. "Early evidence for symbolic behavior in the Levantine Middle Paleolithic: A 120 ka old engraved aurochs bone shaft from the open-air site of Neshar Ramla, Israel". *Quaternary International*, vol. 624, 2022.
- PRUFER, K. et al. "The complete genome sequence of a Neanderthal from the Altai Mountains". *Nature*, vol. 505, 2014.
- REICH, D. et al. "Denisova admixture and the first modern human dispersals into Southeast Asia and Oceania". *The American Journal of Human Genetics*, vol. 89, 2011.
- REICH, D. et al. "Genetic history of an archaic hominin group from Denisova Cave in Siberia". *Nature*, vol. 468, 2010.
- ROACH, N. T. et al. "Elastic energy storage in the shoulder and the evolution of high-speed throwing in *Homo*". *Nature*, vol. 498, 2013.
- SANKARARAMAN, S. et al. "The genomic landscape of Neanderthal ancestry in present-day humans". *Nature*, vol. 507, 2014.
- SCARDIA, G. et al. "Chronologic constraints on hominin dispersal outside Africa since 2.48 Ma from the Zarqa Valley, Jordan". *Quaternary Science Reviews*, vol. 219, 2019.
- SCARDIA, G. et al. "What kind of hominin first left Africa?". *Evolutionary Anthropology*, 2020.
- SCERRI, E. M. L. et al. "Did our species evolve in subdivided populations across Africa, and why does it matter?". *Trends in Ecology & Evolution*, vol. 33, 2018.
- SCHWARTZ, J. H.; TATTERSALL, I.; CHI, Z. "Comment on 'A complete skull from Dmanisi, Georgia, and the evolutionary biology of early *Homo*'". *Science*, vol. 344, 2014.
- SCOTT, R. S. et al. "Dental microwear texture analysis shows within-species diet variability in fossil hominins". *Nature*, vol. 436, 2005.
- SEHASSEH, E. M. "Early Middle Stone Age personal ornaments from Bizmoune Cave, Essaouira, Morocco". *Science Advances*, vol. 7, 2021.

- SEMAW, S. et al. "2.5-million-year-old stone tools from Gona, Ethiopia". *Nature*, vol. 385, 1997.
- SENUJ, B. et al. "First hominid from the Miocene (Lukeino Formation, Kenya)". *Comptes Rendus de l'Académie des Sciences*, vol. 332, n. 2, 2001.
- SHAHACK-GROSS, R. et al. "Evidence for the repeated use of a central hearth at Middle Pleistocene (300 ky ago), Qesem Cave, Israel". *Journal of Archaeological Science*, vol. 44, 2014.
- SLIMAK, L. et al. "Comment on 'U-Th dating of carbonate crusts reveals Neandertal origin of Iberian cave art'". *Science*, vol. 361, 2018.
- SLON, V. et al. "The genome of the offspring of a Neanderthal mother and a Denisovan father". *Nature*, vol. 561, 2018.
- SPONHEIMER, M. et al. "Isotopic evidence for dietary variability in the early hominin *Paranthropus robustus*". *Science*, vol. 314, 2006.
- STRINGER, C. "The origin and evolution of *Homo sapiens*". *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, vol. 371, 2016.
- TASKENT, O. et al. "Analysis of haplotypic variation and deletion polymorphisms point to multiple archaic introgression events, including from Altai Neanderthal lineage". *Genetics*, vol. 215, 2020.
- TEXIER, P.-J. et al. "A Howiesons Poort tradition of engraving ostrich eggshell containers dated to 60,000 years ago at Diepkloof Rock Shelter, South Africa". *PNAS*, vol. 107, 2010.
- TEXIER, P.-J. et al. "The context, form and significance of the MSA engraved ostrich eggshell collection from Diepkloof Rock Shelter, Western Cape, South Africa". *Journal of Archaeological Science*, vol. 40, 2013.
- TOWLE, I.; IRISH, J. D.; LOCH, C. "*Paranthropus robustus* tooth chipping patterns do not support regular hard food mastication". *Journal of Human Evolution*, vol. 158, 2021.
- UNGAR, P. S.; GRINE, F. E.; TEAFORD, M. F. "Dental microwear and diet of the Plio-Pleistocene Hominin *Paranthropus boisei*". *PLOS ONE*, vol. 3, 2008.
- VANHAEREN, M.; WADLEY, L.; D'ERRICO, F. "Variability in Middle Stone Age symbolic traditions: The marine shell beads from Sibudu Cave, South Africa". *Journal of Archaeological Science: Reports*, vol. 27, 2019.
- VEKUA, A. et al. "A new skull of Early *Homo* from Dmanisi, Georgia". *Science*, vol. 297, 2002.
- VIDAL, C. M. et al. "Age of the oldest known *Homo sapiens* from eastern Africa". *Nature*, vol. 601, 2022.
- VILLANEVA, F. A.; SCHRAIBER, J. G. "Multiple episodes of interbreeding between Neanderthal and modern humans". *Nature Ecology Evolution*, vol. 3, 2019.
- VILLMOARE, B. et al. "Early *Homo* at 2.8 Ma from Ledi-Geraru, Afar, Ethiopia". *Science*, vol. 347, 2015.
- WHITE, R. et al. "Still no archaeological evidence that Neanderthals created Iberian cave art". *Journal of Human Evolution*, vol. 144, 2020.
- WHITE, T. D. et al. "Pleistocene *Homo sapiens* from Middle Awash, Ethiopia". *Nature*, vol. 423, 2003.
- WOLPOFF, M. H. et al. "*Sahelanthropus* or '*Sahelpithecus*'?". *Nature*, vol. 419, 2002.
- WOOD, B.; COLLARD, M. "The human genus". *Science*, vol. 284, 1999.
- WOOD, B.; HARRISON, T. "The evolutionary context of the first hominins". *Nature*, vol. 470, 2011.

WRANGHAM, R. W. et al. "The raw and the stolen: Cooking and the ecology of human origins". *Current Anthropology*, vol. 40, 1999.

ZANOLLI, C. et al. "Further analyses of the structural organization of *Homo luzonensis* teeth: Evolutionary implications". *Journal of Human Evolution*, vol. 163, 2022.

ZHANG, D. et al. "Denisovan DNA in Late Pleistocene sediments from Baishiya Karst Cave on the Tibetan Plateau". *Science*, vol. 370, 2020.

ZHU, Z. et al. "Hominin occupation of the Chinese Loess Plateau since about 2.1 million years ago". *Nature*, vol. 559, 2018.

ZOLLIKOFER, C. et al. "Virtual cranial reconstruction of *Sahelanthropus tchadensis*". *Nature*, vol. 434, 2005.

Águas transfronteiriças e mudanças climáticas: desafios para a segurança hídrica na América do Sul

Isabela Battistello Espíndola

Wagner Costa Ribeiro



Água é uma substância fundamental para o desenvolvimento humano. Também pode gerar ameaças e disseminar instabilidades

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo financiamento do projeto de pesquisa referente ao Processo n. 2017/17997- 9. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da Fapesp. Também agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento à pesquisa “Gestão de águas transfronteiriças na Bacia do Prata: cooperação e hidro-hegemonia”, referente ao processo 310402/2018-2.

ISABELA BATTISTELLO ESPÍNDOLA

é doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH/USP.

WAGNER COSTA RIBEIRO é professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH/USP.

por sua capacidade de influenciar a segurança humana, como a fome e a falta de assistência à saúde. Associadas à disponibilidade da água, as mudanças decorrentes do aquecimento global afetam diretamente a sua oferta. A projeção é de que mais de 2,3 bilhões de pessoas sofrerão severo estresse hídrico em muitas partes do mundo até 2050 (UN-Water, 2018). Esse é outro desafio a se enfrentar no século XXI, cujas gerações têm a responsabilidade de procurar manter as condições para que as gerações futuras possam viver a bom termo.

A água atravessa fronteiras jurisdicionais de países e suas questões e problemas atrelados também o fazem. Corpos de água que percorrem diferentes unidades políticas em distintas escalas (internacionais e nacionais) e bacias hidrográficas que são compartilhadas por duas ou mais unidades políticas geram um debate que envolve vários aspectos da água, como o acesso em qualidade e quantidade adequadas, que repercute na legislação e nas instituições vinculadas à gestão da água. Os efeitos das mudanças climáticas também transcendem fronteiras e afetam de modo desigual países e a população dentro de cada território. Essas questões se tornam presentes em escalas local, nacional e internacional. Com as mudanças climáticas, esses temas terão que ser revistos, a partir de novas métricas de oferta e demanda de água.

Esses aspectos levam à emersão da segurança hídrica, que se torna central, compreendendo a dinâmica e as interconexões entre os diferentes grupos sociais e as demais formas de vida que necessitam de água para sua reprodução, bem como

a manutenção de serviços ambientais e ecossistêmicos às diversas formações socioespaciais. Fortalecer a segurança hídrica pode acarretar benefícios e impactar a saúde pública e humana, além de aumentar a resiliência às mudanças climáticas. A segurança hídrica¹ permeia o planejamento do uso e oferta da água nos territórios, abarcando dimensões sociais, econômicas, ambientais e ecossistêmicas.

A segurança hídrica permite entender a importância da manutenção dos serviços ecossistêmicos e ambientais. Esta dimensão se desdobra na quantidade e qualidade de água disponível para a conservação dos ecossistemas. Uma segunda dimensão baliza a disponibilidade de água para o atendimento às necessidades humanas, que é muito relevante na América do Sul, onde encontram-se megacidades como São Paulo e Rio de Janeiro, no Brasil, e Buenos Aires, na Argentina. A terceira dimensão refere-se à disponibilidade de água para a prática de atividades econômicas, como a produção agrícola no Brasil e na Argentina, e para abastecer indústrias, concentradas ao longo do eixo entre Buenos Aires e São Paulo. Além disso, o uso da água para gerar energia é intenso na América do Sul, em especial no Brasil, que compartilha uma usina hidrelétrica com o Paraguai,

1 A "segurança hídrica" é definida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como "a capacidade da população ter acesso sustentável à água em quantidade e qualidade adequadas para a manutenção da vida e do bem-estar humano, garantindo o desenvolvimento das atividades econômicas e a proteção contra doenças de veiculação hídrica e desastres associados à água, bem como a preservação dos ecossistemas" (UN-Water, 2018, s.p.)

que compartilha outra hidrelétrica com a Argentina. A quarta dimensão é associada à redução de riscos atrelados a eventos críticos extremos, tais como secas, inundações e escorregamentos de vertentes. Em termos militares, a segurança hídrica está relacionada à produção econômica e ao bem-estar da população, o que traduz o caráter estratégico do acesso à água.

Este artigo se concentra em questões transfronteiriças da água que se manifestam como desafios de segurança hídrica, que serão diretamente afetados pelas mudanças climáticas na América do Sul, que detém mais de 30% da água doce do mundo. Em que pese existirem conflitos gerados pela falta de água, na América do Sul eles também ocorrem nas disputas pelo uso dos recursos hídricos. Para Ribeiro e Sant'Anna (2014), esses aspectos justificam o estudo das águas transfronteiriças e, em especial, da Bacia do Prata.

Para tratar desse tema, o texto apresenta a seguir o percurso metodológico. Depois, discute segurança hídrica, águas transfronteiriças e mudanças climáticas, as bacias hidrográficas transfronteiriças da América do Sul e as implicações das mudanças climáticas na Bacia do Prata, para finalizar com as considerações finais.

PERCURSO METODOLÓGICO

Realizou-se uma revisão sistemática da literatura (RSL) por meio de artigos acadêmicos e literatura cinzenta², a partir da seguinte pergunta de pesquisa: como países de bacias hidrográficas transfronteiriças sul-americanas enfrentam os efeitos

das mudanças climáticas em seus territórios, à luz da segurança hídrica? Frente a tal questão, partiu-se para identificar, selecionar e avaliar criticamente análises, dados e estudos encontrados na revisão. Uma síntese do processo metodológico da pesquisa é mostrada na Figura 1.

Para a coleta de dados, as palavras-chave relacionadas à segurança hídrica e mudanças climáticas em bacias hidrográficas transfronteiriças na América do Sul foram identificadas para encontrar literatura relevante (as palavras-chave são mostradas na Figura 1, parte A). Na parte B da Figura 1, são listadas as etapas para os processos de revisão sistemática. Os artigos foram coletados com base nessas palavras-chave e seguindo as etapas propostas por Moher, Liberati, Tetzlaff e Altman (2009) para uma RSL.

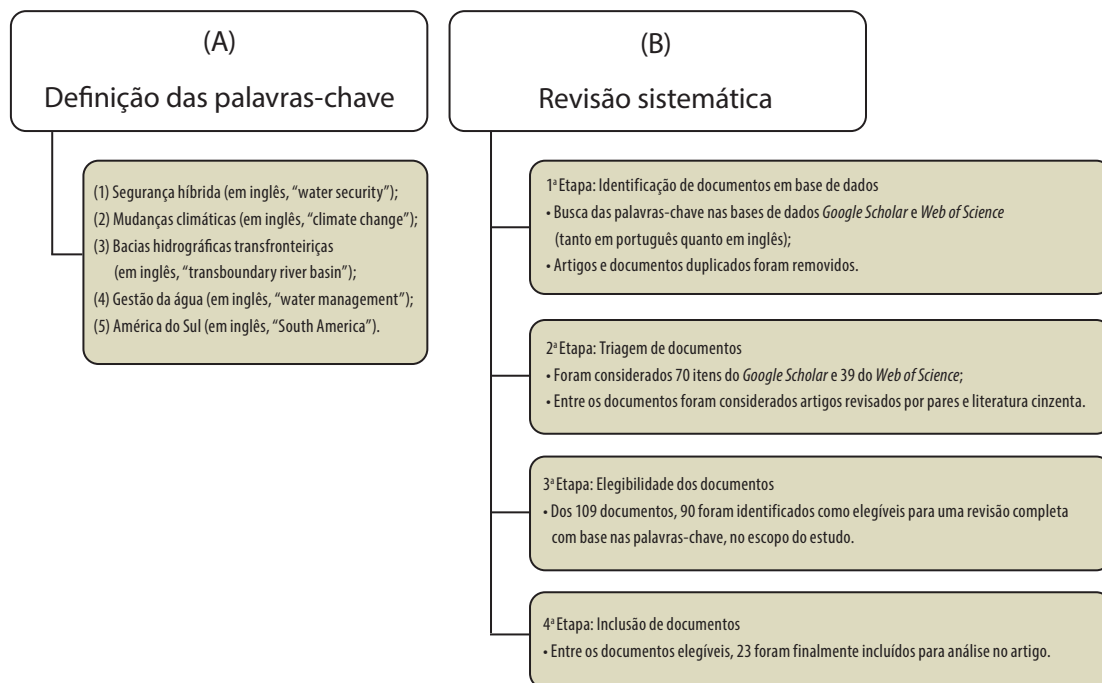
SEGURANÇA HÍDRICA

A água doce é vital para o desenvolvimento sustentável e um requisito fundamental para os sistemas sociais, econômicos e ambientais do planeta. No entanto, sua oferta é limitada e sua distribuição política não é igualitária entre os países. A demanda global de água está aumentando aproximadamente 1% ao ano, enquanto entre 4,8 e 5,7 bilhões de pessoas são projetadas para viver em áreas que

2 Para Paez (2017), a literatura cinzenta pode ser definida como as produções “em todos os níveis do governo, níveis acadêmicos, de empresas e indústrias nos formatos impresso e eletrônico, mas que não são controladas por editores comerciais”.

FIGURA 1

Fluxograma metodológico da pesquisa



Fonte: elaboração própria

são potencialmente escassas em termos de água por um mês por ano até 2050 (UN-Water, 2020). Segundo dados do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), a proporção da população global que vive sob condições de escassez de água aumentará ao longo do século XXI (Pereira & Freitas, 2017), sobretudo pelas consequências das mudanças climáticas.

Para Ferreira (2019), o debate relaciona-se à ampliação dos desafios de segurança dos países e das organizações. Se os usos atuais dos recursos hídricos continuarem, há um potencial crescente de crises e conflitos associados em todo o mundo, especialmente em países de renda mais baixa. Ressalta-se que a escassez de água não é exclusivamente decorren-

te de processos naturais. Ela também é influenciada pelo manejo inadequado e ineficiente da água e, principalmente, pela disputa entre os usos da água.

Por isso, tem-se a necessidade de uma gestão estratégica, eficiente e cooperativa dos recursos hídricos (Ferreira, 2019), que considere a segurança hídrica. Essa visão compreende o acesso à água como um direito humano fundamental.

Para a ONU (UN-Water, 2018), os países devem desenvolver planos e políticas com o intuito de fortalecer a segurança hídrica em seus territórios. O ponto de partida é a compreensão da exposição e da sensibilidade de cada região a um determinado conjunto de impactos e a formulação de respostas na forma de políticas e investimentos, visando sempre reduzir

essas vulnerabilidades sociais e climáticas. Assim, a organização defende que as ações se concentrem em quatro áreas principais: disponibilidade adequada de água; qualidade aceitável da água; gestão de recursos hídricos; acesso aos serviços “WASH”³.

Em relação às possíveis ações para evitar o acirramento de tensões causadas pela insegurança hídrica, é necessário buscar soluções de suprimento e armazenamento para garantir a disponibilidade de água adequada e avaliar as compensações a montante (demandas concorrentes de outros setores) e a jusante (produção de águas residuais). Como a qualidade da água está se deteriorando devido a descargas da agricultura, indústria, resíduos humanos e águas residuais, os países devem se empenhar para garantir o acesso sustentável a quantidades adequadas de água para sua população, um desafio que fica ainda mais complexo ao considerar-se o cenário das mudanças climáticas. Atingir a qualidade aceitável da água disponível à população exigirá o fortalecimento da sua gestão para torná-la disponível onde e quando for necessário.

ÁGUAS TRANSFRONTEIRIÇAS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Mais da metade da superfície terrestre é coberta por bacias hidrográficas transfronteiriças. Segundo a ONU (2018), 153 países compartilham rios, lagos e aquífe-

ros, e 40% da população mundial reside nos territórios dessas águas compartilhadas (Figura 2). Existem 263 bacias hidrográficas transfronteiriças e 145 países têm territórios dentro de bacias hidrográficas transfronteiriças (UN-Water, 2020). Cerca de 60% do fluxo global de água doce provém de bacias hidrográficas transfronteiriças. Dada a abundância de recursos hídricos compartilhados entre os países, a gestão transfronteiriça da água torna-se um elemento essencial a ser considerado no manejo dos recursos hídricos e na adaptação às mudanças climáticas em todo o mundo (Talukder & Hipel, 2020).

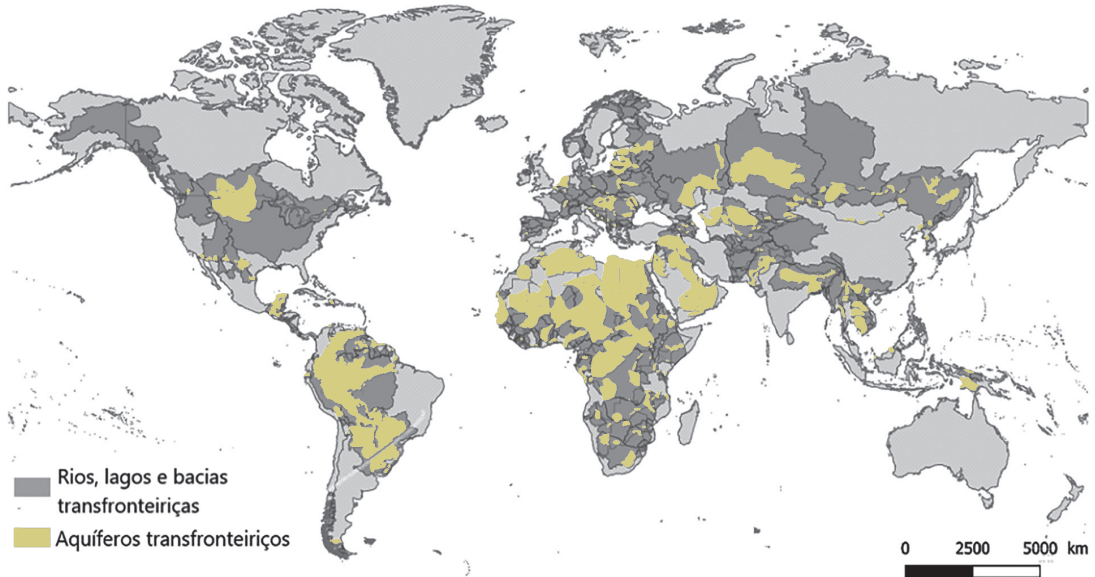
A ONU (2018) estima que o crescimento da demanda de água será em torno de 1% ao ano em decorrência das projeções de crescimento populacional, desenvolvimento econômico e mudanças nos padrões de consumo. Atrelados a essas projeções, têm-se os impactos das mudanças climáticas nos recursos hídricos. Exemplos desses impactos passam pela alteração do regime de chuvas, aumento do nível dos oceanos, aumento da intensidade e frequência de enchentes e secas, acirramento da escassez de água em determinadas regiões, intensificação da erosão e sedimentação e redução das geleiras. As estimativas da ONU (2018) são de que 2/3 da população já reside em áreas que passam por situação de escassez hídrica ao menos um mês ao ano. E esse cenário tende a piorar nos próximos anos.

Existem diversas conexões entre as mudanças climáticas e os recursos hídricos (Rieu-Clarke, Moynihan & Mag-sig, 2015), as quais afetam diariamente a sociedade, seja pelo abastecimento de água, geração de energia hidrelétrica e

3 WASH é o termo utilizado pela ONU e suas agências para referir-se à água (em inglês, *water*), saneamento (em inglês, *sanitation*) e higiene (em inglês, *hygiene*).

FIGURA 2

Águas transfronteiriças e fronteiras internacionais



Fonte: UN-Water (2018, p. 14)

produção de alimentos ou de bens industrializados. Isso significa que pessoas e nações disputarão cada vez mais o acesso aos recursos hídricos, dado o aumento desigual do consumo da água (Ribeiro, 2008). Ribeiro (2008) argumenta que a ausência de uma convenção internacional para regulamentar o acesso à água dificulta a resolução de tensões entre países, que disputam seu uso para diferentes fins. Para Rieu-Clarke, Moynihan e Magsig (2015), é necessária uma governança da água adequada, tanto em nível doméstico quanto regional e global, para tentar diminuir as tensões pelo uso da água.

As mudanças climáticas afetam muitos sistemas naturais. O ciclo hidrológico, que abrange a disponibilidade e a qualidade da água, bem como os serviços de água, é um deles. Algumas etapas do ciclo da

água são mais sensíveis às mudanças climáticas do que outras, e isso impacta diretamente o dia a dia das populações ao redor do mundo, principalmente em termos da oferta e distribuição da água doce. Os efeitos das mudanças climáticas transcendem fronteiras e afetam de modo desigual não somente os países, mas também a população dentro de cada território. Nesse cenário, garantir o acesso e disponibilidade de água de qualidade adequada para a saúde humana torna-se um desafio muito mais complexo. A adaptação às mudanças climáticas é, portanto, urgente. Os impactos certamente variarão consideravelmente de país para país e de bacia para bacia. Grande parte das bacias hidrográficas transfronteiriças sentirá esses impactos, afetando consideravelmente os usuários e ecossistemas de suas águas.

Daí emergem sérias dificuldades para a gestão de recursos hídricos, que aumentam potencialmente o risco de conflitos entre países que compartilham águas transfronteiriças. As águas transfronteiriças podem causar turbulência social e levar a conflitos dentro e entre países que compartilham o mesmo recurso. Mesmo que se registrem casos de cooperação para o acesso à água por meio de acordos bilaterais ou multilaterais, os conflitos podem ocorrer pelo uso da água, sua poluição e escassez (Espíndola & Ribeiro, 2020).

Além disso, é preciso considerar a posição geográfica dos países em relação à bacia e ao uso da água (Sant'Anna & Ribeiro, 2015). O país posicionado a jusante do local de extração de água tende a ter um controle maior do curso de um rio, o que pode facilitar o controle da navegação. Ele também pode controlar o fluxo de água para aproveitamento hidrelétrico, por exemplo. Por isso é fundamental um acordo entre os países que compartilham a água em suas fronteiras para evitar tensões por seu uso.

Outro motivo de frequentes tensões entre países ribeirinhos é a delimitação de limites políticos. Muitas vezes eles são definidos pelos cursos de rios transfronteiriços, cujas águas são compartilhadas. Tradicionalmente, quando esta situação se apresenta, o limite entre os países está no meio do rio. Porém, a dinâmica hidrográfica pode levar a alterações por processos naturais e também por intervenções antrópicas, mas ambas as causas são agravadas em decorrência das mudanças climáticas. Esses eventos sociais e naturais afetam a vazão do rio e, por consequência, os limites entre países, além

de afetar a livre-navegação nos rios. Por isso, as relações entre os países ribeirinhos tendem a ser assimétricas (Ribeiro & Sant'Anna, 2014), o que pode se agravar caso existam outras assimetrias entre os países, sejam econômicas e/ou militares.

Espíndola e Ribeiro (2020) argumentam que nem sempre as questões conflitantes entre países ribeirinhos se expressam pelo uso da força ou mesmo por ações militares, via invasão do território alheio. É comum o uso de instrumento de *soft power*, como barganha e atos discursivos e ideacionais. Uma demonstração de *soft power* em bacias hidrográficas transfronteiriças seria o controle das decisões de países ribeirinhos por parte de um país hegemônico.

Para Pereira e Freitas (2017), a gestão da água deve ser associada a três questões básicas: usos da água, regras de gestão da água e territorialidade dos recursos hídricos. Os autores ressaltam que houve um desenvolvimento de um campo regulatório considerável para a água, que resultou em uma diversificação das regras relacionadas à sua gestão. No caso da gestão transfronteiriça da água, exige-se ainda a coordenação em diferentes contextos políticos, legais e institucionais, bem como em diferentes abordagens de controle de informações e arranjos financeiros associados. O planejamento aplicado a bacias hidrográficas pode tornar os sistemas mais resilientes e aumentar o armazenamento de água, tanto na bacia quanto fora dela, posto que é muito frequente a transferência de água entre bacias.

São diversos os instrumentos institucionais de cooperação em águas transfronteiriças, demonstrando que não existe

TABELA 1

Síntese dos diferentes tipos de arranjos de bacias transfronteiriças

Tipo de instrumento	Características	Exemplo
Convenção-quadro	Tende a estabelecer as principais regras e princípios substantivos e processuais para a gestão de um sistema particular de rios, lagos ou aquíferos. Esse tipo de acordo também tende a estabelecer acordos institucionais conjuntos, como uma Comissão de Bacia Hidrográfica.	1969 Tratado da Bacia do Prata 2010 Acordo do Aquífero Guarani
Acordo bilateral	Tende a estabelecer regras e princípios gerais que cobrem todas as águas transfronteiriças e pode estabelecer arranjos institucionais conjuntos, como comissões intergovernamentais ou grupos de trabalho. Muitas vezes a abordagem sobre águas transfronteiriças envolve também as águas subterrâneas, mas isso não é regra.	1991 Acordo de cooperação entre o governo do Brasil e o governo do Uruguai para o aproveitamento dos recursos naturais e o desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí
Protocolo	Tende a ser concluído com base em acordos mais gerais, expressos em princípios amplamente aceitos.	2003 Protocolo para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Lago Vitória 2012 Protocolo de Qualidade da Água dos Grandes Lagos
Memorando de entendimento	Tende a incluir princípios mais amplos de cooperação e é frequentemente adotado no nível interministerial. Pode ser juridicamente vinculado.	2015 Memorando de entendimento entre o Quênia e a Tanzânia para a gestão conjunta de recursos hídricos da Bacia transfronteiriça do rio Mara
Declaração conjunta	Tende a incluir princípios mais amplos de cooperação e é frequentemente adotada no nível interministerial. Pode ser juridicamente vinculada.	2010 Declaração Conjunta sobre Entendimento e Cooperação no Domínio do Uso dos Recursos Hídricos nos respectivos territórios das bacias hidrográficas compartilhadas entre a Bulgária e a Grécia
Troca de cartas/notas	Tende a estabelecer compromissos específicos que podem ter sido acordados em uma reunião específica ou refletem uma atualização de um acordo ou arranjo existente.	1994 Acordo, por troca de notas, no qual é adotado o Estatuto da Comissão Binacional Administradora da Bacia Inferior do Rio Pilcomayo
Minuta	Tende a registrar compromissos acordados em uma reunião específica. Pode ajudar na interpretação de um acordo ou tratado.	1980 Minuta do Comitê Conjunto Iraque-Turco de Cooperação Econômica e Técnica 1922-2017 A Comissão Internacional de Fronteiras e Água entre os EUA e o México adotou 323 Minutas

Fonte: adaptado de UN-Water (2018, p. 44)

uma resposta e solução única para todos os casos. Kolokytha e Skoulikaris (2019) lembram que os regimes legais, como tratados, são geralmente os mecanismos de cooperação mais adotados. Todavia, os países adaptam as formas de cooperação de acordo com a sua necessidade, história particular, contexto político e jurídico e demanda econômica. Apesar de argumentar que os acordos formais de cooperação são o tipo mais desejado, quando se trata de águas transfronteiriças, a ONU (2018) reconhece que existe uma diversidade de arranjos em prática. A Tabela 1 sumariza os diferentes tipos de acordos existentes em bacias hidrográficas transfronteiriças.

A ONU (2018) defende que a cooperação em águas transfronteiriças é pré-requisito para adaptação às mudanças climáticas, pois argumenta que é por meio da cooperação que é possível compreender os efeitos dos impactos em nível das bacias e estender o alcance das medidas de prevenção, preparo e recuperação. Ela indica que a cooperação em matéria de bacias hidrográficas transfronteiriças é mais difundida do que a cooperação em aquíferos transfronteiriços. Em relação aos aquíferos, a ONU (2018) lembra que a maior parte dos acordos de cooperação existentes está atrelada à cooperação de bacias hidrográficas.

BACIAS HIDROGRÁFICAS TRANSFRONTEIRIÇAS DA AMÉRICA DO SUL

A América do Sul possui importantes reservas de água. Porém, a disponibilidade de água é desigual por país. A oferta de

água reflete contrastes e assimetrias associados ao processo de desenvolvimento econômico, bem como às desigualdades sociais e regionais dele resultantes. Todos os países da América do Sul compartilham algum tipo de água transfronteiriça com seus vizinhos, sejam superficiais ou subterrâneas. Mais da metade da área da América do Sul está sob uma bacia transfronteiriça (Cooley et al., 2009 – Figura 3). Além disso, a América do Sul abriga duas das maiores bacias hidrográficas transfronteiriças do mundo, a Bacia do Amazonas e a Bacia do Prata (Sant’Anna & Ribeiro, 2015).

Tanto a Bacia do Amazonas quanto a do Prata contam com acordos que desempenham papel importante para manter as portas do diálogo e da troca de conhecimento abertas entre os países ribeirinhos.

Na Bacia do Amazonas, o marco inicial de cooperação foi o Tratado de Cooperação Amazônico, que foi assinado em 1978, mas só passou a funcionar em 1980. A baixa adesão dos países-membros refletiu em poucos recursos para permitir a operação do tratado. Anos mais tarde, em 1998, gerou-se um adendo ao tratado, que resultou na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), sediada em Brasília.

Esse impulso não refletiu em novos recursos por parte dos países membros. A OTCA não conseguiu, ao menos até o momento, firmar-se como uma referência para discutir conjuntamente as questões amazônicas que envolvem os países amazônicos. Além da grande assimetria entre os países membros, permanecem os baixos investimentos, que não permitem criar uma estrutura funcional própria e autônoma, o

FIGURA 3

América do Sul: bacias hidrográficas transfronteiriças



Fonte: UNEP (2007)

que leva a uma dependência de recursos de origem externa aos países amazônicos.

Em relação à água transfronteiriça, ela começou a ser discutida em 2002, a partir de iniciativa do Brasil. Pouco depois, surgiram alguns projetos financiados pelo Banco Mundial que visavam estabelecer normas comuns aos países em prol de elaborar um sistema de governança entre eles, mas as iniciativas não prosperaram.

Houve uma iniciativa que envolveu a elaboração de cenários diante das mudanças climáticas (OTCA, 2007). Por meio de recursos externos, buscou-se avaliar a situação atual e projetar cenários frente às questões impostas pelas mudanças climáticas. Mas os resultados foram insatisfatórios e esse projeto foi suspenso por divergências entre os países (Sant’Anna & Villar, 2015).

Iniciativas de cooperação regional para o desenvolvimento econômico também geraram formas de cooperação. A Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (Iirsa), de 2000, foi a principal. Ela definiu eixos de desenvolvimento que previam a construção de infraestrutura, como estradas e navegação de rios, além de incrementar a integração elétrica entre os países. Diversas crises políticas esvaziaram a Iirsa.

O Tratado da Bacia do Prata foi o ponto de partida para a elaboração de outras iniciativas de cooperação nas sub-bacias da área do Prata (Ribeiro, Villar & Sant’Anna, 2013). Desde sua assinatura em 1969, mais de 30 acordos de cooperação foram assinados entre os países ribeirinhos da Bacia do Prata. Nesse quesito, o Comitê Intergovernamental Coordenador da Bacia do Prata (CIC) desempenha um papel importante na governança das águas transfronteiriças da Bacia do Prata. Sua criação antecede a assinatura do Tratado da Bacia do Prata, e recai a essa organização a responsabilidade de “coordenar o funcionamento do Sistema da Bacia do Prata” (CIC, 1969). O CIC é responsável por elaborar estudos técnicos na área da bacia e estabelecer parcerias com outras organizações internacionais (Espíndola & Ribeiro, 2020). Sant’Anna e Villar (2015) e Ribeiro (2017) advertem que, apesar da presença de acordos internacionais na Bacia do Prata, a ausência de recursos financeiros dos países dificulta uma maior articulação entre eles, que dependem de financiamento externo para desenvolver projetos, como os provenientes do Banco Mundial ou de agências de cooperação europeias.

A Bacia do Prata é a quinta maior bacia hidrográfica transfronteiriça do mundo, abrangendo cerca de 3.200.000 km². Ela é composta basicamente de três grandes sub-bacias, correspondendo aos rios Paraná, Paraguai e Uruguai (CIC, 2016). O principal rio da Bacia do Prata é o Paraná, com 3.780 km, que se torna Rio da Prata ao receber o Rio Uruguai, pouco antes de desembocar no Oceano Atlântico. Enquanto o Brasil se situa a montante na bacia, Argentina e Uruguai situam-se a jusante.

A Bacia do Prata possui uma população de mais de 100 milhões de pessoas, abriga todas as capitais dos países ribeirinhos, além de megacidades, como São Paulo e Buenos Aires. As águas da Bacia do Prata possuem grande relevância para a economia, navegação, agropecuária e produção de energia hidrelétrica dos países que a compõem. Dados recentes indicam que 70% do PIB dos cinco países ribeirinhos da Bacia do Prata é gerado por meio de atividades desenvolvidas na Bacia do Prata. Destaque é dado para a agricultura, agropecuária, geração de energia e transporte hidroviário (CIC, 2017).

IMPLICAÇÕES DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA BACIA DO PRATA

De acordo com as projeções do IPCC (2014), desenvolvidas em escala global e baseadas em 12 modelos de circulação global, os principais impactos das mudanças climáticas previstos para a América do Sul relacionam-se com a vulnerabilidade no abastecimento de água nas zonas semiáridas e nos Andes. A redução das

geleiras andinas também consta nessas projeções. Outros fatores expostos são a diminuição de chuvas e o aumento da evapotranspiração nas áreas semiáridas. Todos os setores que dependem, de alguma forma, de água poderão ser afetados. A agricultura, por exemplo, é o principal usuário de água na América do Sul, dependendo da oferta desse recurso natural para garantir sua produção. A geração de energia hidroelétrica também se destaca, pois é uma matriz energética altamente dependente dessa fonte de energia renovável.

Os recursos hídricos da Bacia do Prata são altamente suscetíveis a eventos extremos (Pontes, 2016). Importante lembrar que a bacia apresenta ecossistemas bastante diversos. As características climáticas e hidrológicas da bacia sustentam áreas densamente povoadas e uma intensa atividade agropecuária (Mourão, 2015). A Bacia do Prata está limitada a oeste pela Cordilheira dos Andes – com montanhas nevadas, recobre áreas semiáridas e áridas no Paraguai e Argentina, possui uma extensa área alagada em sua porção norte (Pantanal) e florestas úmidas em suas bordas a leste. Todas essas áreas são suscetíveis aos impactos das mudanças climáticas (CIC, 2017).

Para o CIC (2017), os países da Bacia do Prata já sentem os efeitos das mudanças climáticas em seus territórios, principalmente alterações nas precipitações, na temperatura e em vazões de rios. As precipitações, por exemplo, aumentaram desde meados dos anos 70, em média, entre 10% e 15%, o que resultou em aumentos mais elevados nas vazões dos rios, atingindo 30% (CIC, 2017). A partir de

cenários de mudanças climáticas estabelecidos pelo IPCC, o CIC realizou diversas simulações sobre as possíveis alterações na Bacia do Prata, compreendendo o período de 1960 a 2100, e utilizando modelo regional ETA-CPTEC, com resolução espacial de 10 km.

Esse estudo, realizado com financiamento do Global Environmental Facility, foi o primeiro trabalho de análise integrada de toda a bacia. O material produzido permitiu uma maior compreensão dos processos hidrológicos e climáticos na Bacia do Prata, como precipitação, evapotranspiração, regime de vazões, níveis nos rios e escoamento em planícies de inundação. Apesar de existirem trabalhos em escala global que analisam a bacia, eles apontam dados genéricos e superficiais. Por isso, Pontes (2016) ressalta que uma abordagem de simulação em escala regional permite uma análise muito mais detalhada dos impactos das mudanças climáticas nos países da Bacia do Prata, como a oferecida por esse trabalho.

Com relação à variabilidade da temperatura, as projeções climáticas do CIC mostram uma tendência persistente a elevação da temperatura em toda a bacia, mas principalmente no Pantanal e no Alto Paraguai. No verão, estima-se que as temperaturas alcancem até 3,5°C a mais que a média. No período de 2011-2040, as maiores anomalias na temperatura são evidenciadas na sub-bacia do Alto Paraguai e Pantanal. No período 2040-2070, o aquecimento do clima persiste, e projeções indicam um aumento de temperatura entre 2,5°C a 4,0°C na primavera e no verão, e 2,5°C a 3,0°C no outono e no inverno (CIC, 2017).

Em relação à precipitação, as projeções do CIC (2017) indicam uma tendência de chuvas intensas, principalmente no sudeste da Bacia do Prata. A precipitação total anual também deve crescer após 2040. Até 2040, as projeções consideram uma diminuição da precipitação em grande parte da Bacia do Prata, o que afetaria inicialmente a disponibilidade de água. Considerando que a temperatura deverá aumentar nesse período, o comitê projeta que o balanço hidrológico regional poderia conduzir a vazões médias decrescentes, facilitando a ocorrência de eventos extremos, como a maior possibilidade de secas e incêndios florestais.

Com base nessas projeções de cenários, o CIC considera que o desenvolvimento urbano da Bacia do Prata será afetado, principalmente pela redução da segurança hídrica. Pontes (2016) lembra que a bacia já apresenta um histórico de problemas relacionados às cheias e estiagens. Esses problemas tendem a se acirrar nos próximos anos. Cidades populosas próximas às cabeceiras dos rios serão as mais afetadas. Outra consequência refere-se à diminuição da capacidade de diluição de efluentes sem tratamento. A atividade rural também será afetada. A produção de grãos, principalmente no centro-oeste do Brasil, área a montante da Bacia do Prata, será prejudicada por conta da redução de precipitação e vazão. Já Argentina e Uruguai, localizados a jusante da Bacia do Prata, verificariam uma melhora na disponibilidade hídrica (CIC, 2017).

Tal como exposto pelo IPCC, o CIC também espera impactos na geração hidrelétrica dada a redução de precipitação e de vazão na bacia até 2040. Isso pode

afetar a principal matriz energética de países da Bacia do Prata, posto que uma alteração na vazão dos rios, principalmente naqueles localizados a montante, impactaria a geração de energia hidrelétrica, bem como a navegação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da existência de processos de cooperação em matéria de água transfronteiriça, com acordos bilaterais e multilaterais, as tensões permanecem entre países da América do Sul. O esvaziamento de instituições multilaterais como a OTCA e o CIC, pela ausência de recursos financeiros, mostra dificuldades em efetivar a cooperação entre países que compartilham águas transfronteiriças na América do Sul.

Por isso, as relações entre países sul-americanos que compartilham águas transfronteiriças tendem a ser tensas. Como a distribuição política da água é muito desigual entre eles, podem surgir novas tensões entre países ribeirinhos. Elas estão relacionadas à posição dos países na bacia, mas não são restritas a ela. As disputas ocorrem pelo uso da água, pela poluição gerada por atividades econômicas e ausência de saneamento básico e gestão adequada de resíduos sólidos, situações que contribuem para a escassez da água e dificultam manter a segurança hídrica. Também ocorrem pela assimetria de poder existente entre os países ribeirinhos.

Esse quadro tende a se agravar diante das mudanças climáticas. Alterações no regime de chuvas, e em outras etapas do ciclo social da água, impactam a disponibi-

lidade deste recurso, que podem gerar novas instabilidades na distribuição da água.

Além das disparidades na distribuição da água e no aumento de zonas de escassez hídrica em decorrência das mudanças climáticas, a América do Sul ainda enfrenta problemas relacionados à qualidade da infraestrutura de sistemas de distribuição. Ao mesmo tempo, o consumo de água está crescendo, levando a um aumento do estresse nos reservatórios. Existem diversas causas que levam a isso, entre elas, o uso intensivo de água na agricultura, na produção industrial, para o abastecimento de áreas urbanas

e geração de energia elétrica. A resolução de disputas pelo acesso e uso da água nos países da América do Sul faz parte de uma luta mais ampla por uma sociedade mais justa. A escassez hídrica já está presente, o que ameaça a segurança hídrica, que pode se agravar com as mudanças climáticas.

Para evitar o acirramento de tensões, é fundamental rever o uso da água e priorizar o abastecimento humano e das demais formas de vida, além de retomar a conservação de nascentes, por meio da recuperação de áreas a montante de rios, bem como de suas vertentes.

REFERÊNCIAS

CIC - Comité Intergubernamental Coordinador de los Países de la Cuenca del Plata.

El Tratado de la Cuenca del Plata. 1969. Disponível em: <https://cicplata.org/es/documentos/#1481142093532-099e3504-55cd>.

CIC - Comité Intergubernamental Coordinador de los Países de la Cuenca del Plata.

Strategic action program for the La Plata Basin (SAP). 1ª ed. Buenos Aires, Organización de los Estados Americanos (OEA), 2016.

CIC - Comité Intergubernamental Coordinador de los Países de la Cuenca del Plata.

Análisis Diagnóstico Transfronterizo (ADT) y Programa de Acciones Estratégicas (PAE) de la Cuenca del Plata: síntesis ejecutiva. Buenos Aires, Organización de los Estados Americanos (OEA), 2017.

CIC - Comité Intergubernamental Coordinador de los Países de la Cuenca del Plata.

Balance hídrico en la Cuenca del Plata: disponibilidad y usos, considerando escenarios futuros y modelos de gestión. 1ª ed. Buenos Aires, Organización de los Estados Americanos (OEA), 2017.

- COOLEY, H. et al. *Understanding and reducing the risks of climate change for transboundary waters*. Pacific Institute, dec./2009. Disponível em: https://www.academia.edu/22304208/Understanding_and_reducing_the_risks_of_climate_change_for_transboundary_waters. Acesso em: 28/jan./2019.
- ESPÍNDOLA, I. B.; RIBEIRO, W. C. "Transboundary waters, conflicts and international cooperation – examples of the La Plata basin". *Water International*, 19, 2020.
- FERREIRA, B. M. "Repensando o conceito de segurança hídrica aplicado à gestão dos aquíferos transfronteiriços: estudo de caso entre Mercosul e União Europeia". *Revista do Programa de Direito da União Europeia*, n. 10, 2019, pp. 13-26. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rpdue/article/view/79965>.
- IPCC – Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas. *Alterações climáticas 2014: Relatório de síntese* (contribuição dos documentos de trabalho I, II, III para o quinto relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas). Genebra, 2014.
- KOLOKYTHA, E.; SKOULIKARIS, C. "Dependencies in transboundary water management in Greece in the face of climate change". *E-proceedings of the 38th IAHR World Congress*. Panama City, set./2019, pp. 1.466-75.
- MOHER, D. et al. "Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement". *Annals of Internal Medicine*, 151 (4), 2009, pp. 264-9.
- MOURÃO, C. E. *A influência das áreas alagáveis no balanço hídrico da Bacia do Prata e implicações na agricultura em cenários futuros de mudanças climáticas*. Tese de doutorado. São José dos Campos, Inpe, 2015.
- PAEZ, A. "Gray literature: an important resource in systematic reviews". *Journal of Evidence-Based Medicine*, 10 (3), 2017, pp. 233-40.
- PEREIRA, J. C.; FREITAS, M. R. "Cities and water security in the Anthropocene: research challenges and opportunities for international relations". *Contexto internacional*, v. 39, n. 3, set.-dez./2017, pp. 521-44.
- PONTES, P. R. *Modelagem hidrológica e hidrodinâmica integrada da Bacia do Rio da Prata*. Tese de doutorado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.
- RIBEIRO, C. R.; BERMUDEZ, O. B.; LEAL, A. C. "A gestão compartilhada de águas transfronteiriças, Brasil e Colômbia". *Mercator*, v. 14, n. 2. Fortaleza, 2015, pp. 99-118.
- RIBEIRO, W. C. "Uso compartilhado da água transfronteiriça na Bacia do Prata: utopia ou realidade?". *Ambiente & Sociedade*, v. 20, n. 3, 2017, pp. 263-76.
- RIBEIRO, W. C.; SANT'ANNA, F. M. "Water security and interstate conflict and cooperation (Seguretat hídrica i conflicte i cooperació interestatals)". *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, v. 60, 2014, pp. 573-96.
- RIBEIRO, W. C.; VILLAR, P. C.; SANT'ANNA, F. M. "Desafios para a cooperação internacional nas águas transfronteiriças na América do Sul", in W. C. Ribeiro (org.). *Conflitos e cooperação pela água na América Latina*, v. 1. 1ª ed. São Paulo, Annablume, 2013, pp. 77-100.
- RIBEIRO, W. C. *Geografia política da água*. São Paulo, Annablume, 2008.
- RIEU-CLARKE, A.; MOYNIHAN, A.; MAGSIG, B. *Transboundary water governance and climate change adaptation international law, policy guidelines and best practice application*. Paris, Unesco, 2015.
- SANT'ANNA, F. M.; VILLAR, P. C. "Gobernanza de las aguas transfronterizas: fragilidades institucionales en América del Sur". *América Latina Hoy*, v. 69, 2015, pp. 53-74.
- TALUKDER, B.; HIPEL, K. W. "Diagnosis of sustainability of trans-boundary water governance in the Great Lakes basin". *World Development*, v. 129, 2020.

textos

UNEP. *Hydropolitical vulnerability and resilience along international waters: Africa*. Nairobi, United Nations Environmental Programme, 2007.

UN-WATER. *Progress on transboundary water cooperation: Global baseline for SDG indicator 6.5.2*. Paris, Unesco, 2018.

UN-WATER. *Transboundary waters*. 2020. Disponível em: <https://www.unwater.org/water-facts/transboundary-waters/>.

arte





**Picasso,
o ícone em
si mesmo**

Marcello Rollemberg

CENA 1, MADRI, EM ALGUM MOMENTO RECENTE

Local: Museu Reina Sofia – um dos principais museus de arte da Espanha, ao lado do interminável Museu do Prado. Crianças pequenas, seis, sete anos de idade, chegam uniformizadas, de mãos dadas, acompanhadas por uma professora atenta. Sentam-se no chão em frente a uma enorme tela – 349 cm de altura por 776,5 cm de largura – pintada em tons de preto, branco e cinza, com figuras tomadas pela angústia e o desespero. A tela é a joia da coroa do Reina Sofia. Atentos, os aluninhos tentam responder às perguntas que a professora faz: “Onde está o cavalo?”, “onde está o touro?”. Naquele momento, aquelas crianças estão diante de *Guernica*, obra-manifesto pintada por Pablo Picasso, uma “declaração de guerra contra a guerra”, como definiu seu criador, e considerada a obra de arte marcante do século

passado. Os pequenos aprendem sobre arte, mas também sobre história, conflitos e os limites dos absurdos humanos. Criada para a “Exposição Universal” de Paris, de 1937, a obra só foi para a Espanha em 1981, quando o país já havia se redemocratizado, como desejo expresso do artista – e esteve no Brasil na II Bienal de Arte de São Paulo, em 1953, junto com outras 30 telas cedidas por Picasso de sua coleção particular, graças a um pedido do artista Cícero Dias.

Corta. Hora de olhar no retrovisor da história.

CENA 2, PARIS, DÉCADA DE 1940, SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Local: Ateliê de Picasso em Montmartre. Faz tempo que os soldados nazistas que dominam a Cidade-Luz estão de olho naquele

MARCELLO ROLLEMBERG é jornalista, doutor em Ciências da Comunicação pela ECA/USP e editor de cultura do *Jornal da USP*.



Pablo Picasso em seu ateliê. Foto de David Douglas Duncan



Sala Picasso na II Bienal de São Paulo, 1953



Guernica, 1937. Óleo sobre tela. Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía, Madrid

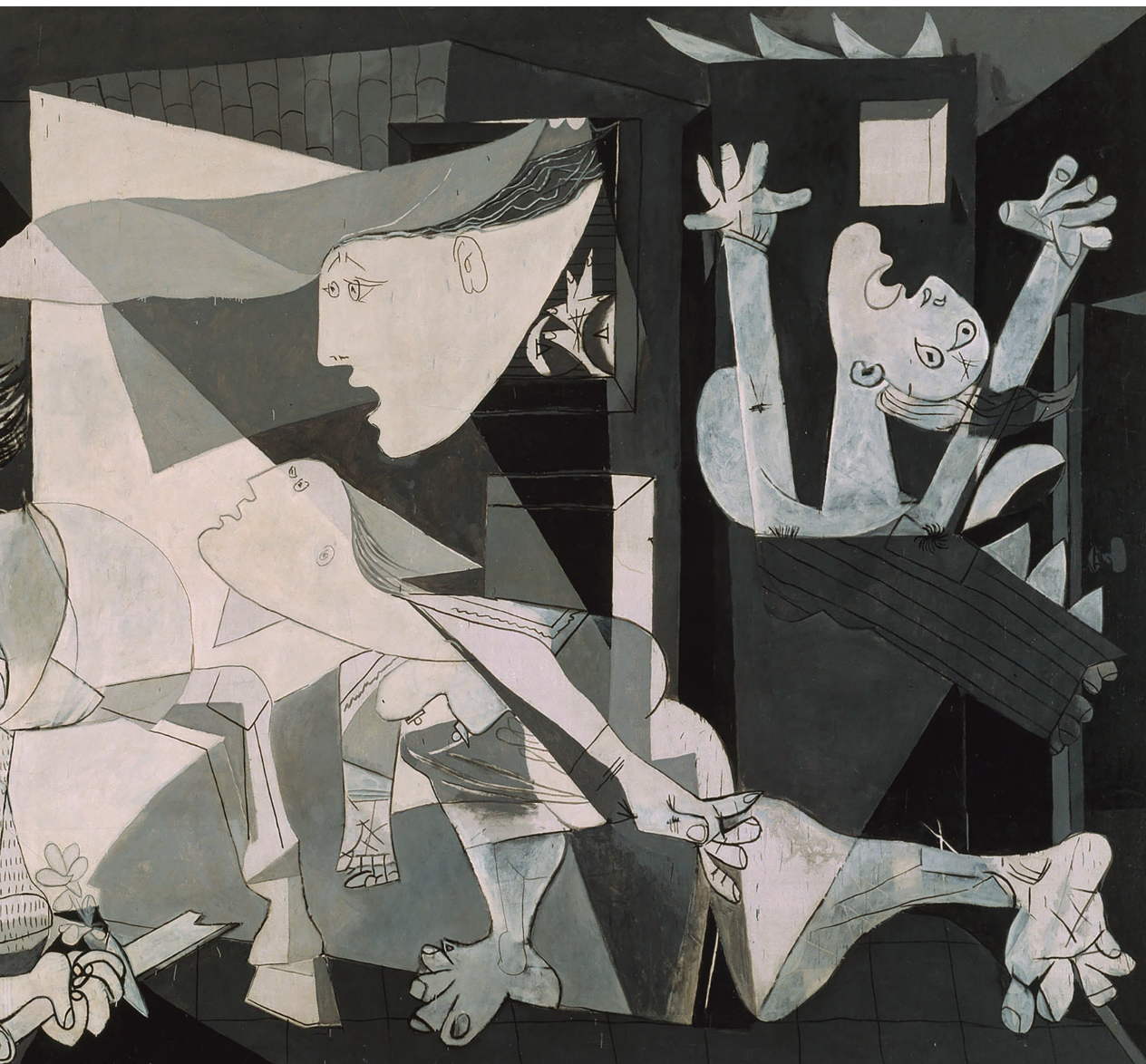
pintor andaluz – malagueño, para ser exato –, que anda com gente extravagante e é tido como “anarquista”. As visitas da Gestapo ao ateliê são constantes, apenas para checar o que o artista anda fazendo. Certo dia, eles se deparam com a foto de uma tela enorme, pintada não faz muito tempo, uma resposta de Picasso à covardia do bombardeio da cidade basca de Guernica, durante a Guerra Civil Espanhola – que alemães

e italianos usaram como antessala do que viria a ser a Segunda Guerra Mundial. Um oficial nazista olha bem para a imagem e pergunta a Picasso:

“Foi você quem fez isso?”.

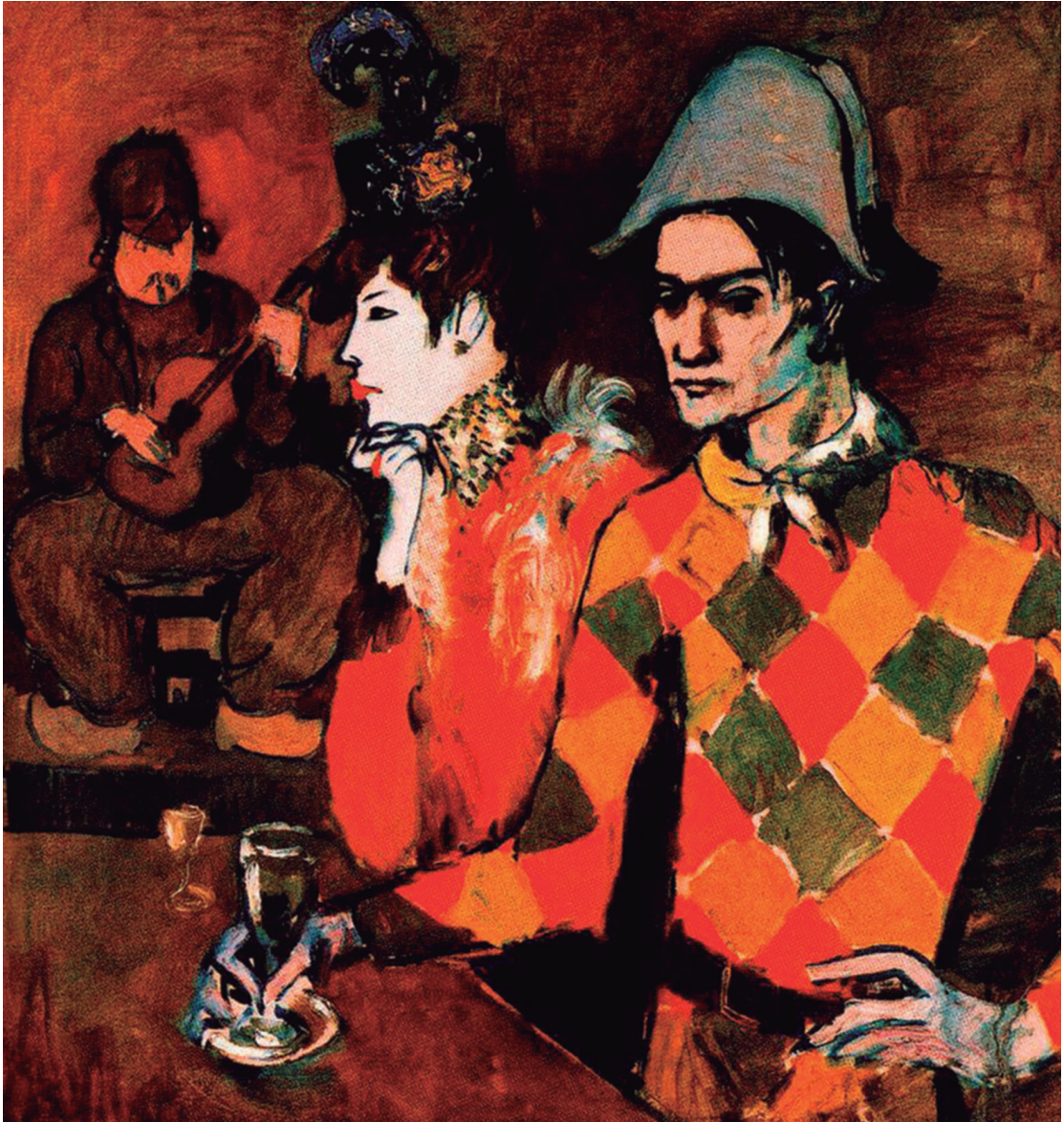
“Não, foram vocês”, respondeu o artista.

Fato? *Si non è vero, è ben trovato*. Porque praticamente tudo na longa vida de Pablo Picasso (1881-1973), se não era verdade, foi bem contado. Suas criações, sua arte que



gerou o cubismo, suas fases cromáticas – rosa, azul –, seu namoro intempestivo com o Surrealismo, seus muitos amores e desamores, suas rugas que geravam desafetos instantâneos, suas amizades de uma vida inteira e sua fama que avançou para muito além de sua morte há 50 anos, em 8 de abril de 1973, na pequena cidade francesa de Mougins, a 15 minutos de Cannes. E tudo nele foi hiperbólico, desde seu quilométrico nome de batismo – Pablo Diego José Francisco de Paula Juan Nepomuceno

María de los Remedios Cipriano de la Santísima Trinidad Ruiz y Picasso – até sua produção abundante ao longo de 78 anos de criatividade incessante, que o levou a assinar mais de 120 mil obras de arte entre gravuras, pinturas, esculturas e cerâmicas – entre elas, marcos da arte moderna do século XX, como a própria *Guernica* e *Les demoiselles d'Avignon* –, muitas delas alcançando valores estratosféricos. Em 2015, o quadro *Mulheres de Argel* (1955) quebrou um recorde ao ser vendido por quase US\$ 180 milhões. Durante



Arlequin segurando um copo, 1905. Óleo sobre tela. Metropolitan Museum of Art, Nova York

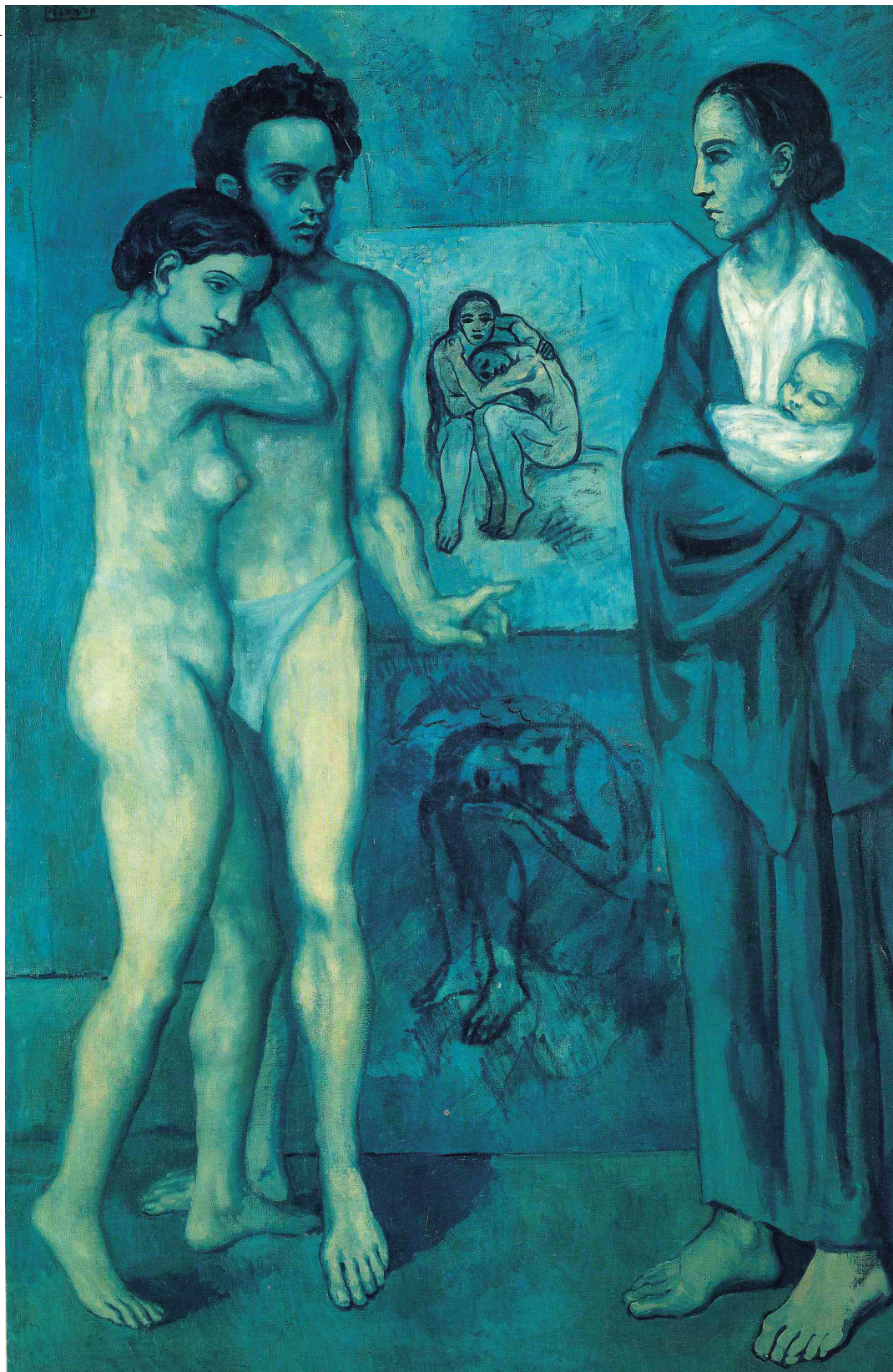
algum tempo foi a obra mais cara do mundo, até ser desbancada por *Salvatore Mundi*, de Leonardo da Vinci, vendida por US\$ 450 milhões a um príncipe saudita.

“Picasso é obcecado, sempre foi, pela realidade”, declarou, em uma entrevista em 1955, a fotógrafa francesa Dora Maar, uma das inúmeras companheiras que Picasso imortalizou em suas telas. “Através do Cubismo ele buscou todas as facetas de

um objeto. Por exemplo, ele quis retratar as quatro dimensões de uma xícara de café. Mas não o instante presente, o sonho, um local, as nuvens ou a emoção. Ele busca a realidade verdadeiramente concreta de um objeto. Isso gera deformações extraordinárias”, afirmou a modelo que dá nome a uma das mais famosas telas do artista, uma obra surrealista de 1937 com cores vibrantes e ângulos improváveis.



Retrato de Gertrude Stein, 1906. Óleo sobre tela. Metropolitan Museum of Art, Nova York



A vida, 1903. Óleo sobre tela. Cleveland Museum of Art



O velho guitarrista, 1903-1904. Óleo sobre tela. Art Institute of Chicago

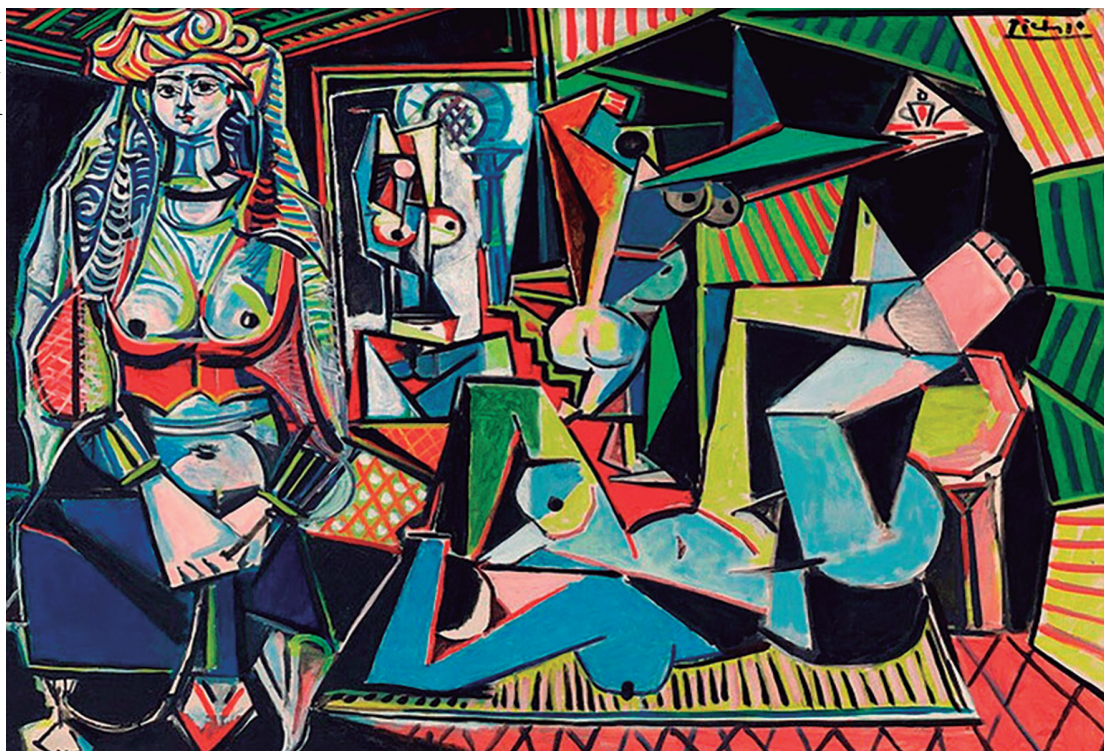


Les demoiselles d'Avignon, 1907. Óleo sobre tela. Museum of Modern Art (MoMA), Nova York

HOMENAGENS A UM ARTISTA “PROLÍFICO DEMAIS”

“Picasso tem uma posição de liderança e protagonismo no início dessa transformação da história da arte nesse século XX tumultu-

ado pelas vanguardas, no modo como representamos o mundo em que vivemos”, afirma Martin Grossmann, professor da Escola de Comunicações e Artes da USP e ex-vice-diretor do Museu de Arte Contemporânea da USP. “Picasso está na ordem da representação. Se em Marcel Duchamp, por exemplo,



Mulheres de Argel, 1955. Óleo sobre tela. Coleção particular

o observador pergunta e a obra responde, com Picasso não é exatamente assim. Por isso ele é um artista fascinante em vários aspectos”, afirma ele.

Com tudo isso, Picasso angariou uma fama indelével em seus 91 anos de vida – muito para o bem, mas, em vários casos, para o mal. Ao mesmo tempo que é reconhecido como o maior artista do século XX, ele também não é poupado por seus críticos, seja por alguns o terem tachado de “prolífico demais” (seja lá o que isso queira dizer), seja pela sua misoginia (isso todos sabem bem o que quer dizer). Mas nada disso impede que o meio século de sua morte seja comemorado *comme il faut*: museus de todo o mundo, em particular na França e Espanha, agendaram dezenas de exposições sobre o artista nascido na bela cidade costeira de Málaga.

Na verdade, o “Ano Picasso” tem uma programação que começou em 2022 e avançará durante 2023 em vários países. Em uma apresentação recente no Museu Rainha Sofia, em Madri, o ministro da Cultura e Desporto espanhol, Miquel Iceta, e a sua colega francesa Rima Abdul Malak explicaram que estão previstas 42 exposições e eventos em 38 instituições da Europa – principalmente em seu país natal, a Espanha, e em seu lar por adoção, a França – e Estados Unidos. “O poder devastador da obra de Picasso, sua invenção permanente, a forma como atravessou todas as grandes correntes da modernidade, a experimentação por mais de 80 anos, seu desejo de atrair e provocar... tudo isso é inigualável”, resumiu Bernard Blistène, presidente honorário do Centro Georges Pompidou, em Paris.

Domínio público/Wikipedia



Retrato de Dora Maar, 1937. Óleo sobre tela. Musée Picasso, Paris

Picasso, que nas palavras do ministro da Cultura espanhol foi um artista que representou o século XX “com toda a sua crueldade, violência, paixão, excessos e contradições”, será celebrado com exposições em museus como o Metropolitan e o Guggenheim de Nova York, o Museu do Prado e o Thyssen Bornemisza de Madri e o Museu de Belas Artes da Bélgica. O Brasil, sem ter muito como concorrer com os pesos-pesados das artes na Europa e nos Estados Unidos, também fará sua reverência ao mestre: para homenageá-lo, cartunistas de vários países se juntaram na exposição virtual “Picasso among us” (“Picasso entre nós” – “Picasso entre nosotros”), retratando o artista e suas obras por meio dos traços. A exposição é organizada pelo site da Associação dos Cartunistas do Brasil – ACB e pode ser acessada no blog HQMIX.

A exposição, com mais de 220 desenhos vindos de aproximadamente 35 países, tem o próprio Picasso como objeto de inspiração nos diversos estilos de cartunistas como Ziraldo e Chico Caruso, entre muitos outros. “Esta é a melhor homenagem que poderíamos fazer para essa alma inquieta que sempre estará entre nós”, afirma o presidente da Associação dos Cartunistas do Brasil, José Alberto Lovetro (JAL).

OS ANOS LOUCOS – E PICASSO SEMPRE TERÁ PARIS

É impossível dissociar Pablo Picasso da França e de Paris – por mais que ele fosse espanhol, e principalmente andaluz, até a medula e a última gota de tinta do pincel. Porque foi na capital francesa que ele deu seus passos determinados em direção a todas as formas inovadoras de arte que iriam des-

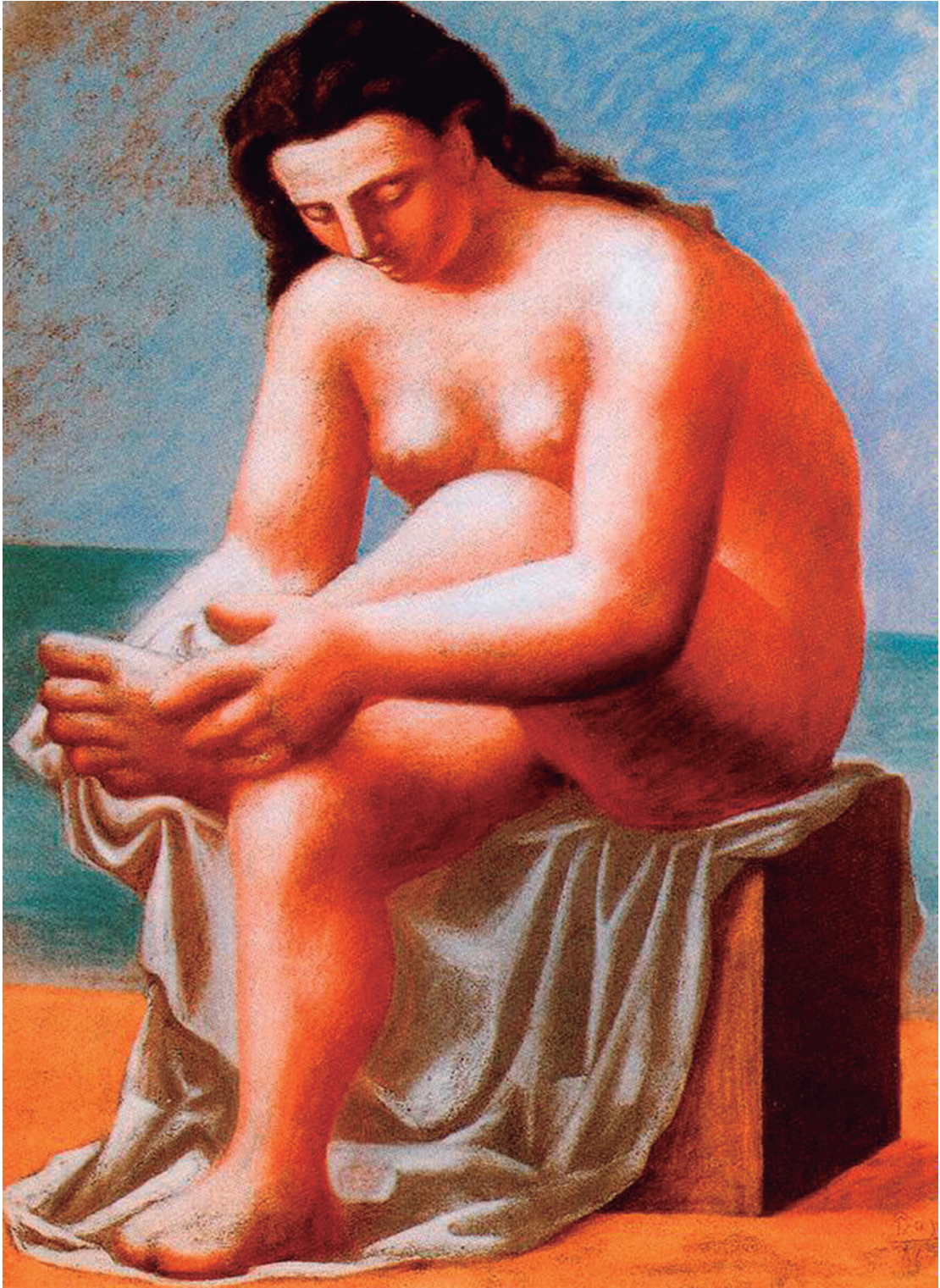
construir o que havia até então e colocar outras ideias nas paredes, nos salões da intelectualidade francesa (e dos endinheirados) e nos museus. Foi na Paris dos chamados “anos loucos”, nos anos 1920 e 1930, no entreguerras, que ele conheceu o Surrealismo de André Breton, Louis Aragon e Salvador Dalí – espanhol como ele, mas catalão, o que já explica muita coisa. Foi em Paris que ele coloriu suas fases primordiais. E foi lá que ele conheceu, antes de tudo, na primeira década do século passado, o artista francês Georges Braque (1882-1963). Foi com ele que Picasso engendrou uma forma de arte que iria sacudir os alicerces culturais de então: o Cubismo foi um avanço desenfreado mesmo diante da chamada “arte moderna” que se fazia na época. Aquelas simpáticas moçoilas de Avignon são desse período – mais precisamente, de 1907.

“Paris era cosmopolita. A liberdade de pesquisa e experimentação era efetivamente possível no ambiente parisiense do início do século XX. A aproximação que Apollinaire fez entre Picasso e Braque deu como fruto o fértil diálogo plástico que resultou no Cubismo. Este foi um movimento que efetivamente rompeu com a tradição clássica, trazendo uma nova compreensão de ‘espaço plástico’, abrindo o caminho para a abstração. A pesquisa plástica foi uma constante na produção de Picasso. Ele é um exemplo, um ícone ainda nos dias atuais”, afirma Lisbeth Rebollo, presidente da Associação Internacional de Críticos de Arte e professora da Escola de Comunicações e Artes da USP. “Após 50 anos de seu falecimento, Picasso continua sendo figura proeminente no contexto da arte. Sua obra e seu legado continuam sendo forte referência no campo artístico. Picasso, com sua vontade de expe-

Domínio público/Wikipedia



Pierrot, 1918. Óleo sobre tela. Museum of Modern Art (MoMA), Nova York



Sentada nua secando os pés, 1921. Pastel. Museum Berggruen, Berlim



Retrato de Olga em uma poltrona, 1918. Óleo sobre tela. Musée Picasso, Paris



A pomba da paz, 1949. Gravura.
Musée D'Orsay, Paris

rimentação, marcou também movimentos que vieram depois. Sua experiência foi engajada na causa política, contra o fascismo. Foi uma personalidade marcante”, afirma ela, fazendo mais uma vez referência a como a arte também é instrumento de inspiração e fazer político, do qual *Guernica* é seu exemplo mais emblemático – mas também *A pomba da paz*, que o mesmo Picasso criou em 1949, após a Segunda Guerra Mundial.

Por mais que tenha vivido seus anos de formação entre La Coruña, Madri e Barcelona – sem esquecer de sua Málaga natal, que hoje abriga dois museus em sua homenagem –, foi mesmo na França que Picasso encontrou seu espaço e fincou suas raízes artísticas e pessoais. Foi em Mougins que Picasso encontrou seu último *pied-à-terre* para viver os últimos 15 anos de sua vida. O artista não só desenvolveu e aperfeiçoou suas técnicas, como encontrou na França – principalmente na Paris que ele adotou em 1900 e por lá ficou por décadas – os muitos amores de sua vida – todos eles retratados em sua obra. Enumerá-los aqui seria uma tarefa

digna de, digamos, Picasso. Mas fiquemos em algumas dessas paixões, talvez as mais marcantes, como Fernande Olivier, que o fez deixar a soturna fase azul (1901-1904) e ingressar na chamada “fase rosa” (1904-1906); a bailarina russa Olga Koklova, com quem se casou em 1918; a jovem Marie-Thérèse, de 17 anos (concomitante a Olga, frise-se); a já devidamente citada aqui Dora Maar e Françoise Gilot, esta já nos anos 1940. “Devemos parar de falar das mulheres que passaram por sua vida como se fossem ‘musas’, algumas se suicidaram, outras enlouqueceram. A única que se saiu bem foi Françoise Gilot, a única que o abandonou”, ressaltou Emilie Bouvard, ex-curadora do Museu Picasso de Paris.

Ela tem razão: Françoise Gilot, mãe de dois dos quatro filhos de Picasso – a estilista Paloma Picasso e o fotógrafo e cineasta Claude Picasso –, foi a única que teve a coragem de abandonar o artista. E ainda escrever um livro sobre sua vida, para variar, conturbada com ele. Para quem não está ligando o nome à pessoa: é para Françoise Gilot que Picasso – em um momento raro de subserviência e cavalheirismo explícitos – está segurando um guarda-sol na praia em mais uma imagem icônica do artista. A foto, de 1948, foi feita por outro mito: o fotógrafo húngaro Robert Capa.

Picasso viveu muito, criou muito, amou muito – e também teve muitos desamores. Mas suas grandes jornadas revolucionárias, suas fases determinantes, foram o precursor Cubismo e depois seu namoro intenso com o Surrealismo, a partir de 1925. “Picasso também tem essa função, no século XX, de inspirar uma revolução nas linguagens da arte”, avalia Martin Grossmann. Foram justamente essas novas e revolucionárias

linguagens que moldaram o artista, transformaram Pablo em Picasso.

Sua relação com o Surrealismo, inclusive, levou Salvador Dalí – o paroxismo da arte surrealista e do exagero performático – a lhe escrever em um postal, não sem uma boa dose de razão: “Meu caro Pablo, eu te agradeço porque me dou conta que você assassinou não somente a pintura acadêmica, que está morta e sepultada,

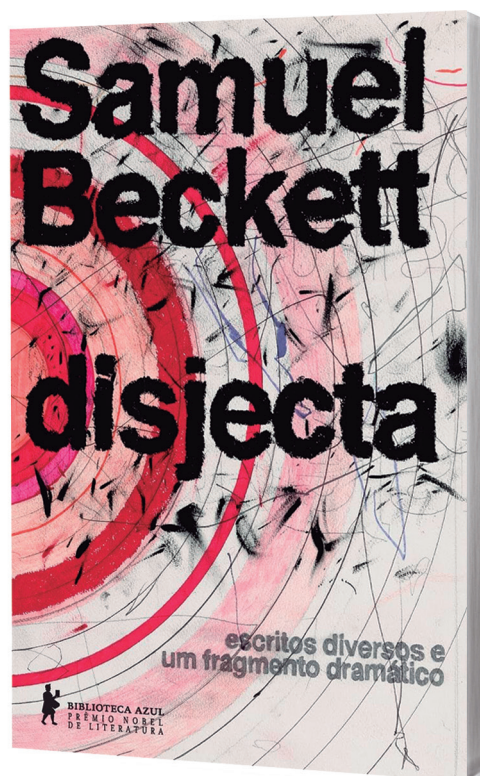
como também assassinou toda a pintura moderna. Agora poderemos rever os grandes clássicos, como Rafael e Velásquez. Se Picasso não existisse, a pintura moderna iria durar ainda uns 200 anos”. Um gênio indomável falando com outro gênio indomável, mas talvez com uma diferença: se o onírico Dalí era um personagem de si mesmo, Picasso acabou se tornando um ícone em si mesmo.

Reprodução/LF Magazine



Pablo Picasso com François Gilot e seu sobrinho Javier Vilato (Golfe-Juan, França, 1948). Foto de Robert Capa

livros



“Babel de silêncios e palavras”:
Samuel Beckett, o crítico

Julio Augusto Xavier Galharte

Disjecta: escritos diversos e um fragmento dramático, de Samuel Beckett,
edição original e Prefácio de Ruby Cohn, tradução de Fábio de
Souza Andrade, Rio de Janeiro, Biblioteca Azul, 2022, 224 p.

James Joyce e T. S. Eliot se encontraram ao menos quatro vezes na esquina das coincidências: escreveram em inglês (não dispensando o vivo aditamento de elementos idiomáticos estrangeiros), eram escritores-críticos, firmaram-se como importantes autores da modernidade (lançando, inclusive, no mesmo ano de 1922, textos que se tornaram referência de inovações: *Ulysses* e *Waste land*, respectivamente) e foram evocados no livro *Disjecta: escritos diversos e um fragmento dramático*, de Samuel Beckett. Este último, em sua carreira literária, se serviu inicialmente da língua inglesa, como Eliot e Joyce, mas, diferentemente desses a partir de uma etapa de sua vida, incluiu o francês como mais uma língua para sua criação. O trânsito entre esses dois terrenos linguísticos fez com que o autor de *Esperando Godot* descobrisse uma estrada para um novo e instigante mundo que passou a explorar, o da autotradução, ocupação que não consta

nas biografias eliotiana e joyciana. Com relação à atividade crítica, Beckett estava mais próximo de Joyce, pois ambos dedicaram menos tempo e fôlego a ela do que Eliot. Quero dizer atividade crítica exclusiva, pois nos escritos literários beckettianos e joycianos, que volta e meia flertavam com o ensaio, é possível entrever suas reflexões e/ou proposições estéticas, bem como perceber, pelos intertextos, a apreciação ou depreciação com relação a outros escritores.

A primeira publicação de Beckett foi um ensaio: em 1929, com pouca idade (23 anos) e muita erudição, apresentou aos leitores seu “Dante... Bruno. Vico... Joyce”, incluído no livro *Our examination round his factification for incamination of work in progress* e na revista *Transition*. Esse texto e outros de gêneros variados sobre literatura e pintura, redigidos em três lín-

JULIO AUGUSTO XAVIER GALHARTE

é pesquisador e pós-doutor em Teoria e História Literária pela Unicamp.

guas diferentes (inglês, francês e alemão), foram reunidos em *Disjecta*, obra que veio à luz em 1983 pela editora nova-iorquina Grove Press e chegou recentemente (2022) ao Brasil pela Biblioteca Azul. A tradução para o português se deve a Fábio de Souza Andrade, que já trouxe aos leitores do país vários outros títulos de Beckett e é um importante estudioso do escritor. Em seu texto introdutório à coletânea, observa que a crítica beckettiana é “simultaneamente analítica e judicativa”, fazendo com que esse autor se afaste da figura do “crítico guarda-livros, cegamente empenhado em classificar, ou do crítico-açougueiro, ocupado em esquartejar romances, poemas e peças, dissecar para rotular” (p. 9). Ruby Cohn, a organizadora dos escritos, também reflete sobre essa faceta menos conhecida daquele que em geral é lembrado pelas narrativas e pelos textos dramáticos. No Prefácio da obra, Cohn aponta que Beckett, quando leitor de textos alheios, praticava a crítica do “tiro ao alvo” (p. 15), por isso aparecem ensaios ou “resenhas desdenhosas” (p. 14), “derramando desprezo sobre um biógrafo de Mozart [Eduard Mörike], um especialista em Proust [Albert Feuillerat], um tradutor de Rilke [J. B. Leishmann], um intérprete católico de Dante [Giovanni Papini] e quase todos os poetas irlandeses contemporâneos” (p. 18).

A resenha beckettiana que “alvejou” o tradutor de Rilke, para ser publicada, passou pelo crivo de T. S. Eliot, editor da revista *The Criterion*, na qual esse texto se estampou, pela primeira vez, em 1934. Antes, em 1922, no primeiro número do mesmo periódico, era lançado o *Waste land*, apontado no ensaio “Poesia irlandesa recente” como um dos poucos es-

critos hodiernos a tematizarem a “ruptura das linhas de comunicação” (p. 96) entre sujeito e objeto, o que Beckett diz faltar na poética da maioria de seus conterrâneos e coetâneos. O poema emblemático do Modernismo em língua inglesa inspirou *Whoroscope* (1930), primeiro texto literário de Beckett a ser publicado, no qual as marcas eliotianas se exibiam, como apontou James Knowlson (1996), na inclusão de notas de rodapé, identificando nomes e citações¹. Outro autor importante da literatura anglófona do século XX respira fortemente entre os versos do poema beckettiano: James Joyce. Um ano antes, Beckett havia publicado um ensaio sobre esse escritor, o mencionado “Dante... Bruno. Vico... Joyce”. Esse texto e a “Carta alemã de 1937” serão comentados a seguir, pois, salvo engano, trazem inquietações e questionamentos importantes na trajetória do Beckett crítico, os quais reverberam no Beckett escritor.

Redigido em 1928 e publicado no ano seguinte, “Dante... Bruno. Vico... Joyce” foi sugerido a Beckett pelo próprio Joyce, que estava encomendando a várias pessoas ensaios sobre seu *Work in progress* (o vindouro *Finnegans wake* de 1939). Sabendo que seu compatriota tinha estudado língua e literatura italianas, viu em Beckett a pessoa certa para associar seu nome aos de Bruno, Vico e Alighieri. O primeiro era bastante admirado por Joyce, como aponta seu ensaio “A filosofia de Bruno”:

1 Para esse autor, a presença eliotiana pode ainda ser sentida no segundo livro de poemas beckettianos, *Echo's bones and other precipitates* (1935), pois “Rhapsody on a windy night”, do escritor anglo-americano, ecoaria na atmosfera de vários versos da obra.

“Mais que Bacon ou Descartes, ele deve ser considerado o pai do que chamamos filosofia moderna”². Apesar de ser objeto de grande estima joyciana, Bruno aparece em mínimas alusões no texto beckettiano, como a que trata da sua discussão sobre a coincidência dos contrários. Esse assunto foi retomado por Vico, pensador que despertou muito mais interesse em Beckett do que Bruno, vide a quase onipresença do autor de *A ciência nova* em “Dante... Bruno. Vico... Joyce”. Dos temas de Vico, o ensaísta selecionou aqueles que dialogavam com a obra joyciana, como o mito, a poesia, as modificações históricas da linguagem (partindo da gestual, silenciosa e afeita a concretudes, nos tempos primevos, até seus posteriores desdobramentos com a incorporação do verbo e da tendência às abstrações) e os movimentos cíclicos da humanidade. Ligada a estes últimos, uma citação bastante longa de *Work in progress* é apresentada, da qual aponto seu início: “A estrada de Vico dá volta e mais volta até encontrar onde o fim começa”³ (p. 35).

Depois de Bruno e seus contrários coincidentes, bem como de Vico, com sua estrada cíclica rondando o mito, a poesia e

as transformações da linguagem, Dante é convidado para um diálogo com Joyce. Beckett os aproxima: “Ambos notaram o quão gasta e puída estava a linguagem convencional dos astutos artesãos literários” (p. 46). Distancia-os também a partir de outro aspecto: o purgatório, na obra dantesca, é um cone que leva ao Paraíso; no texto joyciano, é uma esfera que leva a si mesma, ou seja, trata-se da própria Terra.

Dante e Joyce deixaram marcas indeléveis e bastante reconhecíveis nas obras iniciais de Beckett, como no seu primeiro romance, *Sonhos com mulheres possíveis ou passáveis* (elaborado no início da década de 1930 e publicado postumamente em 1992), do qual um extrato foi inserido em *Disjecta*. O protagonista tem o mesmo nome de um personagem do Canto IV do Purgatório, Belacqua, com seus “modos tardos e a palavra escassa” (Alighieri, 1979). Mas o Belacqua beckettiano, diferentemente do dantesco, vive uma história apresentada de modo não linear (como ocorre em *Tristram Shandy*, de Laurence Sterne), e tudo é registrado numa linguagem que remete àquela de um outro irlandês, no caso, um contemporâneo beckettiano: James Joyce. A sombra joyciana entranhada no texto foi assumida por Beckett, como se pode ler em uma carta sua a Charles Prentice⁴ (editor que se negou a publicar “Sedendo et quiescendo”, uma parte do romance *Sonhos*): “Você tem ra-

2 O texto joyciano “A filosofia de Bruno” surgiu primeiramente no periódico dublinense *Daily Express*, em 30 de outubro de 1903, e posteriormente foi inserido no livro *The critical writings*, obra que chegou ao Brasil como *De santos e sábios: escritos estéticos e políticos* (Joyce, 2012). O ensaio de Joyce mencionado foi traduzido por André Cechinel.

3 Fábio Andrade usou, nesse excerto joyciano citado por Beckett, a tradução de Aurora Bernardini, integrante do Coletivo Finnegans, o qual transformou o *Finnegans Wake em Finnegans Rivolta*, organizado por Dirce Waltrick do Amarante e publicado pela Iluminuras em 2022.

4 Prentice, anteriormente, em 1931, havia publicado o ensaio “Proust”, de Beckett, pela editora londrina Chatto and Windus. Esse texto, que trata da memória e do hábito na obra proustiana, teve tradução, no Brasil, de Arthur Nestrovski, com edição, em 1986, da L&PM e reedição da Cosac & Naify, em 2003.

ção sobre a minha pesadíssima ‘Sedendo et quiescendo’ [...]. E claro, ela fede a Joyce a despeito de meus esforços mais intensos para dotá-la dos meus próprios odores. Infelizmente para mim essa é a única maneira na qual me interessa escrever”⁵. Vários editores recusaram *Sonhos*, argumentando que ele era “joyciano” (ou seja, consideraram-no “pornográfico”). Beckett resolveu, então, aproveitar algumas partes do romance para criar um livro de contos, *Mais pontas que pés*, que foi lançado em 1934. Nele, Belacqua é recuperado e, por conseguinte, Dante, inclusive já no título da narrativa inaugural do volume (“Dante e a lagosta”) e nas suas primeiras linhas: “Tinha amanhecido e Belacqua estava emperrado no primeiro dos cantos. Na lua. Estava tão atolado que não podia se mexer nem para frente nem para trás. A abençoada Beatriz estava lá, Dante também, ela lhe explicava as manchas na lua” (Beckett, 2021). Invertendo o itinerário da *Commedia*, o conto de Beckett começa no Paraíso (ou pelo menos com uma alusão a ele) e termina no Inferno: fogo, agonia e dor dão tempero à cena final em que uma lagosta viva é lançada a uma panela com água fervente pela tia de Belacqua.

Dante era um dos muitos autores evocados nesses primeiros textos beckettianos, abarrotados de citações em várias línguas. Uma verdadeira babel verbal e literária à moda joyciana e eliotiana. Mas Beckett,

com o passar dos anos, foi se abrindo a alterações: carregou as citações do corpo dos escritos ou das suas notas para a zona sutil do não dito e colocou a não palavra em pé de igualdade com o verbo, erigindo assim uma “babel de silêncios e palavras”, como se lê no Texto VI de *Textos para nada*, livro surgido na década de 1950. O desejo ávido por mudanças desse tipo já é sinalizado numa carta do dia 9 de julho de 1937, que Beckett escreveu a Axel Kaun. Nela, o escritor indica a sua inquietude na busca de um caminho pelo qual “com palavras” chegasse ao “sarcasmo com as palavras” (p. 76), rumo oposto ao tomado pelo autor de *Work in progress*: “Com um programa desses, na minha opinião, o trabalho mais recente de Joyce não tem absolutamente nada a ver. Nele parece tratar-se muito mais de uma apoteose da palavra” (p. 76).

Alguns detalhes dessa proposição beckettiana são apresentados em outros trechos da missiva. Antes de mostrá-los, contextualizo a carta. O destinatário, Axel Kaun, era um livreiro, residente em Berlim, o qual Beckett conheceu durante a sua estada de seis meses, entre 1936 e 1937, na Alemanha. Recém-contratado pelo editor Rowohlt Verlag, que sugeriu a Beckett a tradução para o inglês de poemas de Joachim Ringelnatz, Kaun aguardava notícias sobre essa empreitada, que foi abandonada a partir do contato de Beckett com a “fúria rimante” (p. 73) do “lacaio da rima” (p. 73). Ao final da correspondência, o remetente pergunta ao destinatário se há traduções para o inglês de Georg Trakl. Além deste último, outros alemães apreciados por Beckett são mencionados: o escritor Goethe (nesta citação: “é melhor

5 Carta de Beckett para Prentice do dia 15 de agosto de 1931 (in Fehsenfeld & Overbeck, 2014). Uso aqui a tradução de Ana Helena Souza desse extrato da missiva beckettiana, que é citado no Prefácio de Cassandra Nelson para *Mais pontas que pés*, livro também traduzido por Ana Helena e publicado pela Biblioteca Azul em 2021.

escrever NADA do que não escrever nada”, referindo-se à produção de Ringelnatz) e o músico Beethoven, citado em um trecho da carta em que é indicado um método para “desgraçar” a palavra com a palavra:

“Cavar nela [na palavra] um buraco atrás do outro, até que aquilo que está à espreita por trás – seja algo ou nada – comece a vazar; não consigo imaginar objetivo mais elevado para um escritor de hoje. Ou será que a literatura deve ser a única a ficar para trás nos velhos caminhos preguiçosos abandonados há tempos pela música e pela pintura? [...] Haverá alguma razão pela qual a terrível e arbitrária materialidade da superfície da palavra não seria capaz de ser dissolvida, como por exemplo a superfície do som rasgada pelas enormes pausas escuras da *Sétima sinfonia* de Beethoven, de forma que por páginas a fio nós não possamos perceber nada a não ser um caminho de sons suspensos nas alturas vertiginosas, ligando insondáveis abismos de silêncio? Uma resposta se faz necessária” (p. 75).

Assim, o escritor contemporâneo necessitaria emprestar o viço silencioso das artes que não se servem da palavra, como a música e a pintura, para perfurar o verbo, seguindo as pegadas de Beethoven, que instalou orifícios (as “enormes pausas escuras”) na superfície sonora da sua *Sétima sinfonia*, ou do pintor Lyonel Feininger, o qual criou imagens repletas de poros: “Talvez as logografias de Gertrud Stein estejam mais próximas do que tenho em mente. Pelo menos a textura da linguagem tornou-se porosa, ainda que infelizmente tenha sido totalmente por acaso, com consequência

de um procedimento similar à técnica de Feininger” (p. 76). Stein, mesmo próxima de Feininger, ainda não teria exatamente acertado, pois estava “sem dúvida apaixonada por seu veículo” (p. 76).

Nem Joyce nem Stein, portanto, ajudariam no desafio. Quem, então? O próprio Beckett. De qualquer modo, este ainda não tinha tanta clareza de como promover essa “literatura da despavira” (p. 76), a qual avultaria posteriormente, com as suspensões cíclicas do uso da língua materna. Na missiva de 1937, já ficava evidente a necessária evasão anglófona: “[...] por favor escreva tão frequente e extensivamente quanto possível. Você faz questão que eu faça o mesmo em inglês? Fica tão aborrecido em ler minhas cartas em alemão quanto eu em escrever uma em inglês?” (p. 74).

Apesar de já redigir na língua germânica desde o final dos anos 1920, quando remetia cartas a familiares que moravam em Kassel, Beckett não escolheu o alemão como mais uma opção para encontrar a linguagem literária que contivesse os “abismos insondáveis de silêncio” (p. 75). O francês foi eleito para isso, quando vieram à luz as célebres obras da década de 1950: a trilogia de romances (*Molloy*, *Malone morre* e *O inominável*) e as peças *Esperando Godot* e *Fim de partida*. Ana Helena Souza, tradutora de *Comment c'est* (1961), aponta as repercussões dessa escolha: “Houve uma diminuição, uma limitação linguística [...] tanto em termos de extensão de vocabulário quanto de grau de liberdade no manuseio da sintaxe”, o que foi, para Beckett, uma “maneira de se libertar das influências [...], da amplitude de recursos que sua língua materna lhe oferecia e que Joyce explorara ao máximo” (Souza, 2003).

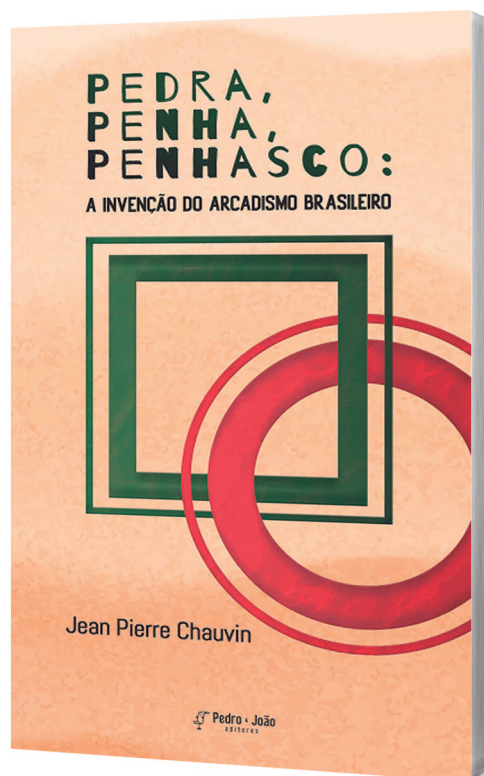
No entanto, o trabalho de perfuração da linguagem ainda requisitava mais, ou melhor, menos. Era necessário minimizar ao máximo. A partir da década de 1960, a prosa de Beckett começou a encolher, o mesmo ocorrendo com as peças, surgindo, assim, os dramátículos e as trilógias em que o verbo minguava a cada escrito. A tríade formada por “Still”, “Sounds” e “Still 3”, dos anos 70, é um exemplo: o maior texto tinha duas páginas e meia. A última obra de Beckett publicada em vida, “What is the word”, de 1989, ano no qual faleceu, confirma sua fidelidade ao projeto de constante miniaturização da escrita: o texto tem apenas duas páginas, apresentando várias linhas com apenas uma palavra seguida de travessão, como mostra esta passagem:

*“what is the word –
see –
glimpse –”*
(“What is the word”, 1989).

De qualquer modo, na guinada dos anos 70 para os 80, ainda havia o que, na extensão, poderia ser chamado de novela, a trilogia *Nohow on: Company* (1979), *Mal vu mal dit* (1981) – traduzido pelo autor como *Il seen ill said* (1982) – e *Worstward ho* (1983). A retomada do inglês (com passagem pelo francês) nesses escritos e em “What is the word” materializa o projeto indicado ao final da “Carta alemã de 1937”: “pecar [...] com conhecimento de causa e propósito contra a minha própria [língua]” (p. 77). Esse “pecado” não levaria ao Inferno nem ao Paraíso; o Purgatório também parece estar fora de cogitação, a não ser que ele seja uma estrada cíclica, como a de Vico, mas neste caso levando a uma almejada falha da linguagem, à palavra com pedaços faltantes e suas desejáveis crateras silentes: “Tentar outra vez. Falhar outra vez. Falhar melhor” (Beckett, 1988). Viva a falha perfeita de Beckett, escritor-crítico.

REFERÊNCIAS

- ALIGHIERI, D. *A divina comédia*. Tradução e anotações de Cristiano Martins. 2ª ed. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1979, v. 2.
- BECKETT, S. *Mais pontas que pés*. Trad. Ana Helena Souza. São Paulo, Biblioteca Azul, 2021.
- BECKETT, S. *Worstward ho/Pioravante marche*. Edição bilíngue. Trad. Miguel Esteves Cardoso. Lisboa, Gradiva, 1988.
- FEHSENFELD, M. D.; OVERBECK, L. M. (eds.). *The letters of Samuel Beckett. Vol. I: 1929-1940*. 9th printing. Cambridge, Cambridge University Press, 2014.
- JOYCE, J. *De santos e sábios: escritos estéticos e políticos*. Trad. André Cechinel, Caetano Galindo, Dirce Waltrick do Amarante e Sérgio Medeiros. São Paulo, Iluminuras, 2012.
- KNOWLSON, J. *Damned to fame: the life of Samuel Beckett*. London, Bloomsbury, 1996.
- SOUZA, A. H. "Como é: limites e desenvolvimento da prosa de ficção", in S. Beckett. *Como é*. São Paulo, Iluminuras, 2003.



Um manual diferenciado (e provocador)

Rafael Mariano dos Santos

Pedra, penha, penhasco: a invenção do Arcadismo brasileiro,
de Jean Pierre Chauvin, São Carlos, Pedro e João Editores, 2023, 99 p.

Desde o final da década de 1980, pesquisadores têm demonstrado a imprecisão de certos termos para designar os textos escritos durante o chamado “Arcadismo”, tornando-se “mais difícil (se não constrangedor) ignorar ou desprezar os estudos relacionados à poesia e às artes produzidas durante o século XVIII, no antigo Estado do Brasil” (p. 17). *Pedra, penha, penhasco: a invenção do Arcadismo brasileiro*, de Jean Pierre Chauvin, revisita e sintetiza esses estudos num ensaio dividido “em dois vértices: 1. Revisão da historiografia ‘literária’ luso-brasileira, especialmente aquela feita no país; 2. Breve análise de obras produzidas nas partes do reino de Portugal, durante o período” (p. 17). Dividido em sete capítulos, apresenta uma clara proposta de reavaliação, o que leva a afirmar que se trata de um livro provocador e necessário.

O primeiro adjetivo se justifica pelo fato de que o ensaio propõe um questionamento das teses elaboradas pelos grandes nomes da crítica brasileira desde o século XIX e da reprodução dessas ideias em “manuais” para o ensino médio. Chauvin alerta o leitor para o “modo engessado e inadequado de descrever o dito movimento como ‘escola literária’ de pendão ‘revolucionário’” (p. 20). Segundo o ensaísta, até mesmo em algumas antologias e manuais publicados no século XXI, tal abordagem continua a induzir os leitores às mesmas formulações interpretativas. No primeiro capítulo, o autor recomenda que se evite “o uso de conceitos e categorias anacrônicas” (p. 22) quando nos referimos às letras produzidas entre os séculos XVI e XVII, e que passemos a considerar a “fi-

RAFAEL MARIANO DOS SANTOS é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana da FFLCH/USP.

liação dos homens letrados aos modelos que emulam; o respeito aos códigos ao compor versos; os protocolos de leitura; a produção oral e circulação de poesia e outros gêneros” (p. 22).

O qualificativo “necessário” se deve à constatação do ensaísta quanto à demanda de revisão dos métodos de abordagem dos estudos literários, principalmente quando se pretende analisar as obras produzidas nos séculos XVII e XVIII no universo luso-brasileiro. Evocando o trabalho de críticos como João Adolfo Hansen (1989), Ivan Teixeira (1999), Alcir Pécora (2001), dentre outros, que demonstraram a necessidade de recuperarmos os critérios de legibilidade adequados ao período para melhor compreender esses textos, Chauvin lembra que precisamos considerar o que ditavam as preceptivas que regiam a boa escrita na época. O verdadeiro artista deveria ter a capacidade de emular os grandes modelos de poesia greco-latina, o que explica, dentre outros aspectos, a recorrência da tópica pastoril, ainda que tais poetas vissem em grandes centros urbanos (p. 21). De acordo com o ensaísta, apesar “das constantes alusões à tradição poética de outros tempos, não éramos estimulados a estabelecer relações entre o movimento e a região de Arcádia, na Grécia antiga, figurada por Teócrito, Virgílio ou Sannazaro” (pp. 23-24).

No capítulo dedicado à *persona* poética, aprendemos que os ditos “autores revolucionários”, imbuídos de suposto “espírito patriótico”, eram, em sua maioria, altos funcionários da corte ou pessoas que buscavam receber ou que já haviam sido contempladas com algum tipo de benefício. Orientando-se pelo que determina-

vam as preceptivas, eles escreviam ou para captar a benevolência de seus superiores, ou para demonstrar gratidão por alguma mercê. Assim sendo, quando nos referimos ao trabalho desses poetas, não é razoável pensar em “espontaneidade”, nem em arroubos de inspiração pré-romântica, mas em “instâncias de uma *persona*, ‘eu’ figurado, previstas e projetadas como *éthos* no discurso, em acordo com a conveniência – como recomendavam os manuais de Retórica e Poética, lidos e aplicados pelos homens afeitos à convenção literária, em seu tempo” (p. 30).

Quando discute o cânone, Chauvin alerta para o perigo do que chamou de “canonização da crítica”, o que significa dizer que aqueles que se aventurarem a questionar determinados críticos e historiadores da literatura poderão ser mal interpretados, além de malquistos, ainda que de forma indireta, na academia. Diante dessa afirmação, devemos nos perguntar: não é justamente o ambiente acadêmico o espaço para o debate? Será aceitável que, após um período de intenso negacionismo como o que vivemos há pouco, os pesquisadores continuem a ignorar determinados fatos? Como as ciências humanas poderão avançar se não houver quem interroge determinados postulados? A resistência quanto às novas abordagens faz apenas com que muitos manuais e apostilas escolares interpretem as obras poéticas do século XVIII a partir de “episódios biográficos dos poetas, sem levar em conta os preceitos, artifícios e lugares-comuns que enformavam os versos que produziam” (p. 42).

Apesar de os críticos, que entendem o “Arcadismo” como “movimento” ou “es-

cola literária” entre o chamado “Barroco” e o Romantismo, mencionarem a presença da tradição greco-latina, Chauvin destaca que as relações não eram feitas de maneira mais apurada. Alguns historiadores da literatura se esquecem (ou preferem ignorar) o fato de que os poetas do XVIII seguiam de perto o decoro, isto é, a adequação às regulamentações contidas em manuais de poética e retórica, “ciosos de cumprir normas e respeitar convenções que pouco ou nada tinham a ver com o suposto desejo de derrubar a Coroa do alto de um outeiro...” (p. 47). A falta de perspicuidade histórica, como lembra o ensaísta, é que faz com que se entreveja nesses poetas ímpetos de revolta contra o reino. Os poetas do XVIII estavam a serviço do rei e se consideravam como parte do chamado “Corpo Místico” e não como um grupo à parte. Em nada eles “antecipavam” os “ideais nacionalistas” a eles impostos no XIX. Pouco à frente, o autor afirma que, em “lugar de ‘renovarem’ as letras ‘nacionais’, como defendem alguns, os poetas luso-brasileiros estavam a praticar a *emulatio*, também como forma de se filiarem às *auctoritates*, que remontava[m] a Homero, passava[m] por Teócrito, Virgílio, Horácio, Dante, Petrarca, Camões etc.” (p. 51).

Antes de se dedicar aos lugares-comuns da poesia do século XVIII, assunto do sexto capítulo, Chauvin faz importante observação quanto à designação “Arcadismo” e esclarece que se trata de termo impreciso para nomear o “movimento”, uma vez que as academias surgiram antes da “escola literária” propriamente dita. Segundo o autor, a primeira de que se tem notícia no Estado do Brasil é a Academia Brasí-

lica dos Esquecidos, inaugurada em 1724, “quarenta e quatro anos antes da publicação das *Obras* de Cláudio Manuel da Costa...” (p. 53). Em direção oposta à da crítica impressionista, o autor argumenta que a pedra, usada de forma recorrente no período, era lugar-comum na poesia que se produzia “não só no Estado do Brasil, mas também em Portugal e nas demais partes do reino” (p. 54).

Durante muito tempo, duas linhas hermenêuticas se impuseram ao estudo da literatura: a primeira vinculava-se à biografia dos autores (herança romântica); a segunda estava atrelada à psicologia. Ambas induziram inúmeros leitores a suposições anacrônicas, como a de que a tópica da pedra poderia ser uma “obsessão” (p. 54) do artista ou “metáfora da turbulência passional” (p. 56); outros apontam os penhascos como “amparo físico e emocional ao personagem-pastor que padecia de amores” (p. 56), esquecendo-se de que se tratava da convenção que regulava a arte no período (p. 59). Para que fossem lidos e pudessem circular entre a aristocracia da época, os poetas precisavam ser “engenhosos”, isto é, ter a capacidade de compreender e estabelecer ligações entre as pessoas, os objetos, a natureza etc.

Os poetas que conhecessem as convenções e fossem suficientemente agudos para combinar determinadas características em suas obras valiam-se, muitas vezes, de sua técnica/arte para “obter o favor, quando não a proteção do reino” (p. 60). Como exemplo, Chauvin lembra o caso de Basílio da Gama, “que, de prisioneiro, passou a secretário do Marquês de Pombal, em retribuição aos versos encomiásticos que fez para o estadista e seus familiares” (p.

60). Assim sendo, não é suficiente pensar em “inspiração”, pois, além de se tratar de uma categoria romântica (posterior ao período, portanto), há que se levar em conta o fato de que as motivações dos poetas árcades não colidiam com os interesses da Coroa. Segundo o autor:

“Ora, se o objetivo é descobrir as motivações pessoais dos homens letrados, num tempo de plena sujeição à Igreja, ao rei, à lei e aos rapapés da Corte, haveríamos que nos perguntar por que a pedra, a rocha, o penedo, a penha, o rochedo ou o penhasco não se restringiram aos versos legados pelos poetas árcades, dentro e fora das partes do reino português” (p. 61).

No último capítulo, intitulado “Florilégio da historiografia literária brasileira”, o autor revisita algumas das principais obras de historiadores da literatura para explicar o processo de sedimentação da concepção teleológica e romântica no pensamento crítico. De acordo com Chauvin, os críticos “secundaram o método positivista de interpretar as letras nacionais, como se se tratasse de um organismo que teria evoluído do colonialismo revoltoso ao rematado patriotismo” (p. 63). As consequências desse método interpretativo se fazem perceber na repetição dos seguintes clichês por parte da crítica: a) a relativa superioridade da poesia produzida pelos

poetas árcades, a partir de Cláudio Manoel da Costa, em relação às obras dos membros da Academia dos Esquecidos, dividindo-se arbitrariamente o século XVIII em duas partes (p. 76); b) o “caráter *combativo* do ideário árcade” (p. 77); c) a classificação do Arcadismo como um movimento com características fixas (p. 77); e d) a atribuição das tópicas da poesia do Setecentos à subjetividade dos poetas.

Como sabemos, é muito comum, no Brasil, a procura por “manuais” que ensinem como fazer e/ou ler algo. É possível afirmar que *Pedra, penha, penhasco: a invenção do Arcadismo brasileiro* é um manual, mas com dois importantes diferenciais: primeiro, não resvala em clichês e frases prontas a respeito dos autores que estuda; segundo, não repete a crítica cristalizada. Sua leitura é um instigante convite a que deixemos de lado os modos “rígidos e engessados, quase sempre fragmentários e trans-históricos” (p. 79) de interpretação da poesia que se convencionou chamar de “árcade”. Após as pesquisas e os argumentos aqui expostos, faz-se necessário não apenas refletirmos sobre os métodos de abordagem desses textos, mas abandonar as categorias anacrônicas de análise, priorizando a pesquisa sobre a *forma mentis* e a vida cultural do período, a fim de restabelecer critérios de legibilidade adequados às letras que circularam no século XVIII.



Biografia de um senhor editor

José de Paula Ramos Jr.

*Plínio Martins Filho, editor de seu tempo, de Ulisses Capozzoli,
São Paulo, WMF Martins Fontes, 2023, 252 p.*

Pium é uma obscura cidadezinha localizada no estado de Tocantins, desde 1988. Antes disso, era território de Goiás. No passado, como no presente, suas principais atividades concentram-se na agricultura e na pecuária. Sertão coberto de matas exuberantes e abundância de água, que estimulam a caça e a pesca. Vida pacata, de modesto comércio e pequenas propriedades rurais, ainda não impactadas por latifúndios produtores de soja e pecuária extensiva, Pium, no entanto, vivenciou um período agitado, durante a Segunda Guerra Mundial, pela exploração de cristal de rocha, minério abundante na região, transportado por aviões para os Estados Unidos, para a construção de artefatos militares. Terminada a guerra, Pium voltou a ser o que sempre fora, um humilde e apático lugarejo.

Nesse contexto, nasceu o menino Plínio Martins Filho, em 25 de maio de 1951. Filho de Plínio Martins de Oliveira e Maria

da Costa Oliveira, viveu os primeiros anos de infância, junto com seis irmãos, na fazenda Pau Ferrado, formada por seu pai em terras devolutas, depois de anos ativo como vaqueiro.

Foi uma infância árdua, pois sua mãe acreditava no que podemos chamar de pedagogia da pancada. Por qualquer deslize, as crianças eram surradas. Até os 12 anos, os filhos se alimentavam numa bacia comum, disputando os alimentos, sentados no chão de terra. Ainda na infância, Plínio chafurdava com pés descalços na lama e nas fezes do gado, para ajudar o pai com os animais. Mas o pai tinha índole diversa da esposa. Homem alfabetizado, de poucas palavras, trabalhador infatigável, determinado a prover a família do necessário, costumava levar seu filho para acompanhá-lo em caçadas.

JOSÉ DE PAULA RAMOS JR. é professor aposentado do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA/USP e autor de *Leituras de Macunaima: primeira onda (1928-1936)* (Edusp/Fapesp).

Nessas oportunidades, Plínio observava seu pai a escrever na areia, o que se tornou uma memória indelével.

Aos sete anos de idade, Plínio e sua família mudaram-se da fazenda para a cidadezinha de Pium, para que as crianças pudessem frequentar a escola primária. O pai permanece no campo para garantir a sobrevivência da família com seu trabalho.

Os quatro anos do curso primário foram um deslumbramento para o menino, que tomara conhecimento de um mundo vasto, com o qual jamais sonhara. Marcou-o principalmente a aprendizagem da escrita, que ele cultivaria pela vida afora. A escola também despertou nele a sede de saber, paixão que conserva até hoje. Desejava prosseguir os estudos, mas em Pium só havia escola primária. Seria necessário cursar o ginásio em outra cidade, após ser aprovado no terrível exame de admissão, espécie de vestibular. Plínio foi aprovado, mas decepcionou-se, pois já tinha um irmão mais velho a estudar na cidade de Cristalândia e duas irmãs em Porto Nacional, às margens do Tocantins, no Colégio Sagrado Coração de Jesus. Não havia recursos para que Plínio também estudasse fora. Assim, permanece um ano na propriedade rural, ajudando o pai com a lavoura e os animais, decepcionado, frustrado e melancólico. Ele queria prosseguir os estudos.

Essa oportunidade surgiu e Plínio foi cursar o ginásio em Ceres, cidade de Goiás, à noite, no colégio estadual. Durante o dia, trabalhava numa loja de tecidos, sapatos e chapéus. Terminado o ginásio, Plínio mudou-se para Taquatinga (DF), vivendo na casa de seu irmão Olívio. Nessa cidade, deu início ao curso colegial. Porém, Olívio foi para São Paulo, tornando-se funcionário no depósito da Editora Perspectiva.

Por influência e exemplo do irmão, Plínio escreve-lhe uma carta, especulando sobre a possibilidade de trabalhar com ele. Diante da resposta positiva, o jovem vem para São Paulo, vai trabalhar no depósito da Editora Perspectiva, junto ao irmão, e conclui o colegial estudando à noite.

Os primeiros anos na cidade grande são muito difíceis. Alimentando-se com deficiência, fica desnutrido e anêmico. A metrópole parecera-lhe feia e inóspita, mas encontra um oásis na editora em que trabalhava. Ficava fascinado pelos livros e seu processo de produção. Em horas livres, subia do depósito para o andar onde trabalhavam os revisores e oferecia ajuda. Até que foi admitido como um dos revisores, função para a qual teve como mentor a figura extraordinária de Geraldo Gerson de Souza, poliglota e homem de vasta cultura, que orientava o aprendiz: “dúvida de texto se resolve com dicionários e gramáticas”, estimulando Plínio a pesquisar e estudar para ter proficiência no ofício. A aprendizagem foi longa e profícua, pois o aprendiz dominou com *expertise* a revisão de textos. No entanto, o fascínio pelos livros levou o jovem revisor a interessar-se pelos demais elos da cadeia de produção editorial, do autor ao leitor. Tomou consciência da grande importância da normalização, da apresentação material do texto para alcançar o efeito de coerência e harmonia, em benefício da inteligibilidade, legibilidade e leiturabilidade. Composição, diagramação, tipografia, impressão e os demais processos da arte de construção do livro foram, aos poucos, assimilados como conhecimentos necessários na formação de um editor completo, promovido a gerente de produção. Não menos importantes que a experiência, a aprendizagem empírica em

todos os processos da cadeia editorial, foram as múltiplas conversas, que chegavam a durar horas, com Jacó Guinsburg, grande mestre que Plínio considera como o seu “pai intelectual”.

Durante 18 anos, o jovem vindo de Pium permaneceu na Editora Perspectiva, onde conheceu sua esposa Vera Lúcia, com quem teve os filhos Thomas e Gustavo.

Em 1988, João Alexandre Barbosa, então presidente da Editora da Universidade de São Paulo, a Edusp, o convida para assumir a direção de seu departamento editorial. Plínio hesita, mas aceita, para algum desgosto, embora compreensivo, de Jacó Guinsburg.

Naquela época, a Edusp se limitava a ser financiadora de coedições em parceria com a iniciativa privada, sem nenhum benefício próprio. O discernimento do reitor José Goldemberg e o empenho de João Alexandre Barbosa deram ensejo à transformação da Edusp numa verdadeira editora acadêmica. À frente da empreitada, estava Plínio Martins Filho, grande responsável pela transformação. Primeiro como diretor editorial, depois como diretor presidente da Edusp, por cerca de 26 anos, ele fez dela a mais prestigiada editora acadêmica do Brasil, modelo para outras editoras acadêmicas pelo país afora, com a qualidade de seus produtos, desenvolvidos em todas as áreas do saber, reconhecida internacionalmente. Nesse período, a Edusp foi agraciada com cerca de 80 prêmios Jabuti, o que vem a ser um fato eloquente no reconhecimento da excelência de seus livros, sob a batuta de Plínio.

Não obstante essa trajetória de sucesso, Plínio foi exonerado como diretor presidente da Edusp em 2017. Seus sucessores podem

ser competentes em suas áreas de conhecimento, mas não tinham qualquer experiência no processo de produção editorial. Tentaram implementar políticas editoriais que descaracterizavam o perfil da Edusp como editora acadêmica, cujo prestígio havia sido conquistado na gestão de Plínio, que, além de editor consagrado, foi agraciado com o prêmio Jabuti da área de Comunicação como autor do *Manual de editoração e estilo*, em 2017, o que não deixa de ser irônico.

Contudo, Nêmesis, a deusa da justiça, reconduziu Plínio ao cargo de diretor editorial da Edusp, sob a presidência de Sergio Miceli, por iniciativa do reitor Carlos Gilberto Carlotti Junior e da vice-reitora Maria Arminda do Nascimento Arruda, em 2022. Os rumos consagrados da Edusp foram restaurados.

Também é preciso reconhecer a atividade de Plínio como professor do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP e animador da editora-laboratório Com-Arte, que vem preparando gerações de editores, capacitados e cientes de suas responsabilidades sociais e culturais como produtores de conteúdo.

Sumariamente, eis a trajetória do menino de pés descalços, no ambiente rural de Pium, até constituir-se num dos mais respeitados editores do Brasil.

Tudo isso é narrado com detalhes minuciosos pelo autor da biografia de Plínio, Ulisses Capozzoli, que não se limita à narrativa do biografado, mas a insere no quadro muito mais amplo da historicidade, acompanhando a trajetória e contribuições de editores internacionais como Aldo Manuzio (1450?-1515) e Max Perkins (1884-1947), lendário americano editor de F. Scott Fitzgerald, Ernest Hemingway e Thomas

Wolfe, bem como brasileiros cujas carreiras marcaram profundamente a história do livro no Brasil, desde Paula Brito (1809-1861) até Jacó Guinsburg (1921-2018), passando por Monteiro Lobato (1882-1948), Octalles Marcondes Ferreira (1899-1972), José Olympio (1902-1990), Ênio Silveira (1925-1996), Jorge Zahar (1920-1998), entre outros. Capozzoli faz um tributo a esses notáveis editores em sua narrativa.

Segundo James Boswell (1740-1795), “não conheço método biográfico mais perfeito que aquele que não apenas associa, segundo a ordem de produção, os acontecimentos mais importantes da existência de um homem, mas entremeia-os com o que esse homem haja dito, pensado e escrito. Esse método permite ao leitor vê-lo viver, e vivenciar com ele cada um dos acontecimentos mais importantes”. Esse método, exposto na citação de Boswell, é perseguido e realizado, com rigor e sabor, por Uli-

ses Capozzoli em sua biografia do editor Plínio Martins Filho.

Capozzoli dá conta das profundas transformações tecnológicas que impulsionariam a produção editorial, mas também das metamorfoses históricas mais amplas, quer no plano internacional, quer no nacional.

Contudo, o rigor e a precisão do conteúdo são reforçados pela forma. Esta é elaborada com sensibilidade estilística. A narrativa rigorosa reveste-se de sabor, por exemplo, nas reminiscências de infância de Plínio, ou na comovente sede de saber que eleva o jovem de auxiliar de estoque à condição de revisor, diretor editorial e presidente da Edusp. Não raro, a narrativa de Ulisses Capozzoli se consubstancia em deliciosa prosa poética, com momentos de inspirado lirismo. E esse é mais um dos méritos da biografia *Plínio Martins Filho, editor de seu tempo*, lançada pela editora Martins Fontes (2023).

**A *revistausp* RECOMENDA
A SEUS COLABORADORES QUE
ENVIEM SEUS TEXTOS DE ACORDO
COM AS NORMAS ABAIXO:**

1. Texto com, no máximo, 30.000 caracteres.
Textos maiores devem ter a aprovação prévia da redação e do Conselho Editorial. O artigo deve ser enviado por *e-mail* (*revisusp@usp.br*).
2. O autor deve mandar uma breve nota biobibliográfica que indique onde ensina e/ou pesquisa, sua área de trabalho e principais publicações.
3. Referências bibliográficas devem ser colocadas no texto (sobrenome do autor, ano, página). Os outros dados da publicação devem ser colocados na bibliografia. As notas de rodapé destinam-se a informações ou esclarecimentos adicionais que não podem ser incluídos no texto.
4. Todos os textos devem conter resumo/*abstract* (com, no máximo, mil caracteres) e palavras-chave/*keywords* (com, no máximo, cinco palavras).
5. Textos enviados espontaneamente devem ser inéditos no país. Dados a público previamente, sob forma de palestra, comunicação, etc., deve-se informar em nota à parte. Os artigos serão examinados pelo Conselho Editorial, sendo que a ***revistausp*** não se responsabiliza pela devolução dos não aprovados ou mesmo pela comunicação aos autores.
6. O autor pode enviar/indicar sugestões de ilustração para seu texto. As fotos devem ter alta resolução (300 dpi) e conter legendas e créditos. Imagens retiradas da Internet não serão aceitas.
7. Para receber os exemplares da ***revistausp*** a que tem direito, o colaborador deve enviar número de telefone, *e-mail* e endereço.

Assine

Assine e receba em casa a publicação de cultura mais completa do país. Você terá a satisfação de ler a cada volume vários textos assinados pelos mais renomados autores em suas áreas. Multidisciplinar e sem preconceitos, a **revistausp** não privilegia esse ou aquele enfoque, esse ou aquele grupo; é aberta a todas as tendências.

Para adquirir uma assinatura anual da **revistausp** (4 edições), basta fazer um depósito em conta (Banco do Brasil - agência 7009-2; c/c 130010-5) em nome da Edusp - Editora da USP, CNPJ 63.025.530/0072-06, no valor de R\$ 70,00 (+ frete). Se você for renovar sua assinatura, ela sai por R\$ 60,00 (+ frete). O preço da revista avulsa é R\$ 20,00 (+ frete). Enviar comprovante de depósito, incluindo o valor do frete, para mariacat@usp.br, juntamente com os dados do assinante (nome/razão social, nome fantasia, CNPJ ou CPF, endereço, Inscrição Estadual/Municipal, telefone, *e-mail* para envio da nota fiscal).

www.usp.br/revistausp
revisusp@usp.br
(11) 3091-4403

Nosso *site* pode ser acessado por celular utilizando-se o QR Code que consta na contracapa da revista.

A **revistausp**, publicação trimestral da Superintendência de Comunicação Social da USP, é editada desde 1989, mantendo sempre a mesma estrutura. A cada número, além da relação dos Dossiês aqui apresentada, temos as seções Textos, Livros e Arte. Abaixo, os números ainda disponíveis.

6 Europa Central	65 20 Anos de Redemocratização	87 Música Brasileira	98 Memória	109 Democracia na América Latina	121 Artes & Letras	132 Bicentenário da Independência: Economia
7 Tecnologias	66 Ano Internacional da Física	88 Humor na Mídia	99 Futebol	110 Ética e Sociedade	122 Feminismos	133 Bicentenário da Independência: Cultura e Sociedade
33 Aids	72 Ar/Fogo	89 Ciência, Tecnologia e Inovação	100 Educação	111 Música Popular Brasileira na USP	123 Histórias Culturais Transatlânticas	134 Bicentenário da Independência: Política
39 Rumos da Universidade	73 Financiamento da Pesquisa no Brasil	90 Marketing Político	101 Justiça Brasileira	112 Americanistas	124 Inteligência Artificial	135 Bicentenário da Independência: Ciência e Tecnologia
47 Alternativas para o Século XXI	76 Pensando o Futuro: Ciências Exatas	91 Catástrofes	102 Metrópoles	113 Amazônia Azul	125 Saramago	136 Integração Latino-Americana
50 Revista Cinquenta	78 Gestão e Política na Universidade Pública	92 Redes Sociais	103 Clima	114 Interculturalidades	126 Semiótica e Cultura	137 Vida Escolar
51 Saúde	80 Bibliotecas Digitais/ Bibliotecas Virtuais	93 Caminhos do Desenvolvimento	104 Energia Elétrica	115 Politicamente Correto	127 Ensino Público	
54 Os Sertões: Cem Anos	83 Nabuco e a República	94 Semana de Arte Moderna	105 Universidade em Movimento	116 Pós-Verdade e Jornalismo	128 Saúde Pública	
55 Revolução Virtual	84 Vinte Anos da Queda do Muro	95 Desafios do Pré-sal	106 Crise Hídrica	117 Copas do Mundo	129 Segurança Pública	
62 Cosmologia	85 Balanço da Crise Mundial	96 Alcoolismo	107 Saúde Urbana	119 Direitos Humanos	130 Independências Latino-Americanas	
64 Brasil Rural	86 Cibercultura	97 Computação em Nuvem	108 Jogos Olímpicos	120 Religião e Modernidade	131 Pandemia: Valores em Crise	

Você pode acessar todas as edições da **revistausp** no Portal de Revistas da USP:

www.revistas.usp.br/revusp/